

REVISÃO DO

PLHIS DE BELO HORIZONTE



Produto 5C:

Análise da população em vulnerabilidade e risco social



Imagem Johnny Miller – “Belo Horizonte é famosa por seu ‘belo horizonte’, devido às muitas colinas que cercam a cidade mineira”.

janeiro.2026

COMPANHIA URBANIZADORA E DE HABITAÇÃO DE BELO HORIZONTE - URBEL

PRESIDENTE

Claudius Vinicius Leite Pereira

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Maria Cristina Fonseca Magalhães - até fevereiro de 2025

Adriana Lemos da Costa Val - a partir de março de 2025

CHEFE DE DIVISÃO DE PLANEJAMENTO

Karla Maria Vilas Marques

FISCAL DO CONTRATO

Karina Silva Nicácio - Arquiteta e Urbanista

EQUIPE DE APOIO TÉCNICO

Allan Victor Coelho Nascimento - Analista Social

Bianca Márcia Ferreira - Analista Social

Cristiano Pedrosa Camilo de Souza - Administrador

Emerson Arantes de Mendonça - Geógrafo

Flaviano Luiz Milagres de Araújo - Analista Social

Fernanda Braga Ventura - Arquiteta e Urbanista

Giovana Helena de Miranda Monteiro - Arquiteta e Urbanista

Glória Consuelo Coelho de Paiva - Advogada

Isabel Eustaquia Queiroz Volponi - Geóloga

Jordana Flávia Silva - Jornalista

Karina Silva Nicácio - Arquiteta e Urbanista

Karla Maria Vilas Marques - Arquiteta e Urbanista

Lívia Lara Dias de Moraes - Engenheira Civil

Maria Lúcia Veloso Silveira - Arquiteta e Urbanista

Maria Luisa Carneiro Chaves - Arquiteta e Urbanista

Rossana Cristina dos Reis Lara - Arquiteta e Urbanista

GRUPO TÉCNICO PBH - GT PBH

SMOBI / DGAU

Carlota Virgínia Pereira Alves

Graziella Mendes de Paula Soares (Suplente)

SUDECAP / DPLC

Giovani de Morais Serravite

Amanda Daniela Bemfica Paulon (Suplente)

SMPU / SUPLAN / DGPU

Luciana Moreira Barbosa Ostos

Clarissa Maria Valgas e Bastos Zolini / Gisella Cardoso Lobato (Suplentes)

SMPU / SUPLAN / DMLU

Guilherme Pereira de Vargas

Cristiano Uzeda Teixeira (Suplente)

SMPU / SUREG / DRIS

Danilo Cristiano Carvalho Soares

PRODABEL / SUGE / GEMAC

Ângelo Rizzo Neto

Maria Tereza de Castro (Suplente)

SMPOG / SUPLOR / GEIND

Rodrigo Nunes

SMASAC

Jackson Jessé Nonato Pires

Renê Santos Canesso Moreira (Suplente)

LATUS CONSULTORIA, PESQUISA E ASSESSORIA DE PROJETOS LTDA

COORDENAÇÃO

Jacqueline Menegassi - Arquiteta e Urbanista

Manoela Cagliari Tosin - Arquiteta e Urbanista

EQUIPE TÉCNICA

Ingrid Pantoja Pereira Botelho - Advogada

Jéssica Gomes da Rosa - Arquiteta e Urbanista

Karla Fabrícia Moroso dos Santos de Azevedo - Arquiteta e Urbanista

Marcela de Maria Sehn Fonseca - Cientista Social

Márcio Cagliari Tosin - Engenheiro Civil

Marina Sanders Paolinelli - Arquiteta e Urbanista

Tiago da Silva Silveira - Economista

Vanessa Cardoso Ferreira - Demógrafa

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras

Figura 1: População em domicílio sem banheiro (CadÚnico/setembro de 2025)	16
Figura 2: População idosa (CadÚnico/setembro de 2025)	24
Figura 3: Pessoas com deficiência (CadÚnico/setembro de 2025)	33
Figura 4: Pontos de coleta (IV Censo de população em situação de rua de Belo Horizonte de 2022)...	39
Figura 5: População em situação de rua (CadÚnico/setembro de 2025)	49
Figura 6: População de imigrantes (CadÚnico/setembro de 2025)	58
Figura 7: População indígena (CadÚnico/setembro de 2025)	66
Figura 8: Mapa quantitativo de vítimas de violência doméstica e familiar contra a mulher nas RISPs de Minas Gerais (Diagnóstico da violência doméstica e familiar contra a mulher nas RISPs/1º semestre de 2023 - nº de mulheres).....	72

Gráficos

Gráfico 1: Espécie de domicílio sem banheiro (CadÚnico/setembro de 2025 - % de pessoas)	17
Gráfico 2: Pessoas em domicílio sem banheiro por faixa da renda familiar <i>per capita</i> (CadÚnico/setembro de 2025 - nº de pessoas).....	18
Gráfico 3: Pessoas em domicílio sem banheiro beneficiária do PBF (CadÚnico/setembro de 2025 - % de pessoas).....	18
Gráfico 4: Pessoas em domicílio sem banheiro por cor ou raça (CadÚnico/setembro de 2025 - % de pessoas).....	19
Gráfico 5: Pessoas em domicílio sem banheiro por grupo etário (CadÚnico/setembro de 2025 - nº de pessoas).....	19
Gráfico 6: Pessoas em domicílio sem banheiro por faixa etária (CadÚnico/setembro de 2025 - nº de pessoas).....	20
Gráfico 7: Pessoas em domicílio sem banheiro por grau de instrução (CadÚnico/setembro de 2025 - % de pessoas).....	21
Gráfico 8: Pirâmide etária de Belo Horizonte	22
Gráfico 9: Pessoas idosas por sexo (CadÚnico/setembro de 2025 - % de pessoas)	25
Gráfico 10: Pessoas idosas por cor ou raça (CadÚnico/setembro de 2025 - % de pessoas).....	26
Gráfico 11: Parentesco do idoso em relação ao responsável familiar (CadÚnico/setembro de 2025 - nº de pessoas).....	26
Gráfico 12: Escolaridade das pessoas idosas (CadÚnico/setembro de 2025 - nº de pessoas)	27
Gráfico 13: Pessoas idosas por renda familiar <i>per capita</i> (CadÚnico/setembro de 2025 - % de pessoas)	27
Gráfico 14: Pessoas idosas por espécie de domicílio (CadÚnico/setembro de 2025 - nº de pessoas) ..	28

Gráfico 15: Pessoas com deficiência por tipo de dificuldade funcional (Censo Demográfico de 2022 - nº de pessoas).....	31
Gráfico 16: Pessoas com deficiência por grupo etário (Censo Demográfico de 2022 - nº de pessoas) .	32
Gráfico 17: Pessoas com deficiência por grupo de idade (CadÚnico/setembro de 2025 - nº de pessoas)	34
Gráfico 18: Pessoas com deficiência por tipo de deficiência (Observatório do Cadastro Único/janeiro de 2026 - nº de pessoas)	35
Gráfico 19: Pessoas com deficiência por cor ou raça (CadÚnico/setembro de 2025 - % de pessoas)...	35
Gráfico 20: Parentesco da pessoa com deficiência em relação ao responsável familiar (CadÚnico/setembro de 2025 - nº de pessoas).....	36
Gráfico 21: Pessoas com deficiência por escolaridade (CadÚnico/setembro de 2025 - nº de pessoas)	36
Gráfico 22: Pessoas com deficiência por renda familiar <i>per capita</i> (CadÚnico/setembro de 2025 - % de pessoas).....	37
Gráfico 23: Pessoas com deficiência por espécie de domicílio (CadÚnico/setembro de 2025 - nº de pessoas).....	38
Gráfico 24: População em situação de rua por identidade de gênero (IV Censo de população em situação de rua de Belo Horizonte de 2022).....	40
Gráfico 25: Pirâmide etária da população em situação de rua (IV Censo de população em situação de rua de Belo Horizonte de 2022).....	41
Gráfico 26: População em situação de rua por cor ou raça (IV Censo de população em situação de rua de Belo Horizonte de 2022).....	42
Gráfico 27: Tipo de vínculos na rua da população em situação de rua (IV Censo de população em situação de rua de Belo Horizonte de 2022).....	44
Gráfico 28: Antecedentes de institucionalização da população em situação de rua ao longo da vida por sexo e tipo de instituição (IV Censo de população em situação de rua de Belo Horizonte de 2022)	45
Gráfico 29: Motivos declarados para morar na rua (IV Censo de população em situação de rua de Belo Horizonte de 2022).....	46
Gráfico 30: População em situação de rua por posse de documentos e sexo (IV Censo de população em situação de rua de Belo Horizonte de 2022)	48
Gráfico 31: População em situação de rua por tempo que vive na rua (Observatório do Cadastro Único/2026 - nº de pessoas).....	50
Gráfico 32: Contato com parente que viva fora das ruas (Observatório do Cadastro Único/2026 - nº de pessoas).....	50
Gráfico 33: Pessoas em situação de rua por grupo de idade (CadÚnico/setembro de 2025 - nº de pessoas).....	51
Gráfico 34: Pessoas em situação de rua por cor ou raça (CadÚnico/setembro de 2025 - % de pessoas)	51
Gráfico 35: Motivo pelos quais encontra-se em situação de rua (Observatório do Cadastro Único/2026 - nº de pessoas)	52
Gráfico 36: Locais de pernoite (Observatório do Cadastro Único/2026 - nº de pessoas).....	52

Gráfico 37: Geração de renda (Observatório do Cadastro Único/2026 - nº de pessoas)	53
Gráfico 38: Estrangeiros e naturalizados brasileiros residentes no país	55
Gráfico 39: Região de origem de imigrantes que vivem no Brasil	56
Gráfico 40: País de origem de pessoas imigrantes (CadÚnico/setembro de 2025 - nº de pessoas).....	59
Gráfico 41: Grupos de idade de pessoas imigrantes (CadÚnico/setembro de 2025 - nº de pessoas)..	60
Gráfico 42: Cor ou raça imigrantes (CadÚnico/setembro de 2025 - % de pessoas)	60
Gráfico 43: Parentesco do imigrante em relação ao responsável familiar (CadÚnico/setembro de 2025 - nº de pessoas)	61
Gráfico 44: Escolaridade dos imigrantes (CadÚnico/setembro de 2025 - nº de pessoas).....	61
Gráfico 45: Renda familiar <i>per capita</i> dos imigrantes (CadÚnico/setembro de 2025 - % de pessoas)..	62
Gráfico 46: Espécie de domicílio dos imigrantes (CadÚnico/setembro de 2025 - nº de pessoas).....	62
Gráfico 47: Tipos de domicílio com moradores indígenas (Panorama do Censo Demográfico do IBGE/2022)	64
Gráfico 48: Pirâmide etária da população indígena (Panorama do Censo Demográfico do IBGE/2022)	65
Gráfico 49: Alfabetização de indígenas por grupo de idade (Panorama do Censo Demográfico do IBGE/2022)	65
Gráfico 50: Etnias indígenas (CadÚnico/setembro de 2025 - % de pessoas).....	67
Gráfico 51: Grupos de idade de pessoas indígenas (CadÚnico/setembro de 2025 - nº de pessoas).....	68
Gráfico 52: Parentesco em relação ao responsável familiar (CadÚnico/setembro de 2025 - nº de pessoas).....	68
Gráfico 53: Escolaridade dos indígenas (CadÚnico/setembro de 2025 - nº de pessoas).....	69
Gráfico 54: Renda familiar <i>per capita</i> dos indígenas (CadÚnico/setembro de 2025 - % de pessoas)....	69
Gráfico 55: Espécie de domicílio dos indígenas (CadÚnico/setembro de 2025 - nº de pessoas)	70
Gráfico 56: Mulheres vítimas de violência doméstica e familiar na RISP Belo Horizonte (Diagnóstico da violência doméstica e familiar contra a mulher nas RISPs/1º semestre de 2023 - nº de mulheres)	72

Quadros

Quadro 1: Quadro síntese	76
--------------------------------	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número de pessoas por sexo e faixa etária em Belo Horizonte	23
Tabela 2: Pessoas idosas cadastradas por faixa etária (CadÚnico/setembro de 2025 - nº de pessoas)	25
Tabela 3 Material predominante do domicílio das pessoas idosas (CadÚnico/setembro de 2025 - nº de pessoas)	28
Tabela 4: Material predominante do domicílio (CadÚnico/setembro de 2025 - nº de pessoas).....	38
Tabela 5: Alfabetização e escolaridade por sexo e total das pessoas em situação de rua (IV Censo de população em situação de rua de Belo Horizonte de 2022)	43
Tabela 6: Intenção de deixar a situação de rua e soluções para isso (IV Censo de população em situação de rua de Belo Horizonte de 2022)	47
Tabela 7: Tipo de violências por semestre (Diagnóstico da violência doméstica e familiar contra a mulher nas RISPs/1º semestre de 2023 - nº de mulheres)	73

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

AIS - Assentamentos de Interesse Social

ATHIS - Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CadÚnico - Cadastro Único para Programas Sociais

CMH - Conselho Municipal de Habitação

DPOP - Diretoria de Políticas para População em Situação de Rua, Migrantes e Refugiados

EJA - Educação de Jovens e Adultos

EUA - Estados Unidos da América

FLACSO Brasil - Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MCMV - Minha Casa, Minha Vida

MDS - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social Família e Combate à Fome

ONU - Organização das Nações Unidas

PBF - Programa Bolsa Família

PBH - Prefeitura de Belo Horizonte

PLHIS - Plano Local de Habitação de Interesse Social

PMH - Política Municipal da Habitação

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PNDPI - Pacto Nacional de Implementação dos Direitos da Pessoa Idosa

PNH - Política Nacional de Habitação

PNHIS - Política Nacional de Habitação de Interesse Social

RISP - Região Integrada de Segurança Pública

RMBH - Região Metropolitana de Belo Horizonte

RNM - Registro Nacional Migratório

SAGI - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

SEJUSP - Segurança Pública da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais

SGE - Sistema de Gestão Escolar

SISMIGRA - Sistema de Registro Nacional Migratório da Polícia Federal

SMASDH - Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos

SNHIS - Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUS - Sistema Único de Saúde

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

Urbel - Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
1 CARACTERIZAÇÃO DE GRUPOS POPULACIONAIS EM VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL.....	13
1.1 PESSOAS EM DOMICÍLIOS SEM BANHEIRO	15
1.2 PESSOAS IDOSAS.....	22
1.3 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	30
1.4 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	39
1.5 POPULAÇÃO IMIGRANTE	54
1.6 POPULAÇÃO INDÍGENA.....	63
1.7 MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA	71
2 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
REFERÊNCIAS	81

APRESENTAÇÃO

Este relatório consiste no **Produto 5C - Análise da população em vulnerabilidade e risco social** da revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS de Belo Horizonte, conforme contrato firmado entre esta empresa, Latus Consultoria, e o Município de Belo Horizonte (Contrato UB 067/2024). O presente produto faz parte da quinta etapa deste trabalho, cujo principal objetivo é identificar as principais necessidades habitacionais do Município. Seu terceiro produto, o qual corresponde a este relatório, possui a finalidade de analisar a população em situação de vulnerabilidade e/ou risco social situada no Município, por meio de informações existentes.

O desenvolvimento deste produto obedeceu ao pactuado no Plano de Trabalho (Latus Consultoria, 2024) e Termo de Referência (Belo Horizonte, 2024) - documento anexo à licitação que originou esta contratação (licitação URBEL/SMOBI CC 99.001/2024) e instrumento guia da elaboração deste processo¹. O conteúdo exposto neste relatório é resultante de atividades técnicas que tiveram início no mês de setembro de 2025 e fim em novembro deste mesmo ano. Ao longo deste período foram realizadas diversas atividades de levantamento e análise das informações coletadas, entre as equipes da Latus, da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte - Urbel e demais setores municipais relacionados com as temáticas. Seu conteúdo também foi complementado e orientado a partir de dados coletados em outras fontes oficiais e dos resultados obtidos com a etapa 4 anterior a esta contratação, onde foi realizada uma pesquisa com atores sociais relevantes do cenário habitacional do Município.

Este relatório estrutura-se a partir de sete capítulos que retratam os diferentes grupos populacionais em vulnerabilidade e risco social identificados e ainda não abordados neste trabalho: (i) pessoas em domicílios sem banheiro, (ii) pessoas idosas, (iii) pessoas com deficiência, (iv) população em situação de rua, (v) população imigrante, (vi) população indígena e (vii) mulheres vítimas de violência.

¹ Ver Capítulo 4.5 do Plano de Trabalho (Latus Consultoria, 2024) para mais informações sobre o desenvolvimento desta etapa previsto.

1 CARACTERIZAÇÃO DE GRUPOS POPULACIONAIS EM VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL

A implementação de políticas habitacionais de interesse social configura-se como um desafio urbano cada vez mais complexo dado a heterogeneidade de contextos e grupo sociais sujeitos a vulnerabilidade e risco social. Deste modo, este produto objetiva apresentar indicadores e uma caracterização que possam subsidiar, de forma multifatorial, a definição de diretrizes e critérios de prioridades no Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS de Belo Horizonte.

A análise desenvolvida parte do pressuposto de que o déficit habitacional é atravessado por diferentes dimensões sociais, demográficas, territoriais e institucionais. Além disso, sublinha-se a importância da adoção de critérios interseccionais nas políticas públicas, como nas políticas habitacionais, uma vez que os dados indicam maior incidência de pessoas negras e do sexo feminino entre os grupos mais vulnerabilizados, como será visto na sequência.

Para elaboração dessa caracterização foram utilizados dados secundários, principalmente, do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE de 2022, do Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico (Belo Horizonte, 2025), do IV Censo da População Adulta em Situação de Rua de 2022 (Garcia *et al.*, 2023), da Diretoria de Políticas para População em Situação de Rua, Migrantes e Refugiados - DPOP, e do Diagnóstico da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher nas Regiões Integradas de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, relatório estatístico do primeiro semestre de 2023 (Minas Gerais, 2023). Esse conjunto de dados possibilita uma leitura das condições de vida e moradia dos grupos analisados, mantendo as especificidades e necessidades de cada segmento.

Como definição de vulnerabilidade e risco social, o presente documento utilizou o conceito estabelecido pelo Sistema Único de Assistência Social - SUAS. De acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS (Brasil, 2005b), a vulnerabilidade social é uma condição multifatorial que resulta do entrelaçamento entre: (i) pobreza ou insuficiência de renda, (ii) dificuldades de acesso a direitos sociais e (iii) fragilização de vínculos familiares e comunitários. Já, risco social refere-se à materialização dessas vulnerabilidades, expressando-se em situações concretas de violação de

direitos, com ocorrências de danos materiais, físicos e/ou psíquicos, ocasionando rompimento de vínculos protetivos, principalmente, os familiares e comunitários.

As normativas nacionais da Assistência Social destacam, ainda, que determinados marcadores sociais, como etapas do ciclo de vida (especialmente infância, adolescência e velhice), gênero e identidades socialmente estigmatizados são fatores que agravam a susceptibilidade à vulnerabilidade e risco social. Esses marcadores, dentro do campo da política habitacional, podem ser lidos nas condições físicas/estruturais dos domicílios e na segurança de permanência nos territórios, na habitabilidade e suas condições às necessidades dos ocupantes, e na relação domicílio e acesso a infraestruturas e serviços urbanos.

Deste modo, com base nesses referenciais, são analisados, neste produto, os seguintes grupos e situações de vulnerabilidade social: pessoas em domicílios sem banheiro, pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua, população imigrante, população indígena e mulheres vítimas de violência. A seleção desses grupos fundamenta-se em critérios normativos que orientam a política habitacional no país e nos contextos sociopolíticos da atualidade:

- I. **Pessoas em domicílios sem banheiro:** A ausência de instalações sanitárias adequadas em um domicílio submete seus ocupantes a condições de habitabilidade subnormais. Além disso, a ausência se constitui como uma inadequação domiciliar e vulnerabilidade multidimensional, ferindo preceitos de direitos humanos² e elevando o risco epidemiológico.
- II. **Pessoas idosas:** A Política Nacional de Habitação de Interesse Social - PNHIS estabelece uma reserva mínima de 3% das unidades habitacionais em empreendimentos públicos para pessoas idosas. Porém, o rápido processo de envelhecimento populacional no Brasil torna esse índice insuficiente para atender à crescente demanda. Por isso, justifica-se a compreensão socioeconômica dessa população etária para o desenho de políticas habitacionais capazes de promover o direito à moradia a públicos mais vulneráveis.
- III. **Pessoas com deficiência:** A Política Nacional de Habitação - PNH e o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, através da Lei nº 11.124/2005 (Brasil, 2005a), estabelecem a priorização de grupos em situação de maior vulnerabilidade, incluindo famílias que possuam pessoas com deficiência, especialmente, em um contexto no qual o mercado imobiliário formal não absorve os custos das adaptações necessárias à acessibilidade.
- IV. **Pessoas em situação de rua:** Políticas habitacionais voltadas para esse público buscam enfrentar a falta de referência habitacional que acaba por produzir um ciclo de exclusão a outras políticas públicas. A habitação é tema central para a situação de rua, ainda que por meio de soluções alternativas à posse da moradia, como aluguel social, repúblicas e outras formas

² A falta de saneamento básico é considerada uma violação de direitos humanos.

de moradia assistida ou transitória, garantam estabilidade residencial mínima, segurança e permanência no território para estas pessoas.

- V. **População imigrante:** A Lei da Migração - Lei nº 13.445/2017 (Brasil, 2017) - reconhece o princípio da igualdade de direitos, da não discriminação e do acesso universal às políticas sociais para imigrantes que passam a residir no Brasil. Devido às origens e motivações do processo migratório, uma parcela significativa dos imigrantes vivem no país em condições precárias, com alto grau de vulnerabilidade e risco social.
- VI. **População indígena:** A priorização da população indígena nas políticas habitacionais justifica-se pela vulnerabilidade e pelo risco social historicamente vivenciados por esses povos no Brasil, marcados por processos contínuos de expropriação territorial, violência, discriminação institucional e negação de direitos básicos.
- VII. **Mulheres vítimas de violência:** A habitação constitui um instrumento estrutural no enfrentamento da violência doméstica contra mulheres, pois a ausência de moradia segura e autônoma é um dos principais fatores que perpetuam a permanência em ciclos de violência. Nesse sentido, a política habitacional - seja por meio da priorização em programas de provisão de moradia, seja por soluções alternativas como aluguel social, moradias transitórias e unidades vinculadas a redes de acolhimento - atua como eixo estruturante da política de enfrentamento à violência doméstica, permitindo a interrupção imediata do risco e a reorganização da vida cotidiana.

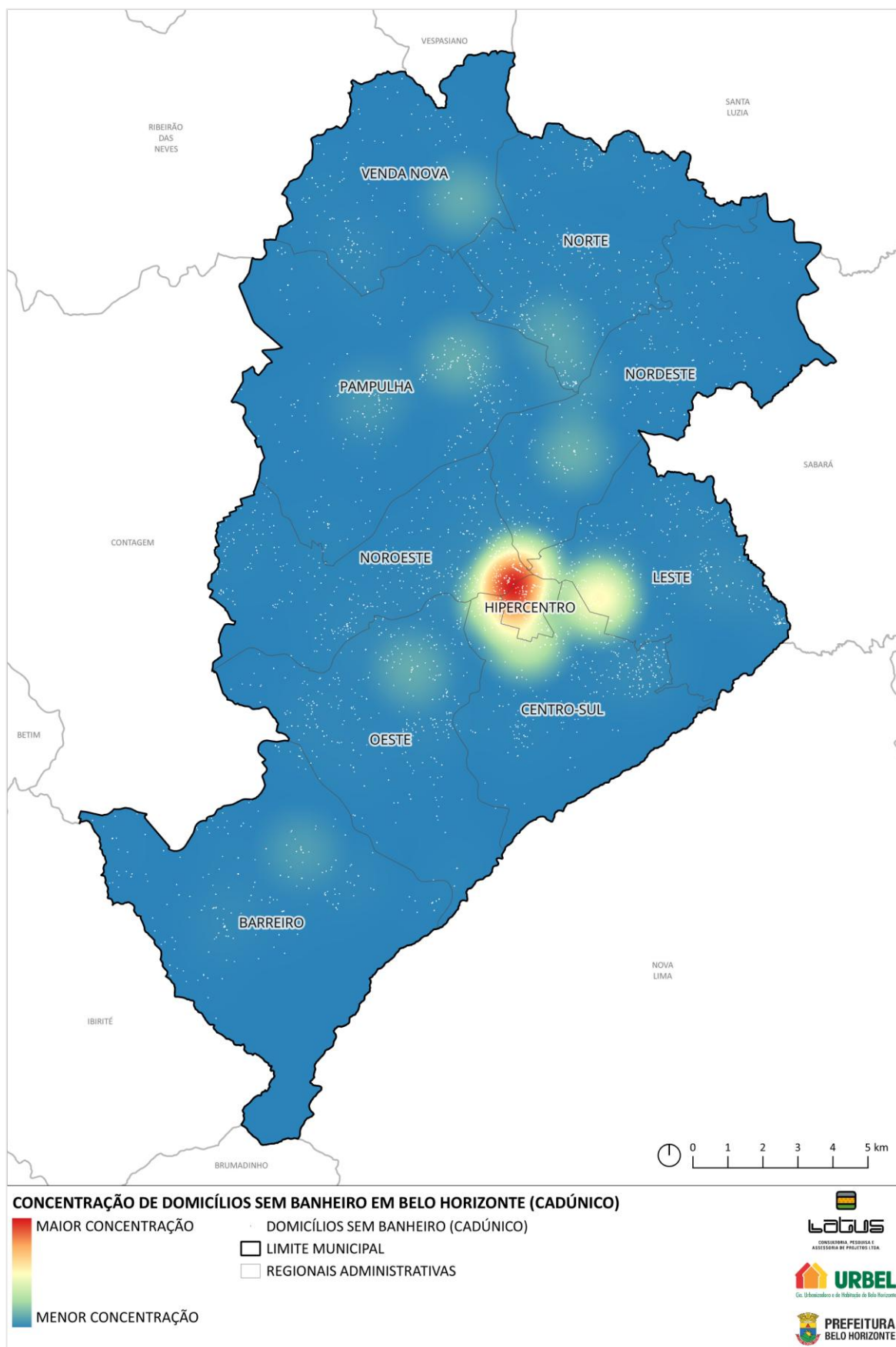
Portanto, a caracterização apresentada nos próximos itens busca oferecer uma leitura abrangente e qualificada da realidade social e urbana, evidenciando as especificidades e necessidades diferentes no que tange à moradia para os grupos analisados. Os dados têm assim o papel de subsidiar na formulação de diretrizes, programas e prioridades do PLHIS de Belo Horizonte.

1.1 PESSOAS EM DOMICÍLIOS SEM BANHEIRO

Conforme dados do Censo Demográfico do IBGE de 2022, Belo Horizonte tem 944 domicílios sem banheiro de uso exclusivo. Já os registros do CadÚnico apontam que 7.182 pessoas residem em moradias sem banheiro, o que corresponde a aproximadamente 1,05% da base cadastral³. Estas pessoas, como é possível verificar na Figura 1, residem, principalmente, na regional do Hipercentro e seu entorno próximo.

³ Valores de referência do CadÚnico, dados de setembro de 2025: 680.326 pessoas cadastradas.

Figura 1: População em domicílio sem banheiro (CadÚnico/setembro de 2025)



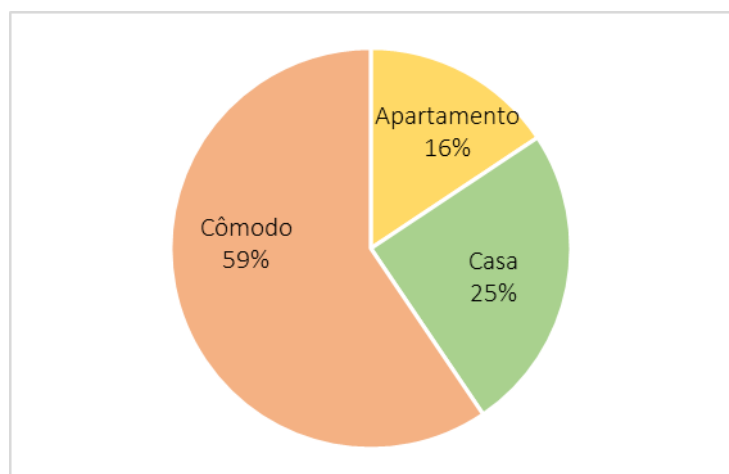
Fonte: Latus Consultoria, 2026, a partir de dados da Diretoria de Vigilância Socioassistencial da SMASDH, 2025.

A divergência entre as bases de dados pode ser compreendida sob dois aspectos principais, que são complementares. As informações mais detalhadas sobre domicílios e famílias no Censo são obtidas por meio do questionário de amostra. Essa metodologia pode gerar variações naturais nos indicadores quando comparados a outras fontes, dependendo da escala e da caracterização utilizada. Diferente dos levantamentos estatísticos tradicionais, o CadÚnico deve ser analisado a partir das seguintes premissas:

- Finalidade administrativa (CadÚnico) X estatística (Censo): O CadÚnico não possui o mesmo rigor metodológico que as pesquisas do IBGE. A qualidade do dado é diretamente influenciada pela capacitação dos entrevistadores e pela precisão no preenchimento do sistema, o que abre margem para distorções (subestimação ou superestimação de dados);
- Caráter autodeclaratório: A fidedignidade das informações depende da forma como a entrevista é conduzida e da compreensão do entrevistado, o que pode ampliar a margem de erro;
- Foco na vulnerabilidade: Como o CadÚnico é voltado prioritariamente para famílias em situação de risco social, ele tende a registrar com mais detalhamento grupos que muitas vezes aparecem sub-representados no Censo.

A ausência de banheiro revela múltiplas privações espaciais e socioeconômicas. Segundo o CadÚnico, 84% dessas pessoas não dispõem de acesso à água canalizada em suas moradias. Além disso, 59% desse grupo vivem em cômodos, caracterizados como domicílios improvisados sem condições adequadas de habitabilidade, conforme ilustrado no Gráfico 1.

Gráfico 1: Espécie de domicílio sem banheiro (CadÚnico/setembro de 2025 - % de pessoas)⁴

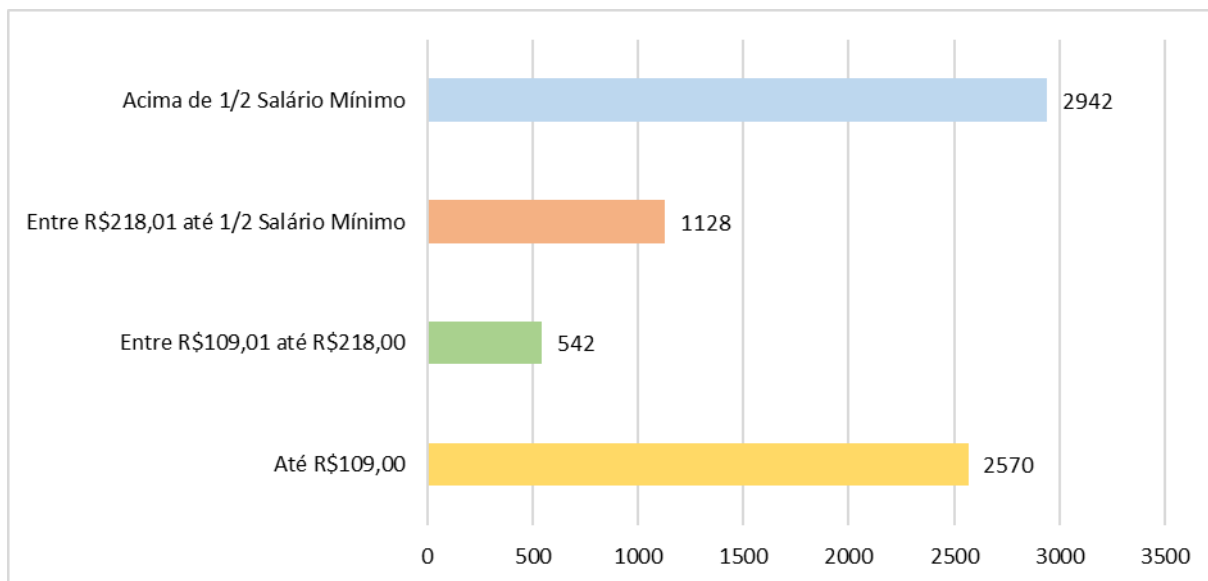


Fonte: Latus Consultoria, 2026, a partir de dados da Diretoria de Vigilância Socioassistencial da SMASDH, 2025.

⁴ Para a análise não foram contabilizadas 63 pessoas, porque nestas não constam a informação desse dado.

Moram em locais alugados 31,5% dessas pessoas (2.264 indivíduos), o que indica uma situação de insegurança habitacional associada à precariedade da infraestrutura. No que se refere a renda, como é possível verificar no Gráfico 2, 2.570 pessoas apresentam renda familiar *per capita* de até R\$109,00, 542 situam-se na faixa entre R\$109,01 até R\$218, 1.128 vivem com renda entre R\$218,01 até meio salário mínimo, e 2.942 pessoas têm renda acima de meio salário mínimo.

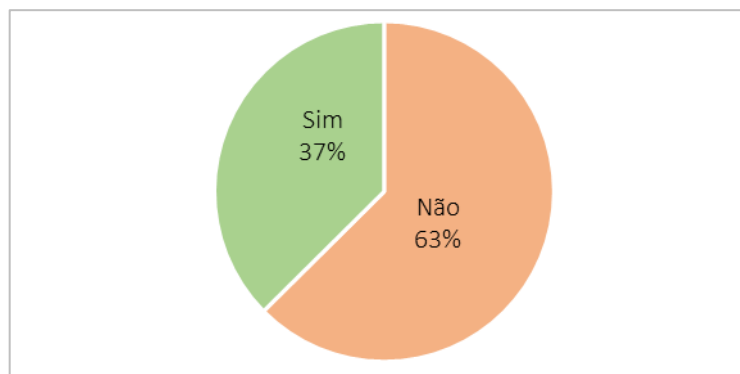
Gráfico 2: Pessoas em domicílio sem banheiro por faixa da renda familiar *per capita* (CadÚnico/setembro de 2025 - nº de pessoas)



Fonte: Latus Consultoria, 2026, a partir de dados da Diretoria de Vigilância Socioassistencial da SMASDH, 2025.

De acordo com o Gráfico 3, verifica-se que compõem famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família - PBF apenas 37% das pessoas (2.687 indivíduos) cadastradas no CadÚnico que moram em domicílios sem banheiro. Importante ressaltar que o dado se refere à carência de instalações sanitárias, sem detalhar a natureza da moradia (se particular ou coletiva), o que demandaria o processamento de outros dados do cadastro. É importante observar também que o termo 'cortiço' não é uma variável prevista na metodologia de coleta do CadÚnico, dificultando uma tipificação específica por essa nomenclatura.

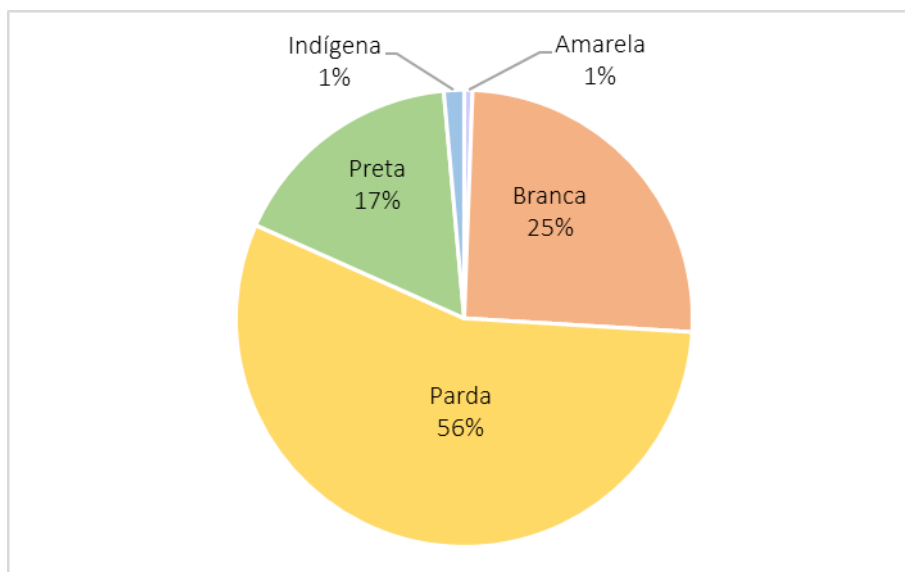
Gráfico 3: Pessoas em domicílio sem banheiro beneficiária do PBF (CadÚnico/setembro de 2025 - % de pessoas)



Fonte: Latus Consultoria, 2026, a partir de dados da Diretoria de Vigilância Socioassistencial da SMASDH, 2025.

Com relação ao sexo, há uma ligeira predominância das pessoas do sexo masculino: 3.706 pessoas (52%) em comparação ao sexo feminino, que representa 3.476 pessoas (48%). O Gráfico 4 evidencia o que diferentes estudos urbanos apontam: a correlação entre a desigualdade socioespacial e raça. Como é possível verificar, 73% das pessoas cadastradas no CadÚnico que residem em moradias sem banheiro são pardas ou pretas⁵. Pessoas que se autodeclaram como brancas representam 25% do grupo, indígenas e amarelas correspondem a 1% cada.

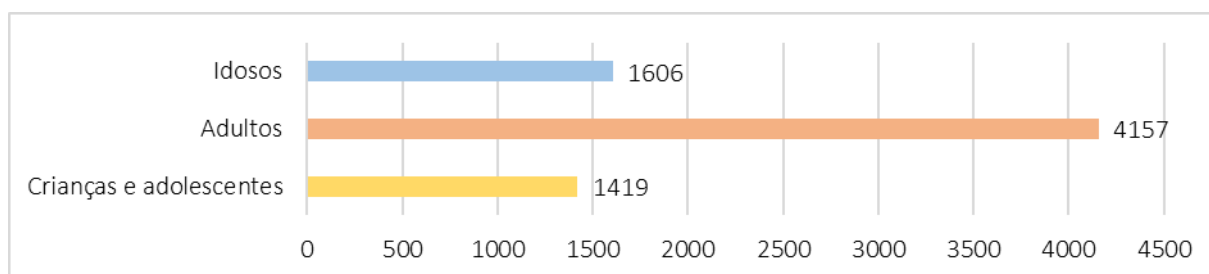
Gráfico 4: Pessoas em domicílio sem banheiro por cor ou raça (CadÚnico/setembro de 2025 - % de pessoas)



Fonte: Latus Consultoria, 2026, a partir de dados da Diretoria de Vigilância Socioassistencial da SMASDH, 2025.

Cerca de 20% desse grupo é formado por crianças e adolescentes entre 0 e 19 anos e 22% são pessoas idosas. Como é possível observar nos Gráficos 5 e 6 a seguir, a vulnerabilidade material da falta de acesso ao banheiro na moradia é agravada pelo fato de que 42% das pessoas que vivem nesses locais são crianças, adolescentes ou idosos.

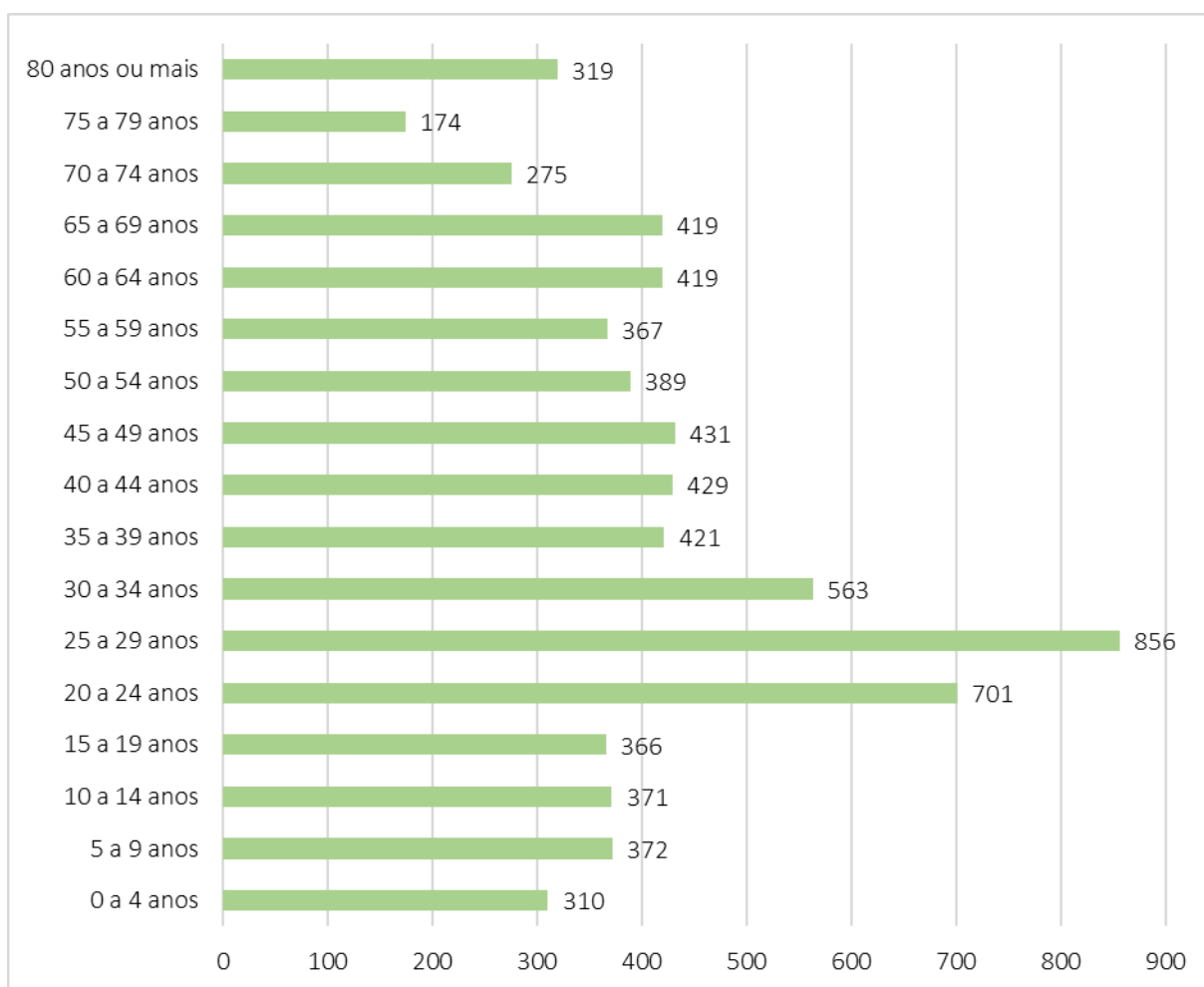
Gráfico 5: Pessoas em domicílio sem banheiro por grupo etário (CadÚnico/setembro de 2025 - nº de pessoas)



Fonte: Latus Consultoria, 2026, a partir de dados da Diretoria de Vigilância Socioassistencial da SMASDH, 2025.

⁵ O Estatuto da Igualdade Racial define como população negra “o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga” (Brasil, 2010).

Gráfico 6: Pessoas em domicílio sem banheiro por faixa etária (CadÚnico/setembro de 2025 - nº de pessoas)



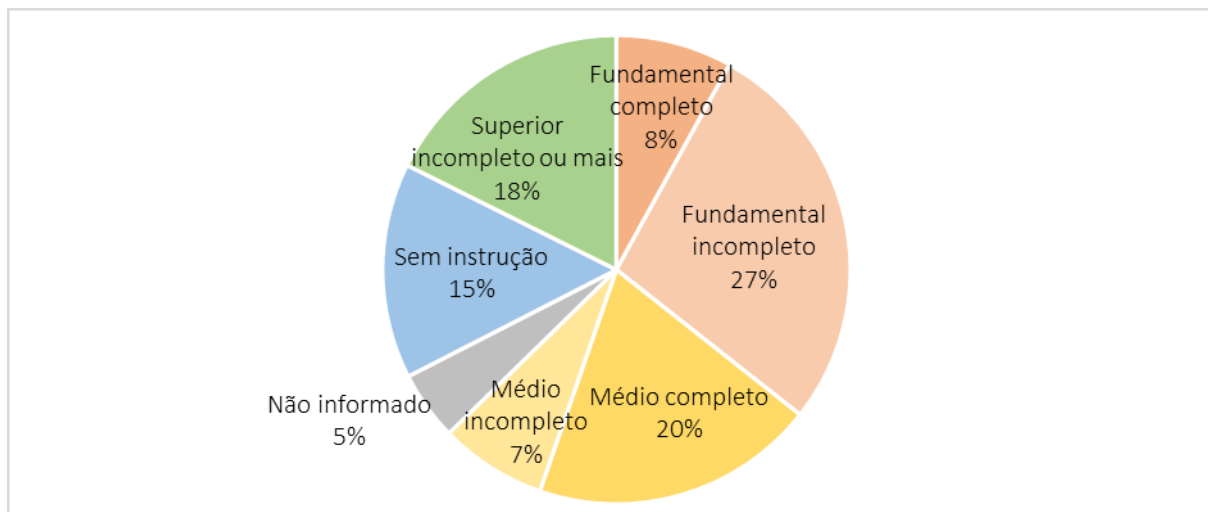
Fonte: Latus Consultoria, 2026, a partir de dados da Diretoria de Vigilância Socioassistencial da SMASDH, 2025.

Declararam ter algum tipo de deficiência 1.583 pessoas, ou seja, 22%. Esse é um percentual bastante alto se relacionarmos esse indicador com a falta de acesso ao banheiro e, conseqüente, precariedade habitacional. O alto número de pessoas com deficiência no CadÚnico acontece porque, muitas vezes, as pessoas não sabem exatamente o que se enquadra como deficiência e tudo acaba dependendo muito da percepção de cada um. Além disso, a forma como a gestão municipal organiza as entrevistas e coleta de dados também influencia o resultado. Identificar uma deficiência é um desafio no mundo todo. Por esse motivo o IBGE segue regras internacionais bem rígidas, enquanto o CadÚnico é mais aberto à fala do morador. A grande diferença está em como o cidadão sente e interpreta suas limitações: uma pessoa que usa óculos, por exemplo, pode se declarar uma pessoa com deficiência por sentir que depende totalmente das lentes para enxergar, o que acaba gerando números bem maiores no CadÚnico do que os registrados pelo Censo.

Com relação aos dados de escolaridade, chama a atenção, que um percentual significativo desse grupo populacional possui uma escolaridade acima da média nacional: 20% das pessoas (1.415

indivíduos) completaram o ensino médio e 18% (1.267 indivíduos) chegaram ao ensino superior. O Gráfico 7 mostra os diferentes graus de instrução desse grupo.

Gráfico 7: Pessoas em domicílio sem banheiro por grau de instrução (CadÚnico/setembro de 2025 - % de pessoas)



Fonte: Latus Consultoria, 2026, a partir de dados da Diretoria de Vigilância Socioassistencial da SMASDH, 2025.

A partir dos dados apresentados neste subcapítulo é possível inferir que “domicílios sem banheiro” é um importante indicador de vulnerabilidade e risco social. A ausência de banheiro e de acesso à água canalizada está correlacionada com a predominância de domicílios improvisados e a insegurança da condição de moradia. A relação deste dado com a espécie de domicílio predominante do tipo cômodo e com o aluguel, enfatizada pela sua maior concentração na região central, sugere a presença de cortiços no Município, conforme definição da Política Municipal da Habitação - PMH⁶. A presença deste tipo de domicílio no Município será avaliada mais profundamente no desenvolvimento deste diagnóstico e nas vistorias *in loco* a serem promovidas.

É fundamental destacar, que esse indicador atinge de forma central grupos com maior demanda por proteção social: 42% das pessoas que vivem nessas moradias são crianças, adolescentes ou pessoas idosas, além de que 22% declaram algum tipo de deficiência e isso amplia a complexidade das necessidades habitacionais. Outro aspecto interseccional que precisa ser sublinhado é que vivem nesses domicílios majoritariamente pessoas autodeclaradas pardas ou pretas (73%). A combinação entre raça/cor, faixa etária e condições de moradia evidencia uma interseccionalidade que contribui para a maior incidência da precariedade sanitária em determinados segmentos populacionais. Nesse sentido, a ausência de banheiro configura um indicador relevante de inadequação domiciliar e deve ser considerada de forma integrada.

⁶ A Resolução nº LII do Conselho Municipal de Habitação - CMH define os cortiços como “assentamentos constituídos por habitações coletivas precárias de aluguel com alta densidade de ocupação, geralmente situados nas regiões mais centrais da cidade, onde cada cômodo abriga uma família de baixa renda e as instalações sanitárias são comuns”.

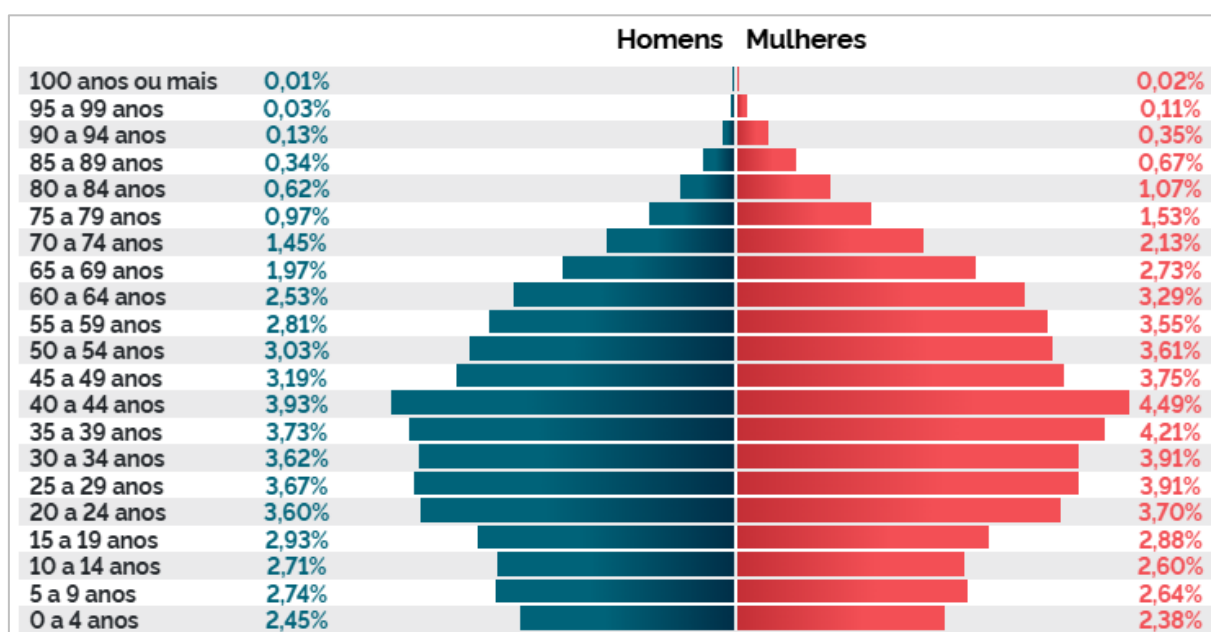
1.2 PESSOAS IDOSAS

O envelhecimento populacional é uma das transformações sociais mais relevantes do século XXI, impactando, segundo estudos da Organização das Nações Unidas - ONU, áreas da saúde, assistência social, habitação, economia, previdência social e política urbana. A ONU referendou a década de 2020-2030 como a Década do Envelhecimento, buscando promover entre seus países-membros políticas voltadas à população idosa e ao Brasil. A partir disso, o governo brasileiro construiu o Pacto Nacional de Implementação dos Direitos da Pessoa Idosa - PNDPI (Brasil, 2021). Acerca dos dados nacionais, cálculos do IBGE realizados em 2018, apontam que em cerca de 40 anos 25,5% da população brasileira será de idosos.

O número de pessoas idosas em Belo Horizonte, de acordo com o último Censo Demográfico do IBGE de 2022, é de 462.104 indivíduos. Isso representa que cerca de 20% da população do Município é formada por pessoas com 60 anos ou mais de idade. Com um índice de envelhecimento de 128,62, o Município apresenta uma predominância da população idosa sobre a jovem, registrando 128 idosos para cada grupo de 100 pessoas na faixa de 0 a 14 anos.

Ainda, entre as pessoas com 60 anos ou mais, observa-se um fenômeno de feminização: do total de 462.104 pessoas nessa faixa etária, 275.713 são mulheres e 186.391 são homens. Isso, em termos percentuais, significa que as mulheres representam cerca de 59,7% da população com 60 anos ou mais, enquanto os homens correspondem a 40,3%. O Gráfico 8 e Tabela 1 abaixo evidenciam o processo gradativo de inversão da pirâmide etária de Belo Horizonte e apontam, também, a feminização da velhice.

Gráfico 8: Pirâmide etária de Belo Horizonte



Fonte: Panorama do Censo Demográfico do IBGE, 2026.

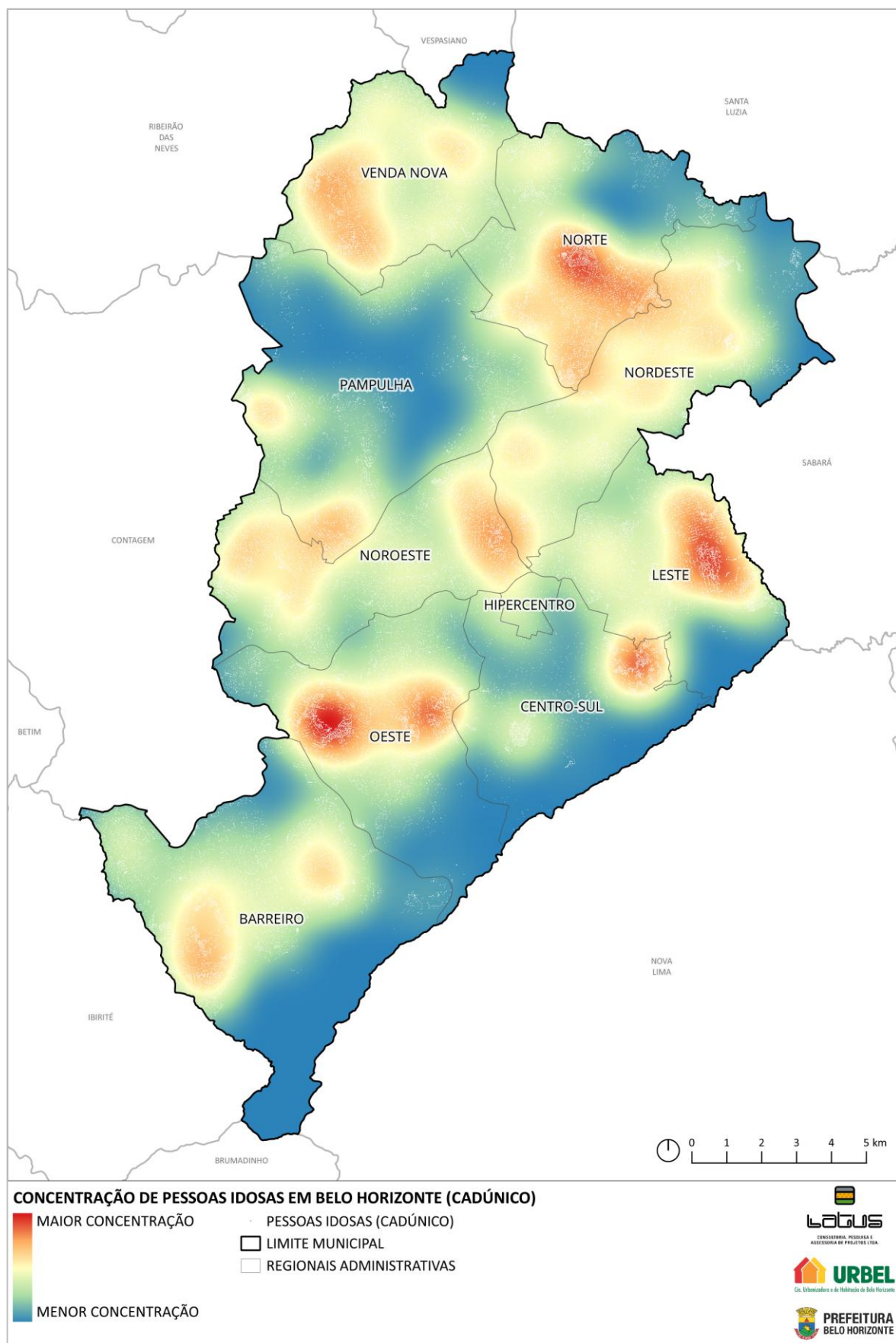
Tabela 1: Número de pessoas por sexo e faixa etária em Belo Horizonte

	Total	Homens	Mulheres
População	2315560	1075747	1239813
0 a 4 anos	111703	56649	55054
5 a 9 anos	124644	63466	61178
10 a 14 anos	122943	62637	60306
15 a 19 anos	134631	67901	66730
Faixa Etária	2809481	1326400	1483081
20 a 24 anos	169064	83471	85593
25 a 29 anos	175522	85040	90482
30 a 34 anos	174412	83768	90644
35 a 39 anos	183821	86265	97556
40 a 44 anos	194854	90936	103918
45 a 49 anos	160678	73939	86739
50 a 54 anos	153791	70106	83685
55 a 59 anos	147393	65178	82215
Faixa Etária	1359535	638703	720832
60 a 64 anos	134720	58535	76185
65 a 69 anos	108787	45639	63148
70 a 74 anos	82861	33507	49354
75 a 79 anos	57775	22423	35352
80 a 84 anos	39304	14412	24892
85 a 89 anos	23447	7844	15603
90 a 94 anos	11173	3115	8058
95 a 99 anos	3385	789	2596
100 anos ou mais	652	127	525
Faixa Etária	462104	186391	275713

Fonte: Latus Consultoria, 2026, a partir de dados do Censo Demográfico do IBGE, 2026.

A base cadastral de setembro de 2025 do CadÚnico demonstra o total de 680.326 pessoas cadastradas em Belo Horizonte. Dessas, 114.220 (cerca de 16,8%) são pessoas idosas com 60 anos ou mais idade. Como é possível observar na Figura 2, esse grupo populacional se distribui em todo o território municipal, com uma ligeira concentração nas regionais Leste, Oeste e Norte.

Figura 2: População idosa (CadÚnico/setembro de 2025)



Fonte: Latus Consultoria, 2026, a partir de dados da Diretoria de Vigilância Socioassistencial da SMASDH, 2025.

A Tabela 2 mostra a distribuição por faixa etária de pessoas cadastradas no CadÚnico com mais de 60 anos de idade. A maior proporção ocorre na faixa etária de 60 a 65 anos.

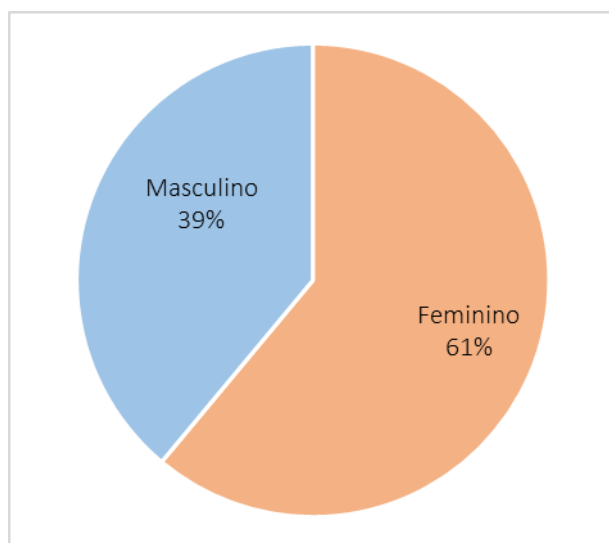
Tabela 2: Pessoas idosas cadastradas por faixa etária (CadÚnico/setembro de 2025 - nº de pessoas)

Faixa Etária	Número de Pessoas Cadastradas
60 a 65 anos	40708
66 a 70 anos	29164
71 a 75 anos	19428
76 a 80 anos	11884
81 anos ou mais	13036
Total	114.220

Fonte: Latus Consultoria, 2026, a partir de dados da Diretoria de Vigilância Socioassistencial da SMASDH, 2025.

Como já demonstrado pelos dados do Censo Demográfico do IBGE de 2022, a proporção de mulheres entre a população idosa é significativamente maior: a razão entre os sexos fica em 1,57 mulher para cada homem. No CadÚnico, 69.754 pessoas (61%) correspondem a mulheres idosas, enquanto 44.467 pessoas (39%) são homens idosos (Gráfico 9). Cerca de 23% dessas pessoas idosas possuem algum tipo de deficiência, o que representa 25.906 pessoas idosas.

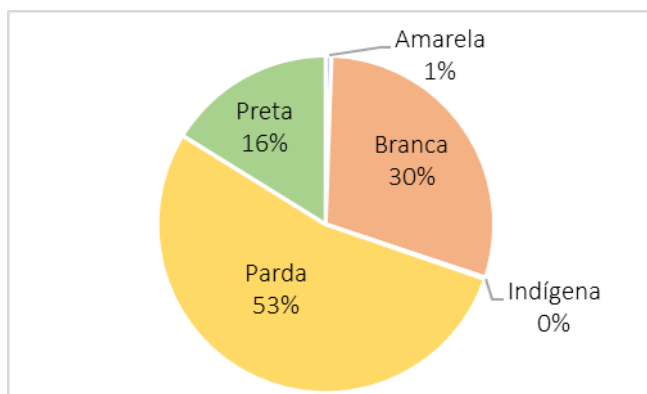
Gráfico 9: Pessoas idosas por sexo (CadÚnico/setembro de 2025 - % de pessoas)



Fonte: Latus Consultoria, 2026, a partir de dados da Diretoria de Vigilância Socioassistencial da SMASDH, 2025.

Com relação a cor ou raça (Gráfico 10), pessoas indígenas representam menos de 1% (179 pessoas) do referido grupo etário, havendo maior presença de pessoas que se autodeclararam de origem asiática: 634 pessoas (1%). A maior parte das pessoas idosas cadastradas no CadÚnico são pretas ou pardas - 69% (79.624 pessoas) - e 30% (33.758 pessoas) se autodeclararam brancas. Enfatiza-se que os dados de cor e raça seguem o princípio da autodeclaração, o que significa que o resultado reflete como a pessoa se percebe naquele momento. No entanto, o número final também é influenciado pela dinâmica da entrevista. Dependendo de como a pergunta é feita ou de como o diálogo flui no atendimento, o registro pode variar.

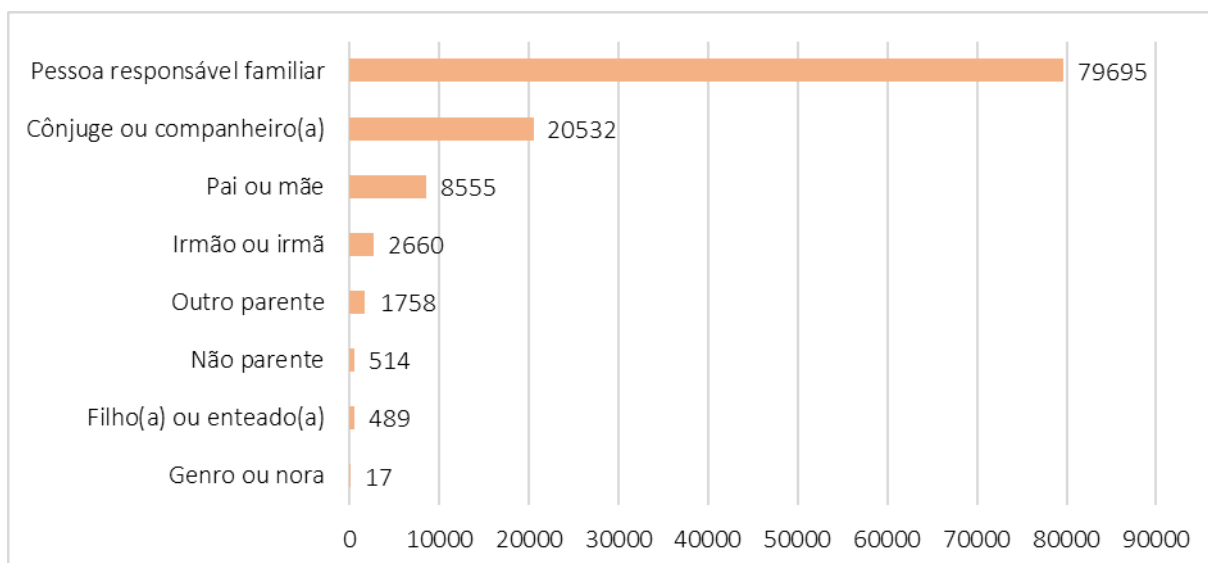
Gráfico 10: Pessoas idosas por cor ou raça (CadÚnico/setembro de 2025 - % de pessoas)⁷



Fonte: Latus Consultoria, 2026, a partir de dados da Diretoria de Vigilância Socioassistencial da SMASDH, 2025.

A maior parte das pessoas idosas cadastradas no CadÚnico são as responsáveis familiares (70% ou 79.695 pessoas) e 18% (20.532 pessoas) são cônjuges ou companheiros do responsável familiar. Sobre a composição familiar (Gráfico 11), cabe destacar também que cerca de 1.758 pessoas idosas estão identificadas como “não parente” do responsável familiar, indicando uma possível ausência de vínculos familiares que pode agravar uma situação de vulnerabilidade social.

Gráfico 11: Parentesco do idoso em relação ao responsável familiar (CadÚnico/setembro de 2025 - nº de pessoas)

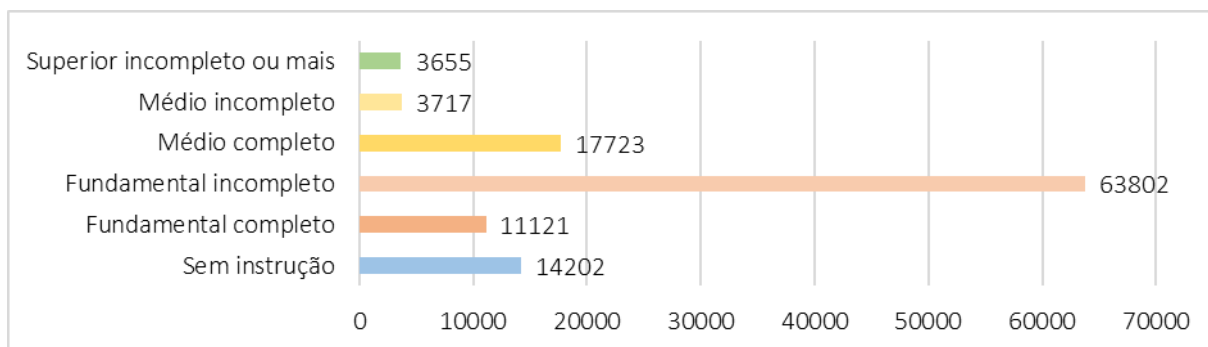


Fonte: Latus Consultoria, 2026, a partir de dados da Diretoria de Vigilância Socioassistencial da SMASDH, 2025.

Cerca de 12% (14.202 pessoas) dos idosos cadastrados no CadÚnico não possuem instrução ou escolaridade (Gráfico 12). Mais da metade - 56% (63.802 pessoas) - não completaram o ensino fundamental, 10% (11.121 pessoas) possuem ensino fundamental completo e 3% (3.717 pessoas) chegaram a cursar o ensino médio, mas não completaram. Cerca de 16% (17.723 pessoas) têm ensino médio completo e 3% (3.655 pessoas) acessaram o ensino superior.

⁷ Para a análise não foram contabilizadas 25 pessoas, porque nestas não constam a informação desse dado.

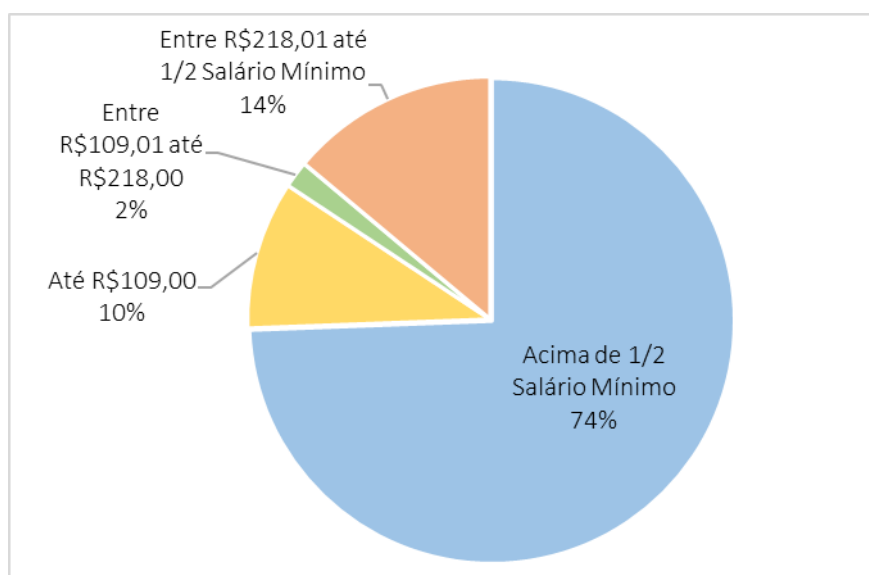
Gráfico 12: Escolaridade das pessoas idosas (CadÚnico/setembro de 2025 - nº de pessoas)



Fonte: Latus Consultoria, 2026, a partir de dados da Diretoria de Vigilância Socioassistencial da SMASDH, 2025.

Com relação a renda familiar desta população (Gráfico 13), os dados do CadÚnico apontam que 84.990 pessoas ou 74% dos idosos tinham renda familiar *per capita* acima de ½ salário mínimo. Sem renda ou com renda de até R\$109 *per capita* são 11.306 idosos (10%), entre R\$109,01 e R\$218 são 2.039 idosos (2%) e com renda *per capita* entre R\$218,01 e ½ salário mínimo são 15.885 idosos (14%).

Gráfico 13: Pessoas idosas por renda familiar *per capita* (CadÚnico/setembro de 2025 - % de pessoas)

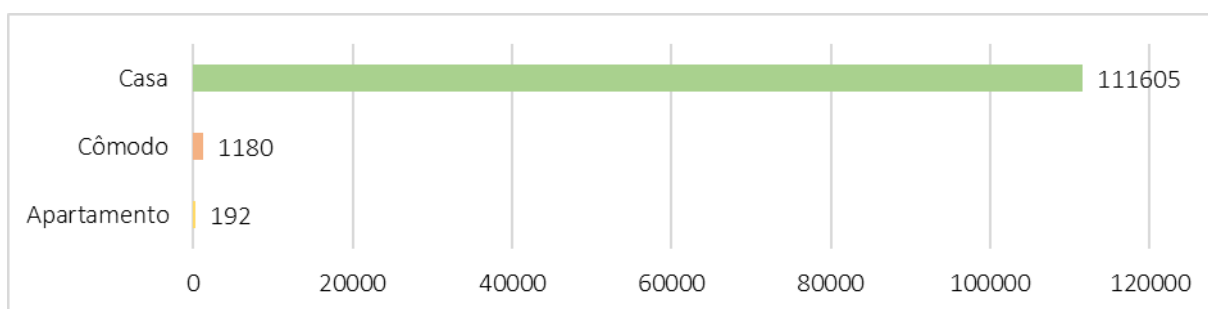


Fonte: Latus Consultoria, 2026, a partir de dados da Diretoria de Vigilância Socioassistencial da SMASDH, 2025.

De acordo com o relatório de informações sociais da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social Família e Combate à Fome - SAGI/MDS, em novembro de 2025 havia 33.340 pessoas idosas beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada - BPC, sendo que destas 100% estavam cadastradas no CadÚnico. E, 11% dos idosos (12.506 pessoas) compõem famílias que são beneficiárias do PBF.

Com relação as características dos domicílios ocupados por pessoas idosas (Gráfico 14), no CadÚnico, cerca de 99%, ou seja, 111.605 pessoas, vivem em moradias do tipo “casa”. Apenas 192 idosos moram em apartamentos e 1.180 residem em cômodos improvisados. Do total de idosos no CadÚnico, vivem em domicílios alugados aproximadamente 14,7% ou 16.848 idosos.

Gráfico 14: Pessoas idosas por espécie de domicílio (CadÚnico/setembro de 2025 - nº de pessoas)⁸



Fonte: Latus Consultoria, 2026, a partir de dados da Diretoria de Vigilância Socioassistencial da SMASDH, 2025.

Cerca de 3% (2.887 idosos) não tem acesso à água canalizada em seu domicílio e em torno de 2% (2.843 idosos) não tem banheiro em suas moradias. Esta leitura difere da abordada anteriormente neste relatório, apesar de utilizar do mesmo banco de dados. Enquanto o dado anterior mostrava o cenário geral (total de domicílios), este ponto foca em um detalhamento por idade. Ou seja, aqui estamos olhando apenas para uma 'fatia' específica daquele universo total apresentado antes.

Com relação ao material dos domicílios, 95.100 idosos residem em domicílios de alvenaria/tijolo com revestimento, 16.190 em domicílios de alvenaria/tijolo sem revestimento, 177 em moradias feitas de madeira aparelhadas, 37 em domicílios de madeira aproveitadas, e 101 residem em moradias feitas com materiais diversos.

Tabela 3 Material predominante do domicílio das pessoas idosas (CadÚnico/setembro de 2025 - nº de pessoas)

Material Predominante do Domicílio	Número de Pessoas
Alvenaria/tijolo com revestimento	95100
Alvenaria/tijolo sem revestimento	16190
Madeira aparelhada	177
Madeira aproveitada	37
Outro Material	101

Fonte: Latus Consultoria, 2026, a partir de dados da Diretoria de Vigilância Socioassistencial da SMASDH, 2025.

A partir dos dados aqui apresentado evidencia-se que o envelhecimento populacional em Belo Horizonte já se apresenta como um componente estruturante da dinâmica urbana e social do Município, o que trará impactos diretos sobre a política habitacional. A população idosa representa cerca de um quinto dos habitantes da cidade e apresenta características demográficas bem definidas, como a feminização da velhice, a elevada proporção de pessoas pretas e pardas e a presença expressiva de pessoas com deficiência. Também se destaca que a maioria possui baixa escolaridade, é responsável pelo domicílio e que os dados apontam para uma relativa ausência de vínculos familiares, o que agrava suas condições de vulnerabilidade.

Os locais de residência estão distribuídos por todo o Município, mas com maior concentração nas regionais Leste, Oeste e Norte, sendo que as duas últimas reúnem situações mais complexas

⁸ Para a análise não foram contabilizadas 1.243 pessoas, porque nestas não constam a informação desse dado.

relacionadas aos Assentamentos de Interesse Social - AIS⁹, e menor presença na regional Hipercentro. A população idosa cadastrada no CadÚnico reside, em sua maioria, em moradias do tipo casa, entretanto, as políticas habitacionais recentes têm priorizado a produção de unidades verticalizadas, o que pode gerar barreiras de acessibilidade e uso, especialmente para idosos com debilidades físicas, doenças crônicas ou deficiência. Cabe acrescentar, que os projetos habitacionais recentes têm incorporado normas rigorosas de acessibilidade e, que embora, a verticalização das unidades exija um processo de adaptação por parte do público beneficiário, esse modelo frequentemente representa um avanço em relação à ocupação em assentamentos informais, onde o relevo acidentado, as escadarias e os becos estreitos impõem barreiras físicas muito mais severas à população vulnerável.

⁹ Ver Produto 5A desta contratação: Caracterização dos Assentamentos de Interesse Social (Latus, 2025b).

1.3 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Desde 2010, o IBGE em suas pesquisas utiliza como critérios para identificação de pessoas com deficiência as orientações das organizações de cooperação internacional e as recomendações do Grupo de Washington para Estatística sobre Pessoas com Deficiência das Nações Unidas, que adota a perspectiva de que a deficiência resulta da inter-relação entre a capacidade funcional de uma pessoa e seu contexto ambiental e social. Deste modo, os critérios para identificação seguem as seguintes premissas:

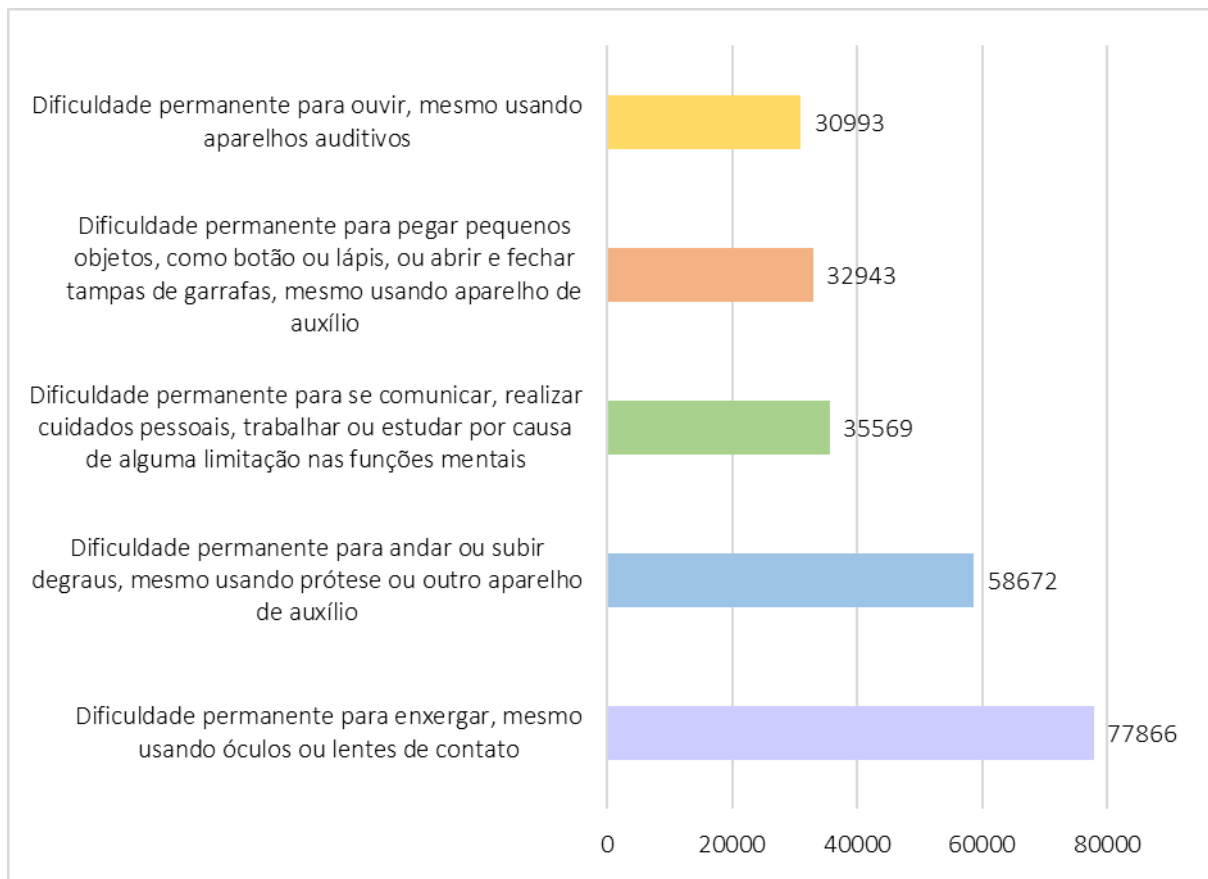
O conjunto resumido de perguntas sobre funcionalidade do Grupo de Washington avalia se a pessoa entrevistada tem uma deficiência com base nas suas respostas a perguntas que avaliam dificuldades em seis atividades (funções) básicas universais – visão, audição, locomoção a pé, autocuidado, cognição e comunicação. As perguntas não pedem que a pessoa entrevistada se identifique como alguém que tem uma “deficiência”. Em vez disso, as respostas de um indivíduo às seis perguntas são usadas para definir se essa pessoa se enquadra na categoria de “com deficiência” ou “sem deficiência”, com base no conceito geral de que uma deficiência implica um risco maior de limitações para a participação. Entrevistados que afirmam ter “muita dificuldade” ou “não consigo de jeito nenhum” em resposta a pelo menos uma das seis perguntas sobre funcionalidade devem ser considerados pessoas com deficiência para fins de desagregação de dados, particularmente para os ODS. São pessoas cujas limitações funcionais as colocam em risco de serem excluídas ao se depararem com barreiras físicas, informacionais, atitudinais ou institucionais no seu ambiente circundante. Essa abordagem baseia-se no modelo social de deficiência que constitui o cerne da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (UNCRPD). (The Washington Group on Disability Statistics, 2026)

O último Censo Demográfico do IBGE identificou que 6,7% (152.168 pessoas) da população de Belo Horizonte é formada por pessoas com deficiência. Dessas, 92.185 (60,5%) são mulheres e 59.983 (39,5%) são homens. Diagnosticadas com autismo foram 1,3% (30.425 pessoas) da população municipal, sendo que dessas, 13.344 (43,8%) eram do sexo feminino e 17.081 (56,2) eram do sexo masculino.

A identificação realizada pelo IBGE acerca do tipo de deficiência seguiu a nomenclatura dos órgãos internacionais. Deste modo, ao que se refere a especificidade das pessoas com deficiência, cerca de 33% da população com deficiência possui dificuldade permanente para enxergar, mesmo usando óculos ou lente de contato. Já 25% das pessoas com deficiência possuem dificuldade permanente para andar ou subir degraus, mesmo usando prótese ou outro aparelho de auxílio. Cerca de 15% têm dificuldade permanente para se comunicar, realizar cuidados pessoais, trabalhar ou estudar por causa de alguma limitação nas funções mentais. Já 14% têm dificuldade permanente para pegar pequenos objetos, como botão ou lápis, ou abrir e fechar tampas de garrafas, mesmo usando

aparelho de auxílio. E, 13% possuem dificuldade permanente para ouvir, mesmo usando aparelhos auditivos. No Gráfico 15 são apresentados os dados brutos revelados pelo Censo 2022.

Gráfico 15: Pessoas com deficiência por tipo de dificuldade funcional (Censo Demográfico de 2022 - nº de pessoas)¹⁰



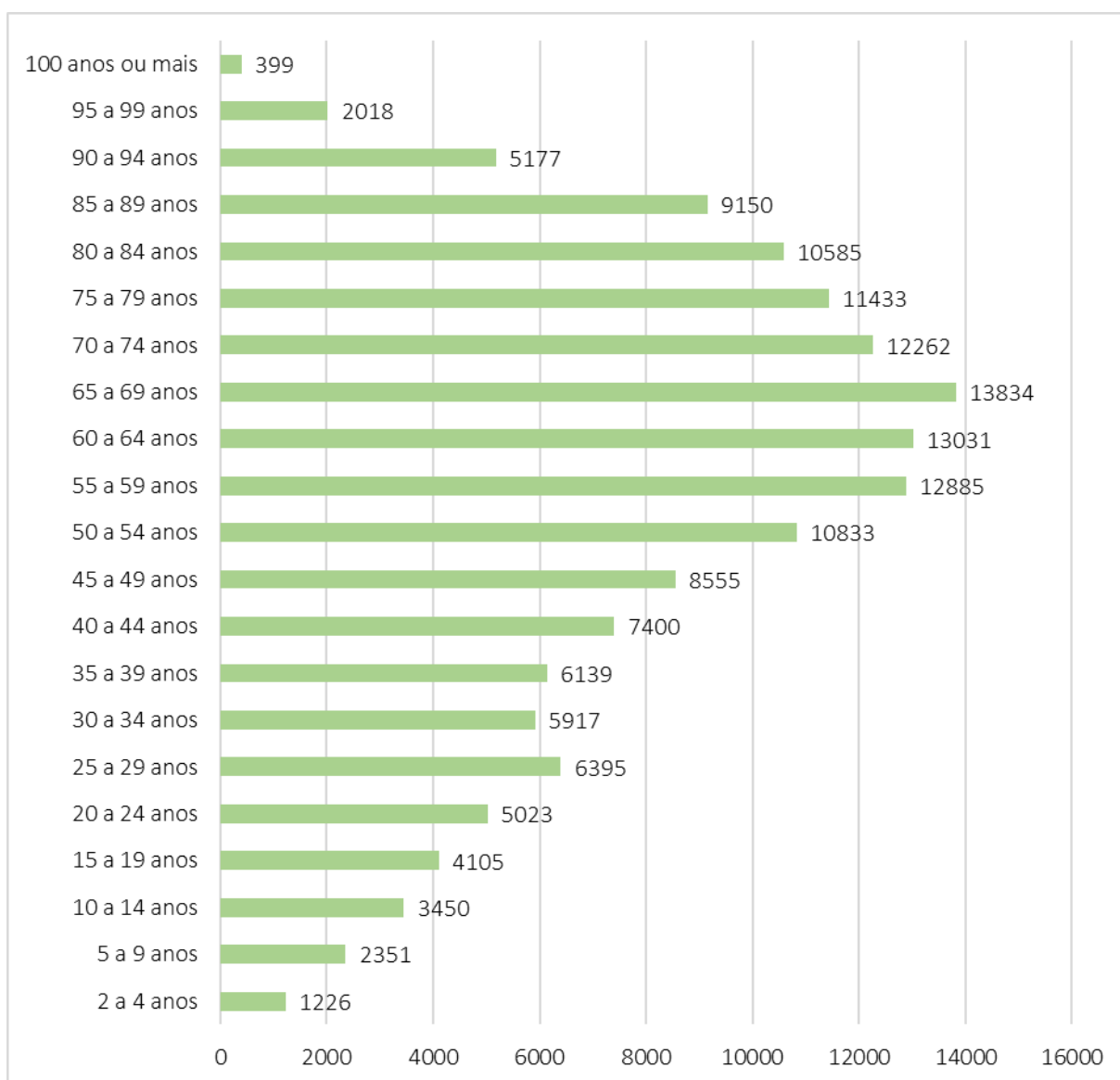
Fonte: Latus Consultoria, 2026, a partir de dados do Panorama do Censo Demográfico do IBGE, 2026.

Com relação às características dos domicílios, o Censo de 2022 apontou que 300 pessoas com deficiência vivem em domicílios com apenas sanitário ou buraco para dejeções e 408 pessoas com deficiência não tem banheiro ou sanitário em suas moradias.

O maior percentual etário entre pessoas com deficiência é de idosos, 51% (77.889 pessoas). Cerca de 7,3% (11.132 pessoas) são crianças ou adolescentes. Os dados do Censo destacam a aquisição de dificuldades funcionais permanentes no processo de envelhecimento. O Gráfico 16 apresenta os números brutos de pessoas com deficiência por grupo de idade.

¹⁰ Os totais não coincidem porque uma mesma pessoa pode declarar mais de uma deficiência no Censo. Dessa forma, a soma das ocorrências por categoria acaba sendo maior que o número total de indivíduos.

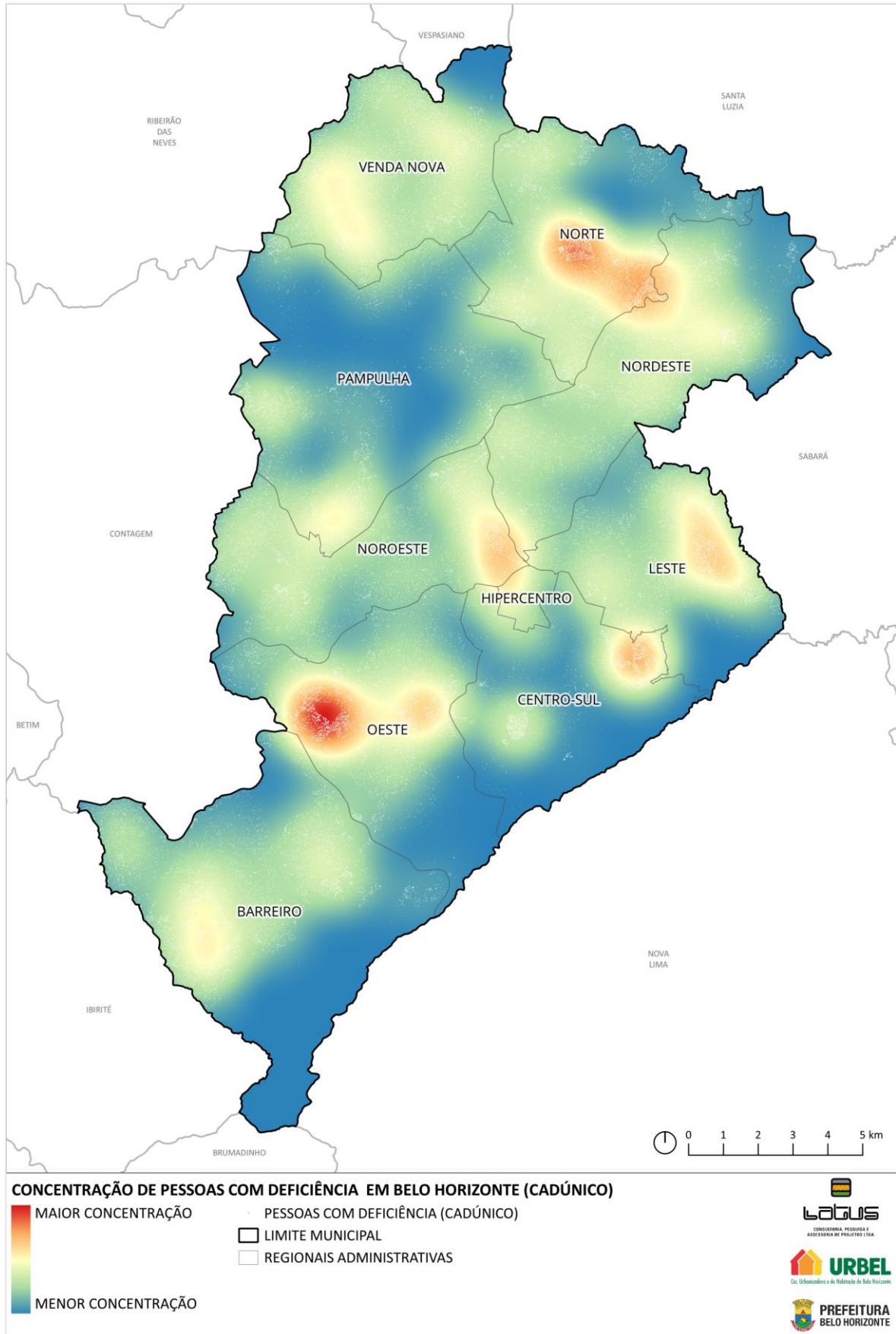
Gráfico 16: Pessoas com deficiência por grupo etário (Censo Demográfico de 2022 - nº de pessoas)



Fonte: Latus Consultoria, 2026, a partir de dados do Panorama do Censo Demográfico do IBGE, 2026.

No CadÚnico, 73.300 pessoas estão identificadas com algum tipo de deficiência, isso representa cerca de 10,7% do total de pessoas cadastradas e 22,2% das famílias. A Figura 3 demonstra que esse grupo populacional se distribui em todo o território municipal, com uma discreta maior concentração nas regionais Oeste e Norte, seguido pelas regionais Noroeste, Leste e Centro-Sul.

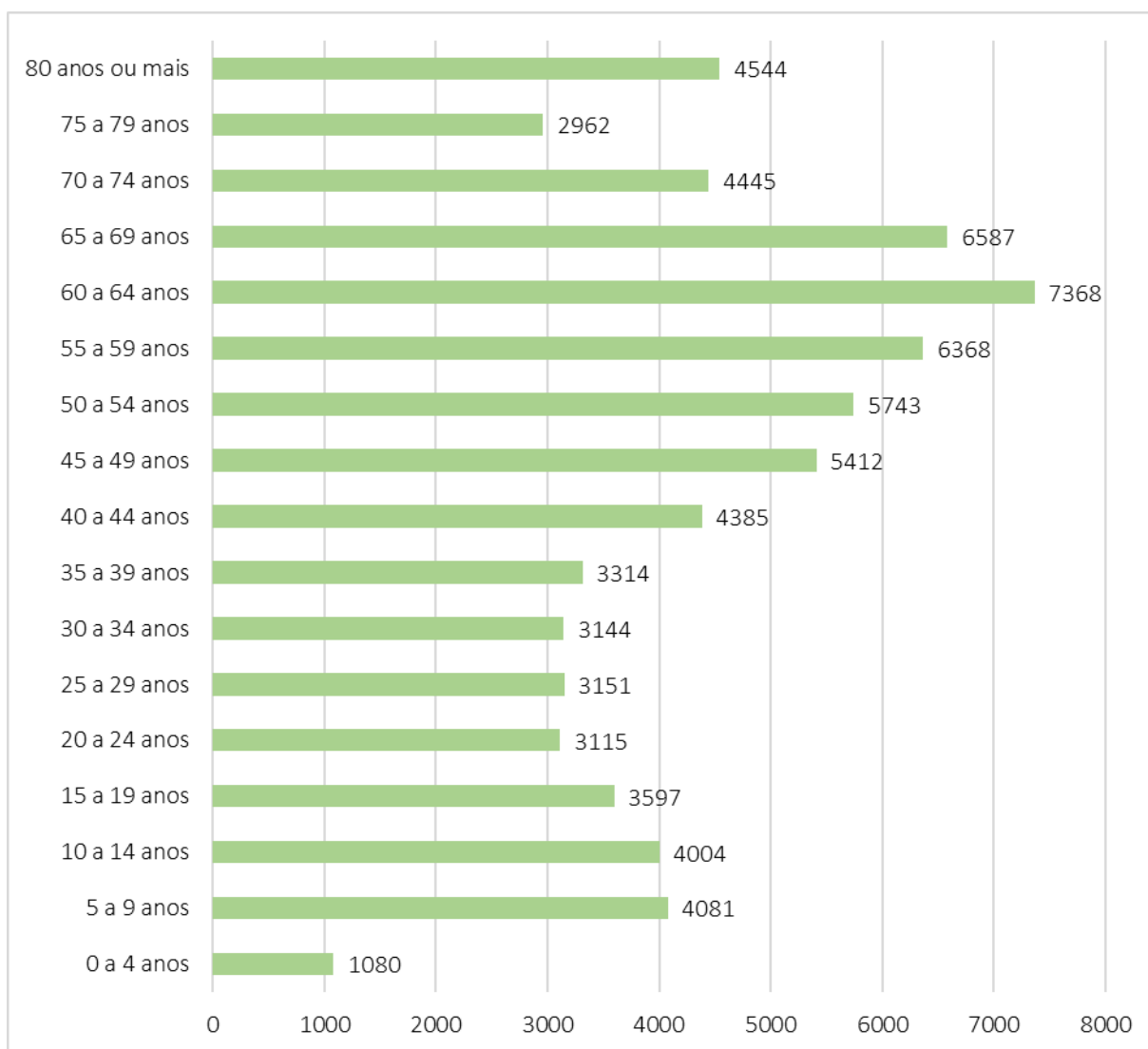
Figura 3: Pessoas com deficiência (CadÚnico/setembro de 2025)



Fonte: Latus Consultoria, 2026, a partir de dados da Diretoria de Vigilância Socioassistencial da SMASDH, 2025.

A distribuição por sexo é proporcional: 52% (37.762) das pessoas com deficiência são do sexo masculino e 48% (35.538) são do sexo feminino. Assim como no Censo de 2022, chama a atenção a proporção de idosos entre as pessoas com deficiência: 35% são pessoas com 60 anos ou mais. Aproximadamente 17,5% são crianças e adolescentes, entre 0 e 19 anos. O Gráfico 17 apresenta a distribuição por faixa etária de pessoas cadastradas no CadÚnico com deficiência.

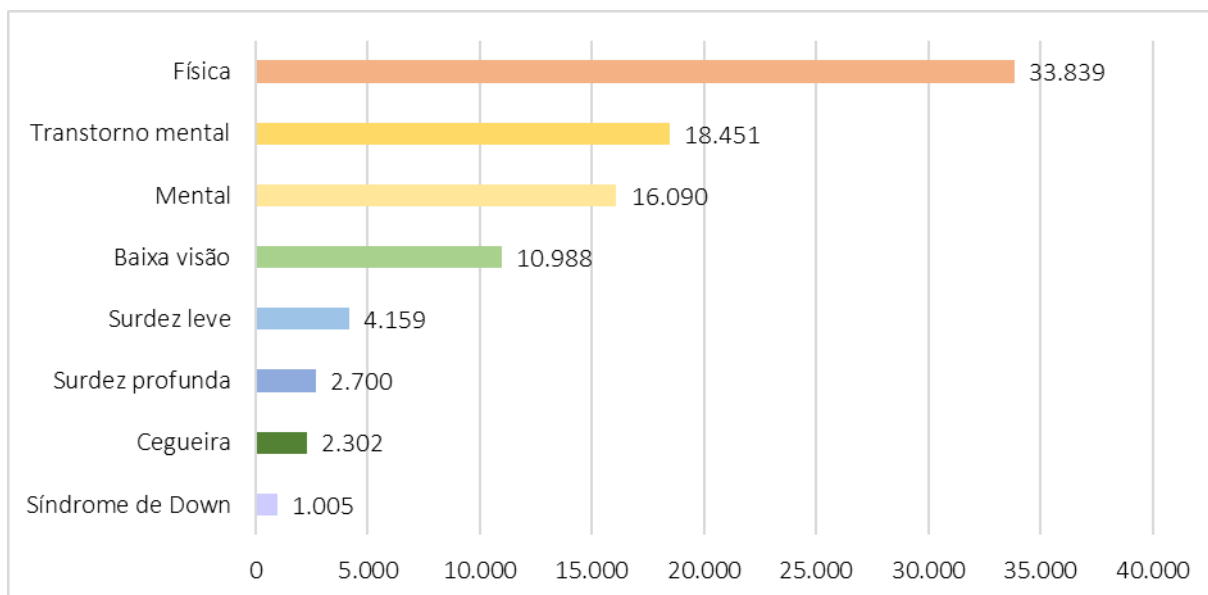
Gráfico 17: Pessoas com deficiência por grupo de idade (CadÚnico/setembro de 2025 - nº de pessoas)



Fonte: Latus Consultoria, 2026, a partir de dados da Diretoria de Vigilância Socioassistencial da SMASDH, 2025.

De acordo com o Observatório do Cadastro Único (MDS, 2026), 50% das pessoas com deficiência cadastradas no CadÚnico de Belo Horizonte dependem de cuidados permanentes de terceiros, resultando em extrema vulnerabilidade funcional. Ainda a partir dos dados do Observatório, a maior incidência de funcionalidade são as deficiências físicas e mentais (Gráfico 18). Sobre esse dado é necessário observar que os critérios de identificação de deficiência não são os mesmos adotados pelo IBGE.

Gráfico 18: Pessoas com deficiência por tipo de deficiência
(Observatório do Cadastro Único/janeiro de 2026 - nº de pessoas)

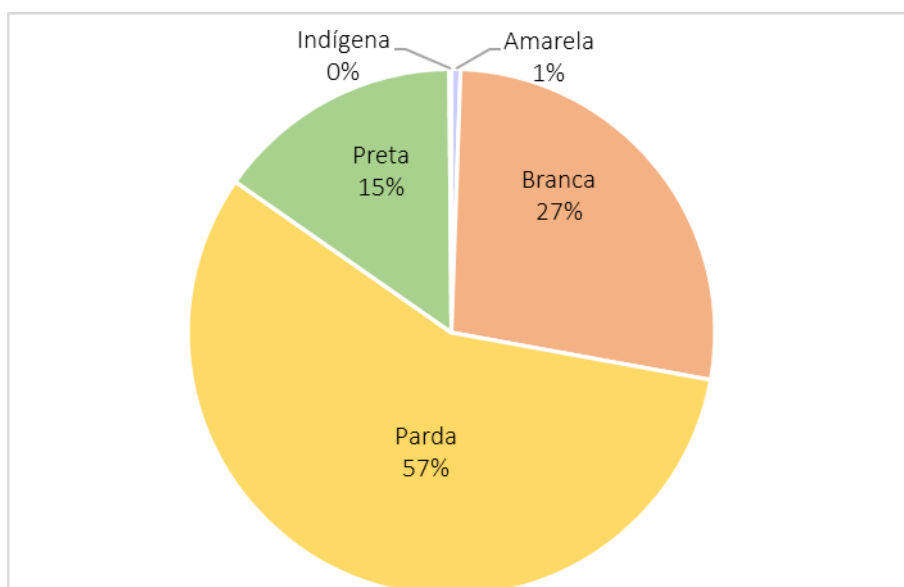


*os números aqui apresentados não devem ser somados, já que no CadÚnico a pessoa pode responder a mais de um item nessa questão.

Fonte: Latus Consultoria, 2026, a partir de dados do Observatório do MDS, 2026.

Com relação a cor ou raça de pessoas com deficiência (Gráfico 19), pessoas indígenas representam menos de 1% (97 pessoas) e com origem asiática são 409 pessoas (1%). Cerca de 72% ou 52.766 pessoas com deficiência cadastradas no CadÚnico são pretas ou pardas e 27% (20.020 pessoas) se autodeclararam brancas.

Gráfico 19: Pessoas com deficiência por cor ou raça (CadÚnico/setembro de 2025 - % de pessoas)¹¹

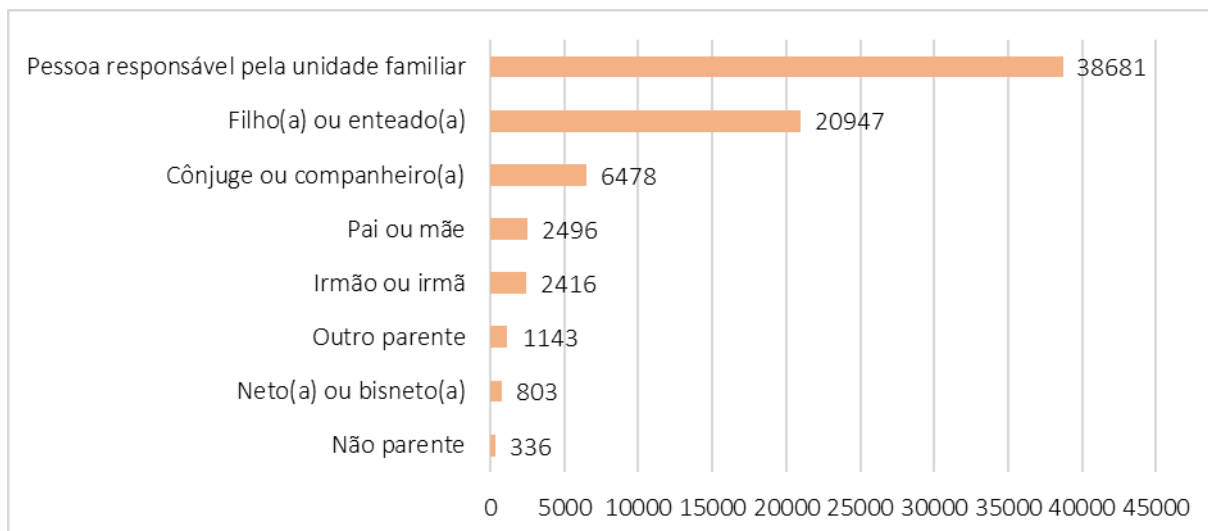


Fonte: Latus Consultoria, 2026, a partir de dados da Diretoria de Vigilância Socioassistencial da SMASDH, 2025.

¹¹ Para a análise não foram contabilizadas 8 pessoas, porque nestas não constam a informação desse dado.

Na composição familiar (Gráfico 20), 53% (38.681 pessoas) são responsáveis familiares no CadÚnico¹². E, cerca de 29% (20.947 pessoas) são filhos ou enteados dos responsáveis familiares. Já 336 pessoas com deficiência (1%) vivem com famílias sem vínculo familiar declarado.

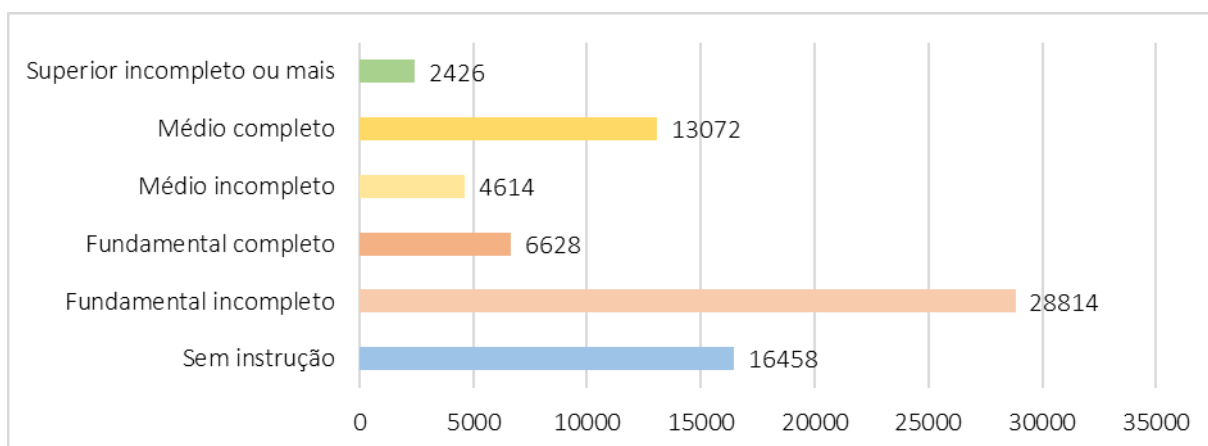
Gráfico 20: Parentesco da pessoa com deficiência em relação ao responsável familiar (CadÚnico/setembro de 2025 - nº de pessoas)



Fonte: Latus Consultoria, 2026, a partir de dados da Diretoria de Vigilância Socioassistencial da SMASDH, 2025.

Um alto percentual de pessoas com deficiência não possui instrução ou escolaridade (Gráfico 21): 23% (16.458 pessoas). Cerca de 40% ou 28.814 pessoas com deficiência não completaram o ensino fundamental, 9% (6.628 pessoas) possuem ensino fundamental completo, 7% (4.614 pessoas) chegaram a cursar o ensino médio, mas não completaram, 18% (13.072 pessoas) têm ensino médio completo, e 3% (2.426 pessoas) acessaram o ensino superior.

Gráfico 21: Pessoas com deficiência por escolaridade (CadÚnico/setembro de 2025 - nº de pessoas)¹³



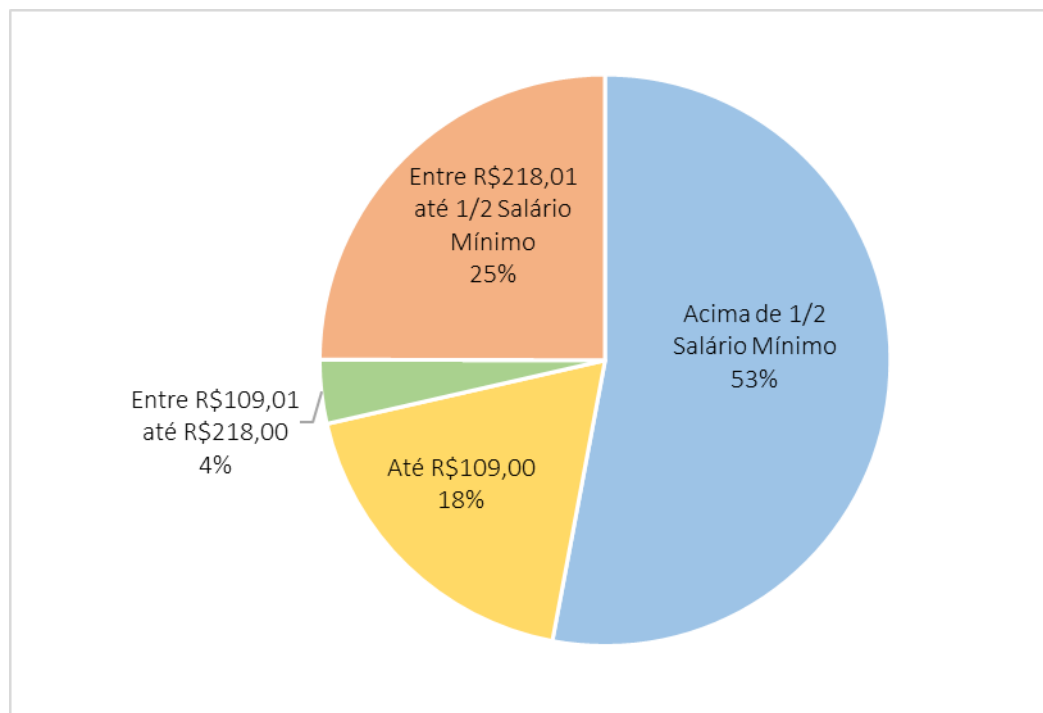
Fonte: Latus Consultoria, 2026, a partir de dados da Diretoria de Vigilância Socioassistencial da SMASDH, 2025.

¹² Como mencionado no início deste capítulo, o CadÚnico não utiliza de protocolos internacionais para identificação das deficiências, sendo mais maleável na sua definição, o que pode levar na incorporação de pessoas com deficiências leves nesta categoria. Por outro lado, estudos internacionais apontam que há muitas pessoas com deficiência grave e que mesmo assim são chefes de família.

¹³ Para a análise não foram contabilizadas 1.288 pessoas, porque nestas não constam a informação desse dado.

Segundo os dados do CadÚnico (Gráfico 22), 53% ou 38.819 pessoas com deficiência fazem parte de famílias com renda familiar *per capita* acima de 1/2 salário mínimo. Sem renda ou com renda de até R\$109 *per capita* são 13.537 pessoas (18%), entre R\$109,01 e R\$218 são 2.646 pessoas (4%) e com renda *per capita* entre R\$218,01 e R\$ 1/2 salário mínimo são 18.298 pessoas (25%).

Gráfico 22: Pessoas com deficiência por renda familiar *per capita* (CadÚnico/setembro de 2025 - % de pessoas)

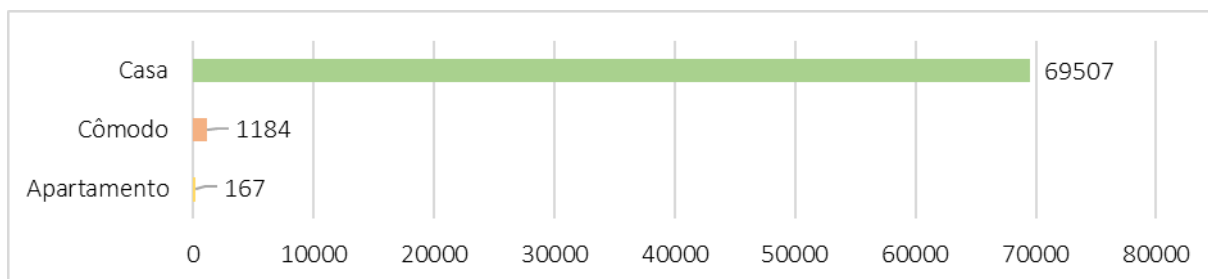


Fonte: Latus Consultoria, 2026, a partir de dados da Diretoria de Vigilância Socioassistencial da SMASDH, 2025.

De acordo com o relatório de informações sociais da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social Família e Combate à Fome - SAGI/MDS, em novembro de 2025 havia 34.277 pessoas com deficiência beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada - BPC, sendo que destas 100% estavam cadastradas no CadÚnico. E, 24% ou 17.307 pessoas com deficiência compõem famílias que são beneficiárias do Programa Bolsa Família - PBF.

A estrutura material e arquitetônica dos domicílios ocupados por pessoas com deficiência é determinante para a funcionalidade e qualidade de vida desse grupo populacional. Com relação as características dos domicílios ocupados por pessoas com deficiência no CadÚnico (Gráfico 23), cerca de 98% (69.507 pessoas) vivem em moradias do tipo “casa”. Menos de 1% (167 pessoas) moram em apartamentos e 1.184 pessoas com deficiência (2%) residem em cômodos improvisados. Do total de pessoas com deficiência cadastradas no CadÚnico, vivem em domicílios alugados cerca de 23% ou 16.826 pessoas.

Gráfico 23: Pessoas com deficiência por espécie de domicílio (CadÚnico/setembro de 2025 - nº de pessoas)¹⁴



Fonte: Latus Consultoria, 2026, a partir de dados da Diretoria de Vigilância Socioassistencial da SMASDH, 2025.

Das pessoas com deficiência cadastradas no CadÚnico, aproximadamente 5,9% (4.072 pessoas) não têm acesso à água canalizada em seu domicílio e em torno de 5,8% (4.021 pessoas) não têm banheiro em suas moradias. Com relação ao material dos domicílios (Tabela 4), 55.176 pessoas com deficiência residem em domicílios de alvenaria/tijolo com revestimento, 14.158 em domicílios de alvenaria/tijolo sem revestimento, 83 em moradias feitas de madeira aparelhadas, 37 em domicílios de madeira aproveitadas, e 53 residem em moradias feitas com materiais diversos.

Tabela 4: Material predominante do domicílio (CadÚnico/setembro de 2025 - nº de pessoas)

Material predominante do domicílio	Número de pessoas
Alvenaria/tijolo com revestimento	55176
Alvenaria/tijolo sem revestimento	14158
Madeira aparelhada	83
Madeira aproveitada	37
Outro Material	53

Fonte: Latus Consultoria, 2026, a partir de dados da Diretoria de Vigilância Socioassistencial da SMASDH, 2025.

A população formada por pessoas com deficiência é heterogênea, apresenta uma grande diversidade de desafios funcionais e tendo o elemento do processo de envelhecimento como fator determinante na qualidade de vida. Novamente, a distribuição por raça ou cor evidencia a sobreposição de vulnerabilidades sociais e desigualdades raciais: maioria de população negra. No que se refere às condições socioeconômicas, destaca-se a elevada proporção de pessoas com deficiência que dependem de cuidados permanentes de terceiros, bem como os níveis reduzidos de escolaridade e a dependência de transferências de renda, como o BPC e o PBF. A tipologia da habitação predominante é do tipo casa e há uma concentração dos locais de moradia nas regionais Oeste e Norte, que acumulam problemas relacionados aos AIS¹⁵. Esses fatores apontam para maior vulnerabilidade social e para a centralidade da moradia como espaço de cuidado, proteção e suporte à vida cotidiana, especialmente para pessoas com limitações funcionais severas ou múltiplas.

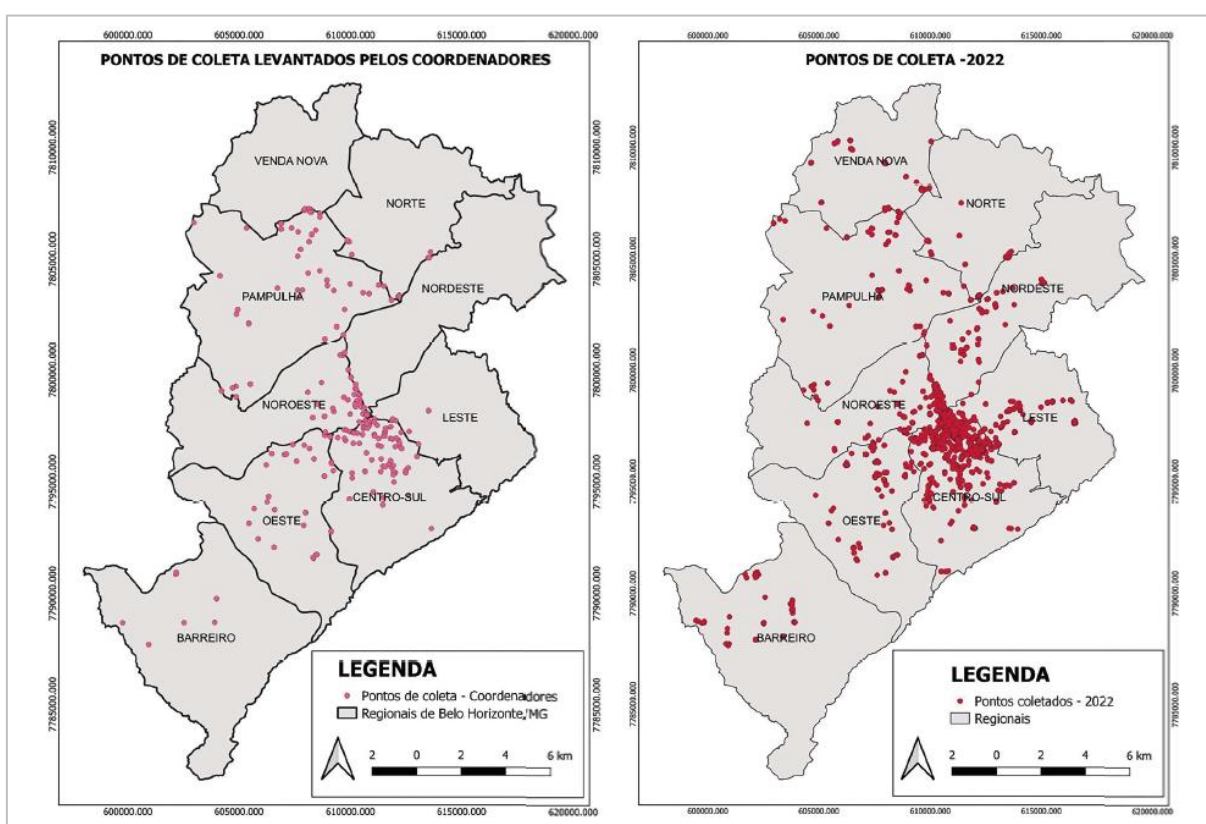
¹⁴ Para a análise não foram contabilizadas 2.442 pessoas, porque nestas não constam a informação desse dado.

¹⁵ Ver Produto 5A desta contratação: Caracterização dos Assentamentos de Interesse Social (Latus, 2025b).

1.4 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Em 2022, a Prefeitura de Belo Horizonte - PBH em parceria com a Universidade Federal de Belo Horizonte realizou o Censo municipal da população em situação de rua (Garcia *et al.*, 2023). Nessa pesquisa foram identificadas 5.344 pessoas em situação de rua, correspondendo a 0,22% da população total do Município. Desses indivíduos, 2.403 pessoas (ou seja, cerca de 45%) aceitaram participar do recenseamento. E, como é possível verificar na Figura 4, embora a concentração dessa população esteja em torno da regional do Hipercentro, é possível encontrar pessoas em situação de rua em diferentes regionais, especialmente as mais ao norte do Município.

Figura 4: Pontos de coleta (IV Censo de população em situação de rua de Belo Horizonte de 2022)



Fonte: Garcia *et al.*, 2023.

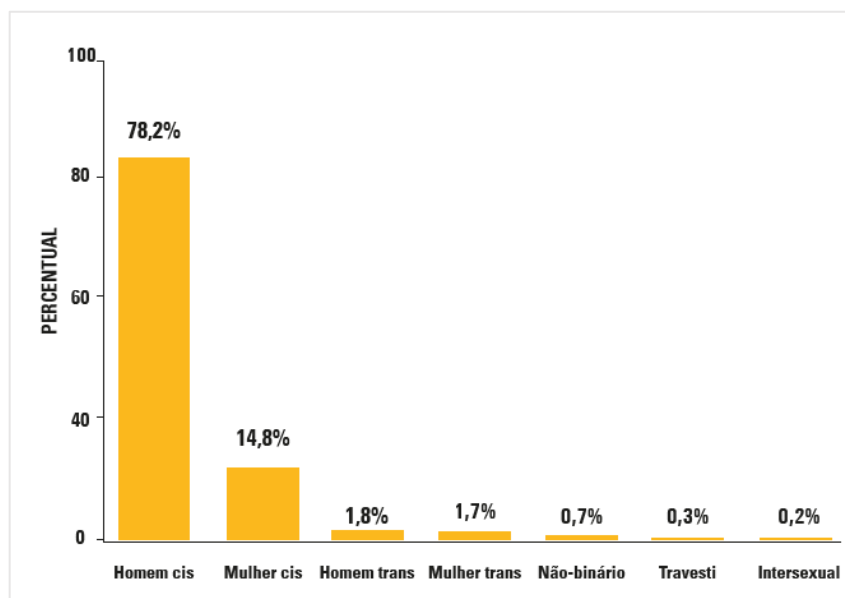
O estudo identificou um aumento de 2,95 vezes com relação ao último levantamento realizado em 2013 e um aspecto importante acerca desse aumento refere-se ao dado de que 35% desse grupo (793 indivíduos) passaram a viver em situação de rua após o início da pandemia da Covid-19, confirmando estudos que apontam o impacto da pandemia no aumento da miséria no país. Dos entrevistados, 84% declararam ser do sexo masculino e 16% do sexo feminino. E, de acordo com o Censo, novamente a pandemia é um fator determinante para compreender a situação de rua, posto que conforme a pesquisa relata, a proporção de mulheres que entraram para situação de rua após a pandemia de Covid-19 foi maior que entre os homens. Há também de se destacar que a população

de mulheres em situação de rua aumentou proporcionalmente mais do que a população total em situação de rua (18,2% para 16%), como aponta a citação abaixo.

Se observamos o número bruto, em 1998 foram encontradas 202 mulheres em situação de rua (22%); em 2005 foram 166 mulheres (14,3%); em 2013, 242 mulheres (13,2%); e em 2022, 828 mulheres em situação de rua no município de Belo Horizonte (16,1%). Houve um crescimento em números brutos e no percentual no número de mulheres em situação de rua no município de Belo Horizonte. A proporção de mulheres que entrou para situação de rua após a pandemia pela COVID-19 é proporcionalmente maior que a da população, sendo 18,2% versus 16%, $p=0,014$, Teste Qui-quadrado). Observa-se um aumento na proporção de mulheres na amostra em relação aos Censos de 2005 e 2013. O aumento do número de mulheres na população em situação de rua já foi descrito em diversos países (DUKE, A e cols. 2019). As mulheres que vivem em situação de rua no município relataram ter uma prevalência maior de problemas de saúde mental, de experiências de violência e estavam mais frequentemente acompanhadas de crianças. (Garcia et al., 2023, p.69)

Outro aspecto a ser destacado é a identidade de gênero: 7% das pessoas em situação de rua recenseadas declararam não ser cisgênero, com maior prevalência de pessoas que se identificaram como homens trans (1,8%) e mulheres trans (1,7%). No Gráfico 24 é possível observar com maior detalhe estes dados.

Gráfico 24: População em situação de rua por identidade de gênero (IV Censo de população em situação de rua de Belo Horizonte de 2022)



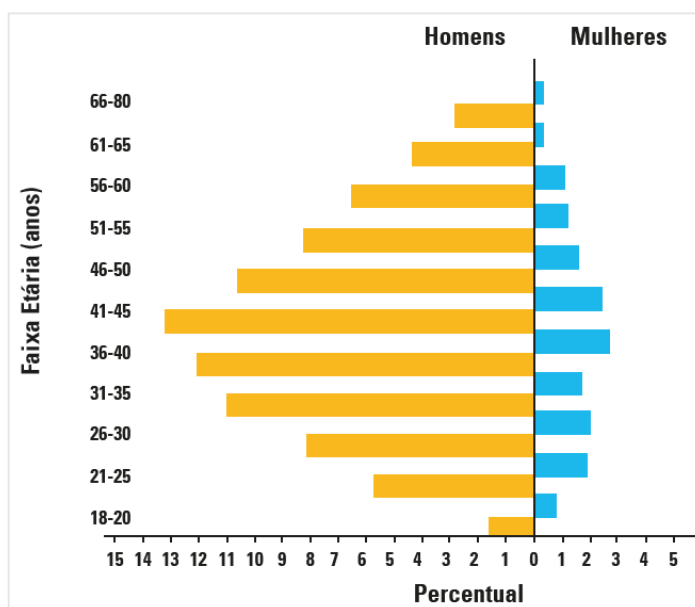
Fonte: Garcia et al., 2023.

A média de idade do grupo recenseado é de 41,9 anos. Conforme o estudo, essa média em comparação com Censos anteriores aponta para um processo de envelhecimento da população em situação de rua:

Enquanto em 1998, a maioria da população encontrava-se na faixa etária de 18 a 40 anos, no censo de 2013 ela se concentra na faixa etária de 31 a 50 anos e em 2022 na faixa de 36 a 80 anos. Isto sugere que além do processo de transição demográfica, com a continuada redução da fecundidade nos últimos 30 anos associada ao maior envelhecimento da população, a maioria de pessoas que entrou ou estava em situação de rua em 1998 continuou em situação de rua ao longo destes quase 25 anos. (Garcia et al., 2023, p.74)

O estudo sugere que a maior parte das pessoas que entraram ou estavam em situação de rua em 1998 (ano do primeiro Censo da população em situação de rua de Belo Horizonte) manteve-se nessa situação ao longo dos últimos 25 anos. No Gráfico 25 consta a pirâmide etária atual dessa população de acordo com o referido Censo.

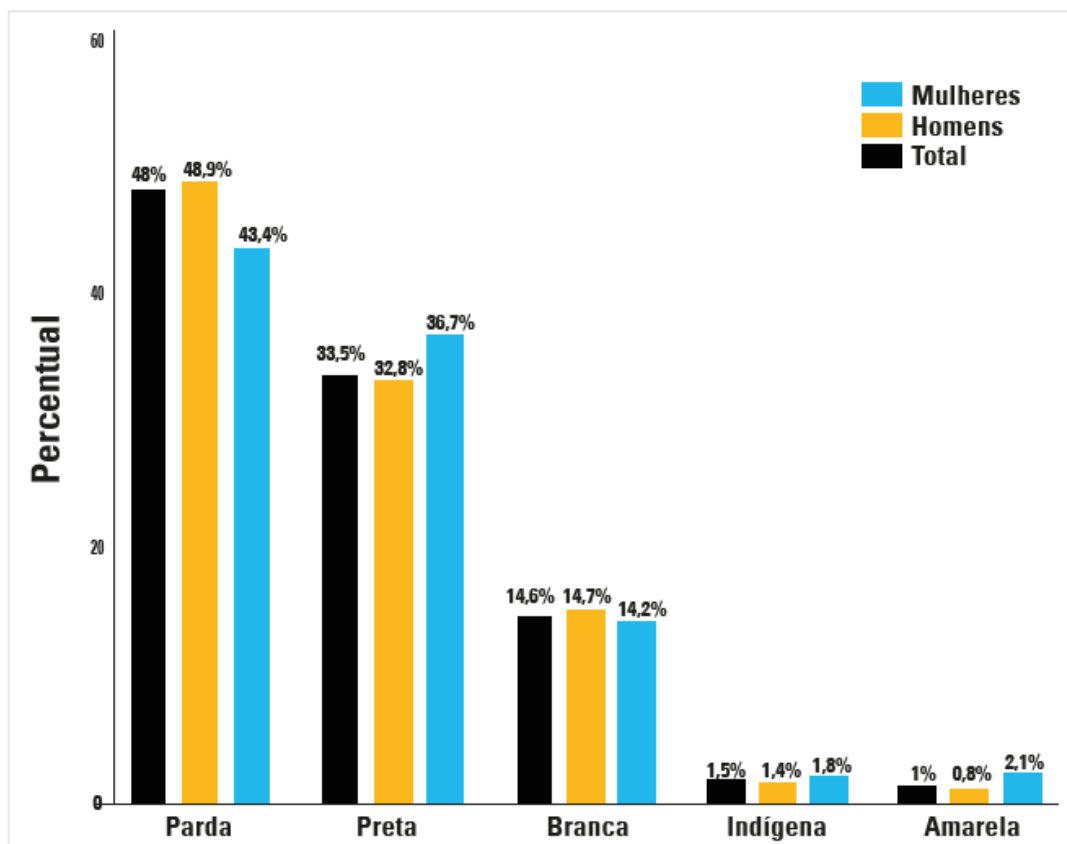
Gráfico 25: Pirâmide etária da população em situação de rua (IV Censo de população em situação de rua de Belo Horizonte de 2022)



Fonte: Garcia et al., 2023.

Com relação a autodeclaração de cor, raça e etnia, os dados evidenciam a desigualdade estrutural vivenciada pela população negra no país (Gráfico 26): 81,4% dos entrevistados declararam ser pretos ou pardos, 14,6% brancos, 1,5% indígenas e 1% amarelos.

Gráfico 26: População em situação de rua por cor ou raça
(IV Censo de população em situação de rua de Belo Horizonte de 2022)



Fonte: Garcia *et al.*, 2023.

Com relação ao analfabetismo e escolaridade, 8,8% dos participantes declararam saber somente assinar o nome e 3,5% se declararam analfabetos. Ainda sobre escolaridade, na Tabela 5 é possível verificar que 4,1% das pessoas recenseadas afirmaram que nunca frequentaram a escola e 19,3% apenas cursaram os anos iniciais do ensino fundamental.

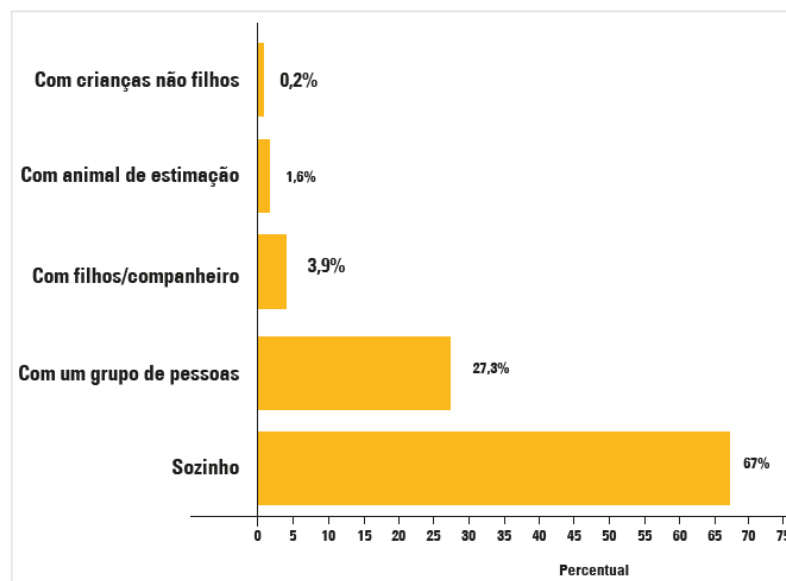
Tabela 5: Alfabetização e escolaridade por sexo e total das pessoas em situação de rua (IV Censo de população em situação de rua de Belo Horizonte de 2022)

	Masculino		Feminino		Total	
	n	%	n	%	n	%
Letramento						
Sabe ler e escrever	1765	87,5	323	83,5	2088	86,9
Só assina o nome	174	8,6	38	9,8	212	8,8
Analfabeto	64	3,2	19	4,9	83	3,5
Escolaridade	n	%	n	%	n	%
Nunca foi à escola	76	3,8	23	5,9	99	4,1
Anos iniciais do ensino fundamental incompletos	393	19,5	70	18,1	463	19,3
Anos iniciais do ensino fundamental completos	268	13,3	34	8,8	302	12,6
Anos finais do ensino fundamental incompletos	439	21,8	75	19,4	514	21,4
Anos finais do ensino fundamental completos	223	11,1	43	11,1	266	11,1
Médio ou técnico incompleto	217	10,8	56	14,5	273	11,4
Médio ou técnico completo	287	14,2	54	14,0	341	14,2
Superior incompleto	50	2,5	18	4,7	68	2,8
Superior completo	49	2,4	7	1,8	56	2,3

Fonte: Garcia *et al.*, 2023.

Um aspecto importante para pensar a política habitacional voltada à população em situação de rua refere-se a forma de vinculação familiar e social que essas pessoas estabelecem. De acordo com o Censo municipal (Gráfico 27), 67% dos entrevistados declararam viver sozinhos na rua, 27,3% vivem com um grupo de pessoas e 3,9% relataram viver nas ruas com companheiros e/ou filhos. Apenas 1,6% do total de recenseados afirmou possuir animais de estimação. Em relação ao perfil familiar, 22,3% dos entrevistados declararam ser casados e 66% afirmaram ter filhos, com uma média que varia entre 2,5 e 2,8 filhos por pessoa.

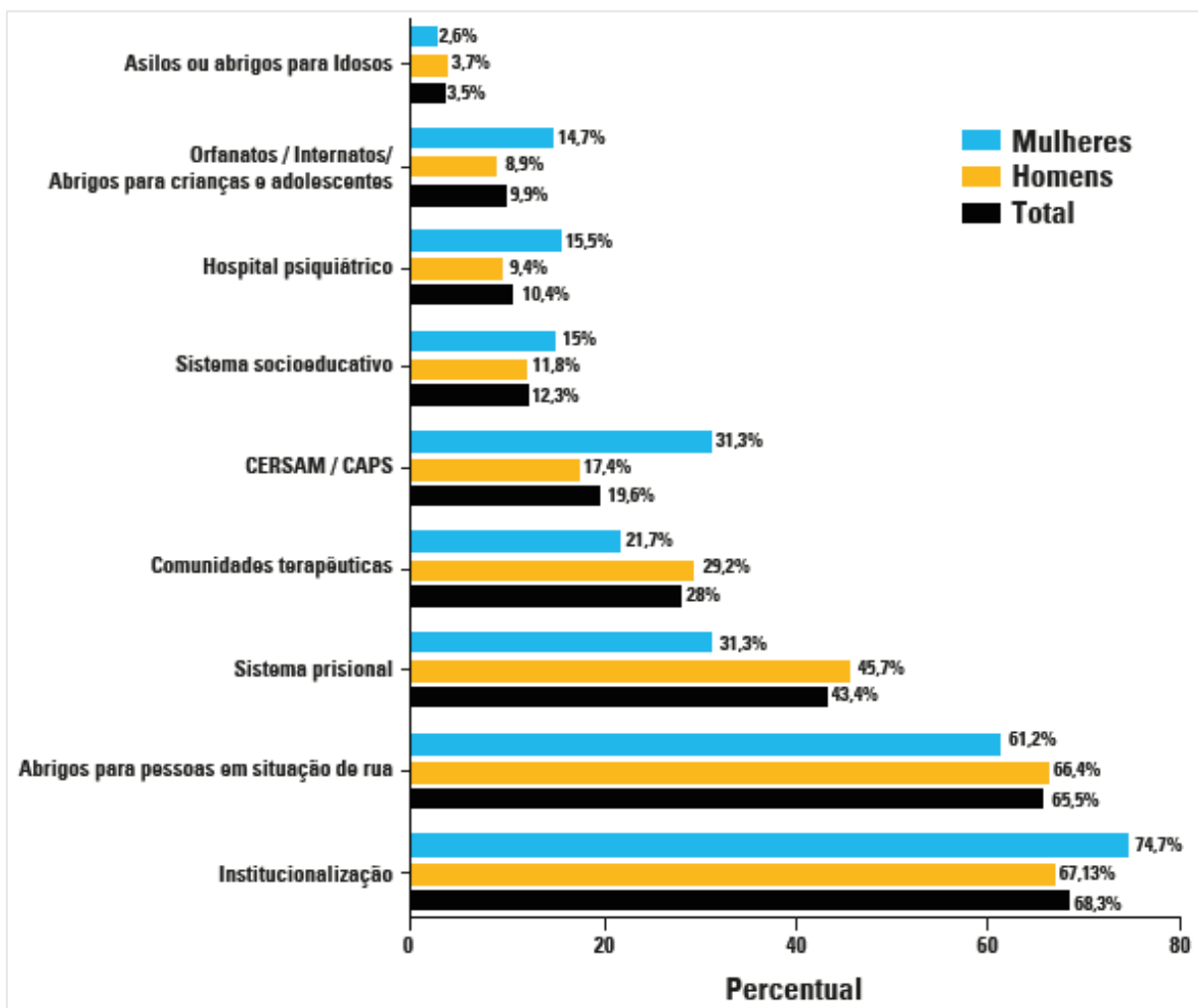
Gráfico 27: Tipo de vínculos na rua da população em situação de rua (IV Censo de população em situação de rua de Belo Horizonte de 2022)



Fonte: Garcia *et al.*, 2023.

O Censo mencionado analisou ainda que 68,3% das pessoas em situação de rua que participaram da pesquisa já viveram em uma ou mais instituições (Gráfico 28), com destaque para aquelas voltadas a pessoas em situação de rua (65,5%), unidades prisionais (43,4%), clínicas ou comunidades terapêuticas para dependência química (28%), serviços de saúde mental (19,6%), sistema socioeducativo (12,3%), hospitais psiquiátricos (10,4%), instituições de acolhimento para crianças e adolescentes (9,9%) e, em menor proporção, instituições de longa permanência para idosos (3,5%). O Censo destaca que há uma maior frequência de institucionalização entre as mulheres (74,7%) do que entre os homens (67,1%), sendo que os homens relataram mais passagens pelo sistema prisional (45,7%) e por comunidades terapêuticas (29,2%), enquanto as mulheres apresentaram maior histórico de atendimento em serviços de saúde (31,3%), hospitais psiquiátricos (15,5%) e no sistema socioeducativo (15%).

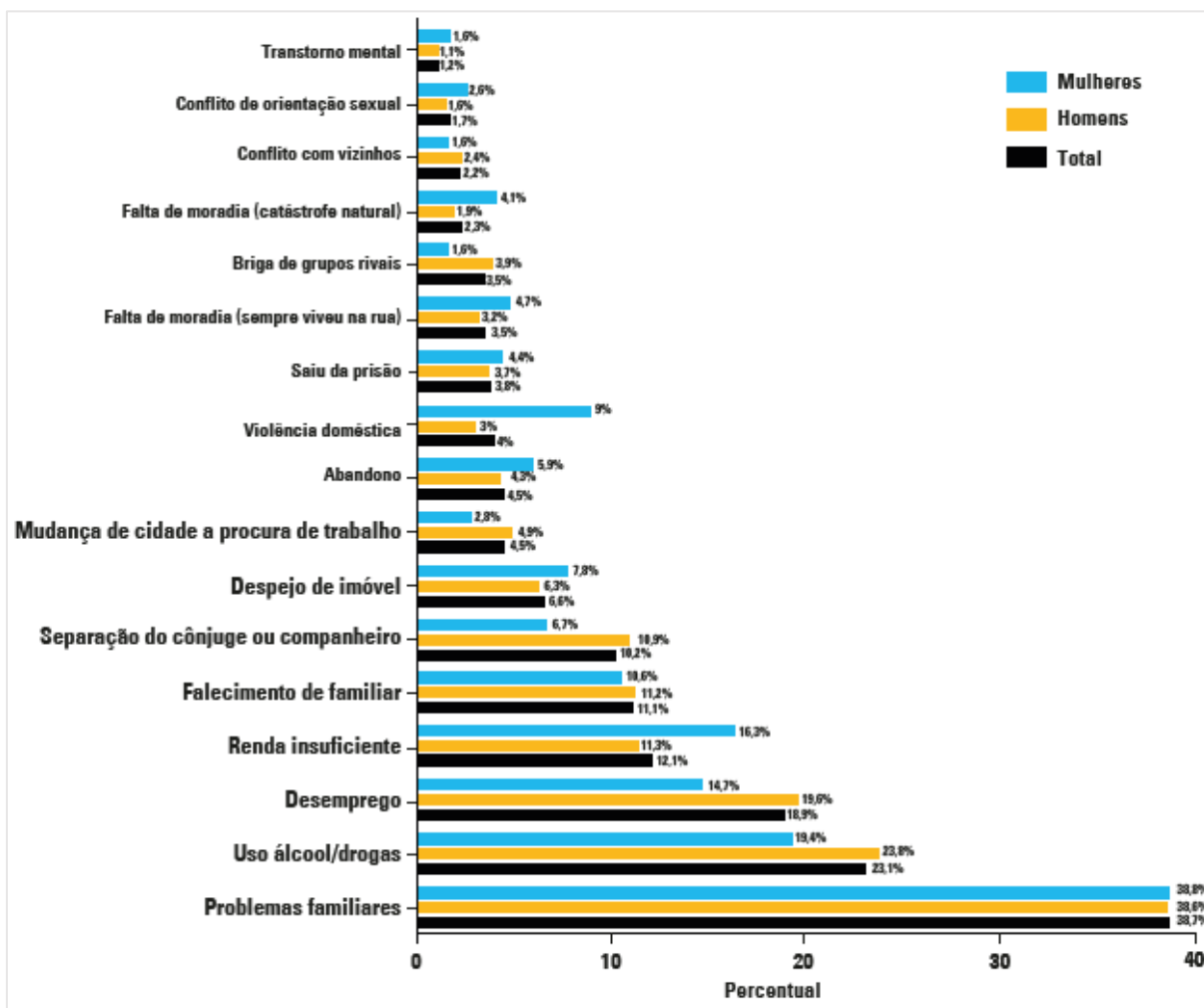
Gráfico 28: Antecedentes de institucionalização da população em situação de rua ao longo da vida por sexo e tipo de instituição (IV Censo de população em situação de rua de Belo Horizonte de 2022)



Fonte: Garcia *et al.*, 2023.

Ao longo dos últimos 25 anos, período em que o Censo municipal é realizado, os motivos para o início da trajetória de situação de rua permanecem os mesmos: os problemas familiares e o uso de álcool continuam sendo os principais motivos para a situação de rua. Conforme o Censo (Gráfico 29), 38,7% dos entrevistados apontaram problemas familiares como o principal motivo para passar a viver em situação de rua, 23,1% identificaram o uso de álcool ou drogas como o motivador, 18,9% o desemprego e 12,1% a renda insuficiente. No Gráfico 29 é possível verificar a frequência dessas e outras causas para a situação de rua.

Gráfico 29: Motivos declarados para morar na rua
(IV Censo de população em situação de rua de Belo Horizonte de 2022)



Fonte: Garcia *et al.*, 2023.

Do grupo participante, 91,1% declararam ter o anseio de sair da situação de rua e 55,4% dos entrevistados apontaram como principal solução para essa superação o acesso à moradia (Tabela 6). As outras soluções mencionadas para deixar a situação de rua foram: trabalho assalariado (54%), programas de transferência de renda (27%), acesso a cuidados em saúde (13,6%), acesso à educação formal (9,3%) e acesso a serviços de acolhimento socioassistencial (9,2%).

Tabela 6: Intenção de deixar a situação de rua e soluções para isso
(IV Censo de população em situação de rua de Belo Horizonte de 2022)

Tem intenção de deixar a situação de rua (n=2190)	Masculino		Feminino		Total	
	n	%	n	%	n	%
Sim	1851	91,8	339	87,6	2190	91,1
Não	109	5,4	23	5,9	132	5,5
Soluções para deixar a situação de rua	n	%	n	%	n	%
Acesso à moradia	1095	54,3	230	59,4	1325	55,1
Serviço de acolhimento (albergue, abrigo, república)	191	9,5	30	7,8	221	9,2
Retorno à casa da família	249	12,4	56	14,5	305	12,7
Trabalho assalariado (emprego)	1112	55,2	206	53,2	1318	54,8
Benefício ou programas de transferência de renda	542	26,9	108	27,9	650	27,0
Educação e formação profissional	166	8,2	58	15	495	9,3
Cuidados à saúde / Acesso aos Serviços de Saúde	269	13,3	58	15,0	327	13,6

Fonte: Garcia *et al.*, 2023.

O local para dormir é um tema fundamental no universo da população em situação de rua e em relação aos locais de pernoite. O Censo identificou que 57% dos entrevistados afirmaram dormir na rua na maior parte da semana, 9,7% em domicílios improvisados e 27,7% em unidades de acolhimento institucional, sendo o Abrigo Tia Branca I o serviço mais utilizado (8,6%), seguido do Abrigo São Paulo (5,5%), Albergue Tia Branca II (3,2%), Centro Pop (2,2%) e Abrigo Anita Gomes dos Santos I (2,1%), enquanto os demais locais foram mencionados por menos de 2% deste público.

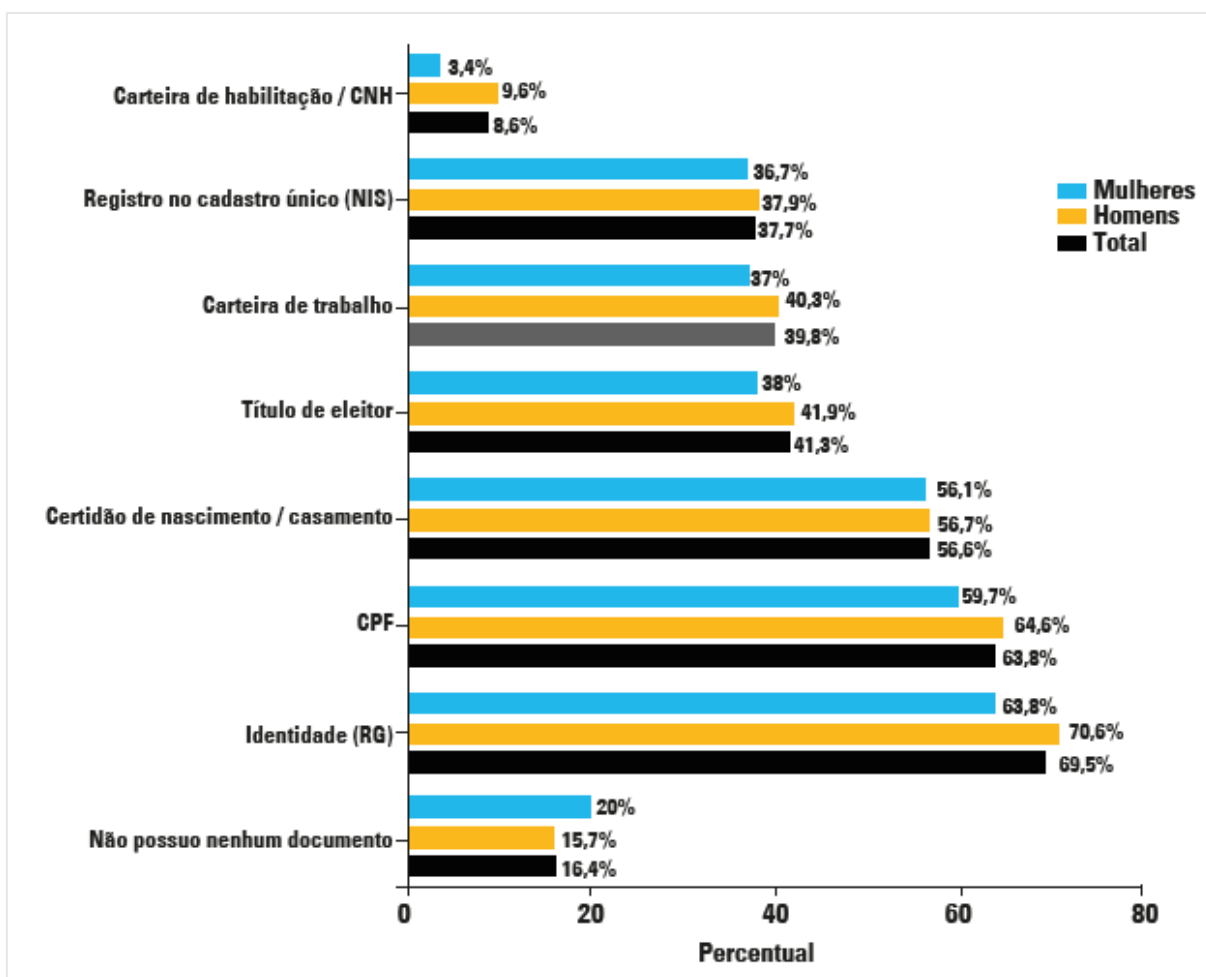
Os principais motivos para a não utilização de abrigos ou albergues foram a percepção de falta de segurança (28,4%), a rigidez de regras e horários (20%) e a dificuldade de acesso a vagas (16,4%). Nesse contexto, os dados indicam maior vulnerabilidade das mulheres, que proporcionalmente pernoitam mais frequentemente na rua (62%) do que os homens (56,1%) e relatam maior número de barreiras adicionais ao uso dos equipamentos de acolhimento: como desconhecimento dos serviços (6,7%), distância percebida (6,7%) e a impossibilidade de ingresso com animais de estimação (3,9%), fatores que ampliam sua exposição cotidiana a situações de violência e insegurança no espaço urbano.

Com relação a emprego e renda, de acordo com o Censo, 39,6% das pessoas em situação de rua relataram possuir alguma fonte de renda, sendo a mais frequente a coleta de material reciclável (16,4%), seguida por atividades comerciais (6,5%). Observa-se uma segmentação de gênero nas estratégias de geração de renda, com predominância de homens atuando na construção civil (4,2%), enquanto as mulheres apresentam maior inserção em atividades de faxina e trabalho doméstico (7,5%) e maior participação em cooperativas de reciclagem (9,6%), em comparação aos homens. O

estudo aponta ainda que a renda mediana é maior entre os homens quando comparada às mulheres em situação de rua: a renda mediana dos homens fica entre R\$782 e R\$968 e entre as mulheres entre R\$392 e R\$568.

Dos recenseados, 11,1% afirmaram estar inscritos em algum programa habitacional. E, dos que relataram receber algum benefício, 48% estão inscritos no programa municipal Bolsa Moradia e 13,5% no programa Minha Casa, Minha Vida - MCMV. Um dos pré-requisitos para acessar benefícios sociais como os de moradia é a posse de documentos civis. Com relação a este quesito (Gráfico 30), 16,4% (393 pessoas) informaram não possuir nenhum documento. Do grupo que tinha algum documento, 69,5% possuíam identidade, 63,8% o CPF, 56,6% a certidão de nascimento e 41,3% o título de eleitor.

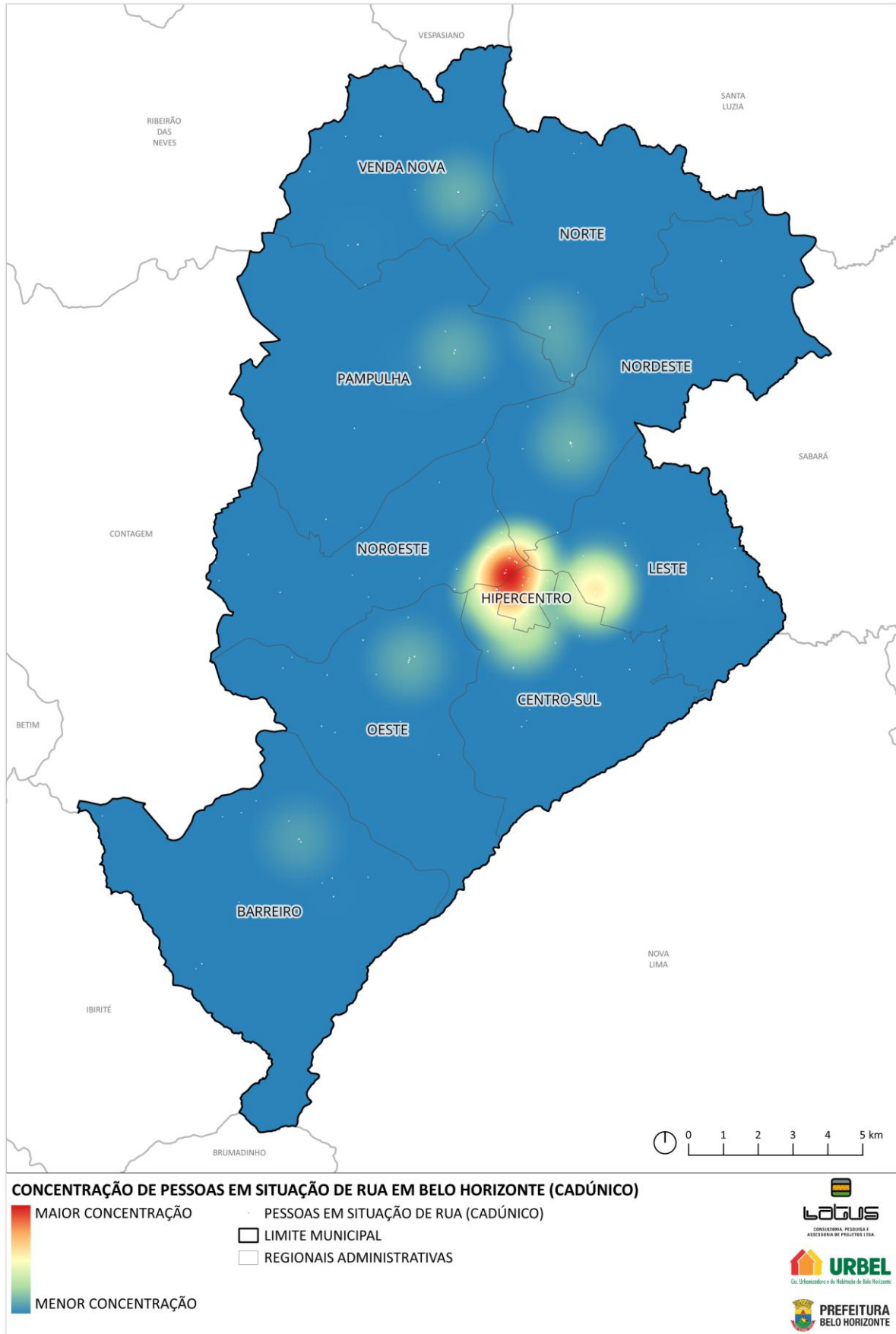
Gráfico 30: População em situação de rua por posse de documentos e sexo (IV Censo de população em situação de rua de Belo Horizonte de 2022)



Fonte: Garcia *et al.*, 2023.

Segundo dados do Observatório do Cadastro Único do MDS, em dezembro de 2025 havia 15.418 pessoas em situação de rua registradas no CadÚnico. Como observa-se na Figura 5 essa população transita por todo o território municipal, mas em maior concentração na regional do Hipercentro.

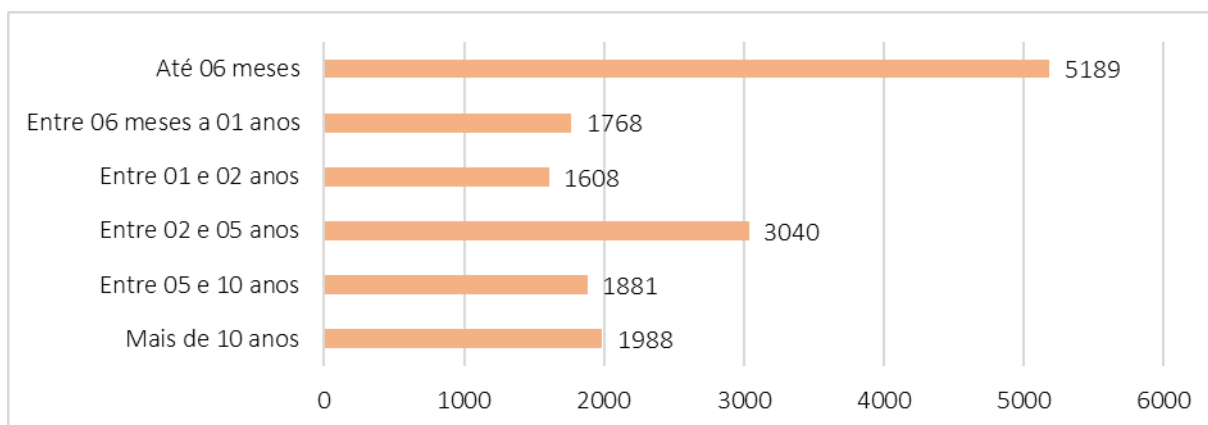
Figura 5: População em situação de rua (CadÚnico/setembro de 2025)



Fonte: Latus Consultoria, 2026, a partir de dados da Diretoria de Vigilância Socioassistencial da SMASDH, 2025.

Do total desse grupo, 5.189 pessoas (34%) afirmam que vivem na rua há menos de 6 meses, 1.768 pessoas (11%) estão em situação de rua há cerca de 6 meses a 1 ano, 1.608 (10%) das pessoas estão nessa situação entre 1 e 2 anos, 1.881 (12%) pessoas encontra-se em situação de rua entre 5 e 10 anos, e 1.988 (10%) estão na rua há mais de 10 anos (Gráfico 31). Apenas 3,7% (567 pessoas) responderam que vivem na rua com sua família.

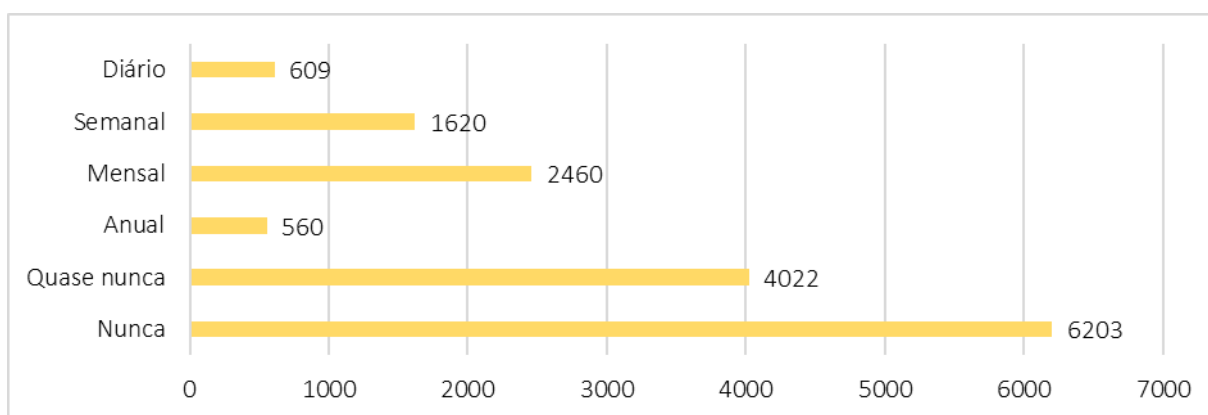
Gráfico 31: População em situação de rua por tempo que vive na rua (Observatório do Cadastro Único/2026 - nº de pessoas)



Fonte: Latus Consultoria, 2026, a partir de dados do MDS, 2026.

Das pessoas em situação de rua cadastradas, 40% delas nunca tem contato com parentes, 26% afirmam quase nunca ter esse tipo de contato, anualmente cerca de 4%, mensalmente 16% dos cadastrados, semanalmente cerca de 10%, e diário apenas 4%. No Gráfico 32 é possível observar esse dado em números brutos.

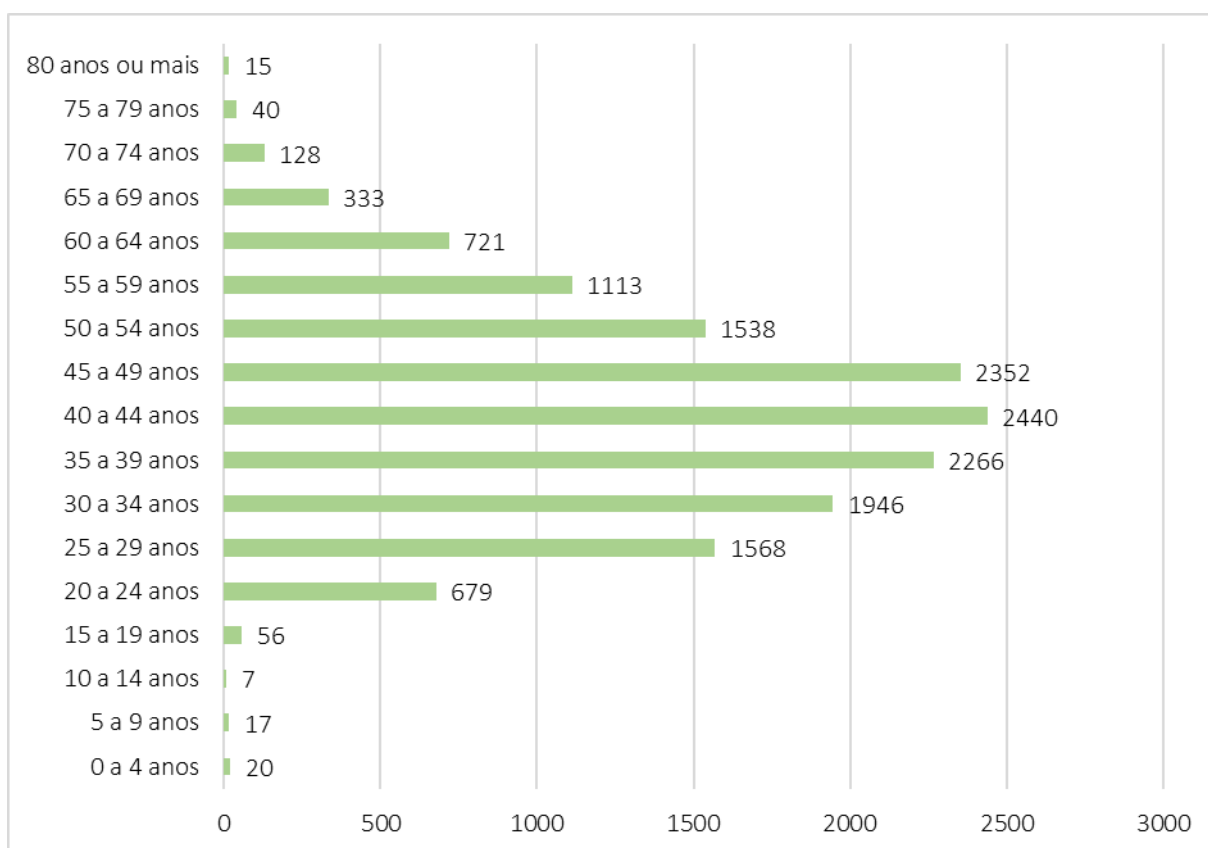
Gráfico 32: Contato com parente que viva fora das ruas (Observatório do Cadastro Único/2026 - nº de pessoas)



Fonte: Latus Consultoria, 2026, a partir de dados do MDS, 2026.

A maior parte das pessoas em situação de rua cadastradas são do sexo masculino: 13.613 pessoas (89%). São do sexo feminino 1.626 pessoas, o que corresponde a cerca de 11% desse grupo. Cerca de 16%, 2438 pessoas, declararam possuir algum tipo de deficiência. A faixa etária dessa população concentra-se entre 30 e 50 anos. Entretanto, chama a atenção o percentual de 8% (1.237) de pessoas idosas e o número de 100 crianças e adolescentes em situação de rua (Gráfico 33).

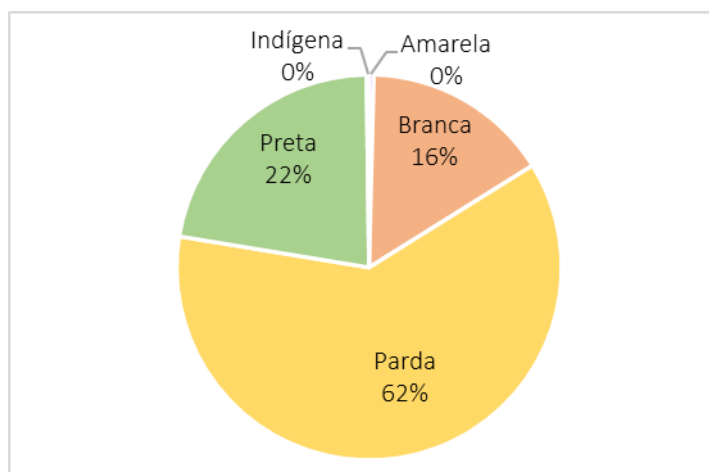
Gráfico 33: Pessoas em situação de rua por grupo de idade (CadÚnico/setembro de 2025 - nº de pessoas)



Fonte: Latus Consultoria, 2026, a partir de dados da Diretoria de Vigilância Socioassistencial da SMASDH, 2025.

Novamente, o grupo étnico-racial de pessoas pretas ou pardas se destaca em um grupo vulnerabilizado (Gráfico 34): 84% ou 12.746 das pessoas em situação de rua se autodeclaram como pretas ou pardas. Cerca de 16% (2.399 pessoas) se identificaram como brancas. Indígenas e amarelas representam menos de 1% dessa população: 31 pessoas indígenas e 60 pessoas amarelas.

Gráfico 34: Pessoas em situação de rua por cor ou raça (CadÚnico/setembro de 2025 - % de pessoas)¹⁶

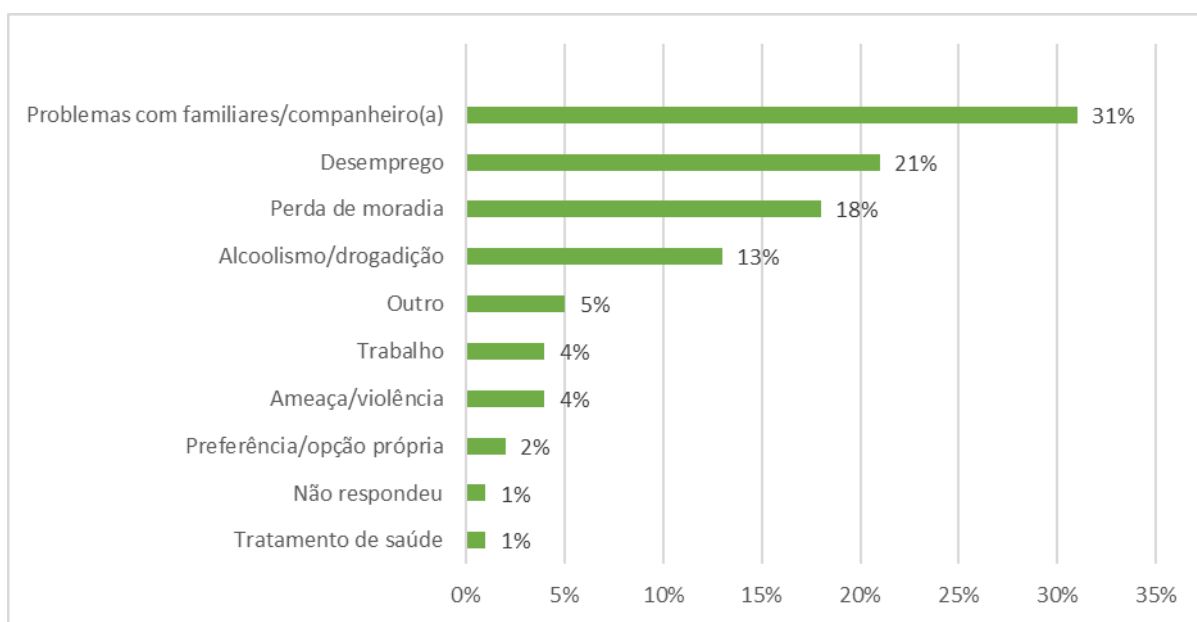


Fonte: Latus Consultoria, 2026, a partir de dados da Diretoria de Vigilância Socioassistencial da SMASDH, 2025.

¹⁶ Para a análise não foram contabilizadas 182 pessoas, porque nestas não constam a informação desse dado.

Com relação aos motivos que levaram a situação de rua, assim como no Censo municipal, o principal motivo apontado (31% ou 8.579) são problemas com familiares ou companheiros (Gráfico 35). No entanto, chama a atenção o segundo e terceiro motivos: desemprego (21% ou 5.738) e perda da moradia (18% ou 5.009), fenômeno que pode ter sido agravado pela crise econômica e social da pandemia de Covid-19, corroborando com a análise realizada no Censo municipal. No Gráfico 35 as motivações apontadas são apresentadas em números brutos.

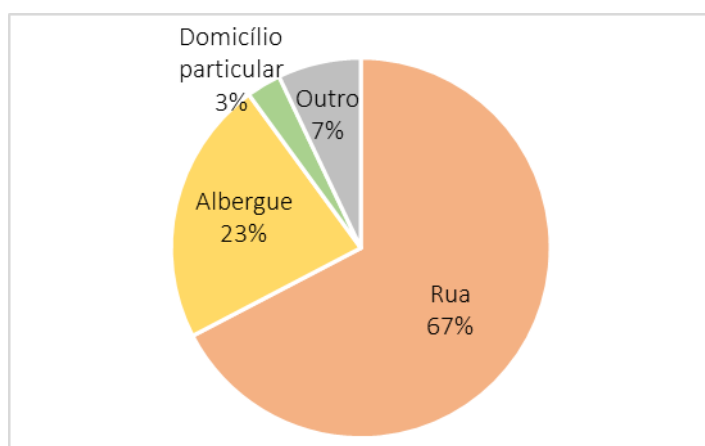
Gráfico 35: Motivo pelos quais encontra-se em situação de rua (Observatório do Cadastro Único/2026 - % de pessoas)



Fonte: Latus Consultoria, 2026, a partir de dados do MDS, 2026.

Cerca de 67% ou 11.812 das pessoas em situação de rua cadastradas no CadÚnico afirmam que dormem na rua. Já 23% ou 3.961 pessoas acessam albergues para dormir. Aproximadamente 3% ou 518 pessoas dizem dormir em algum domicílio particular e 7% (1.226 pessoas) apontam outros locais (Gráfico 36).

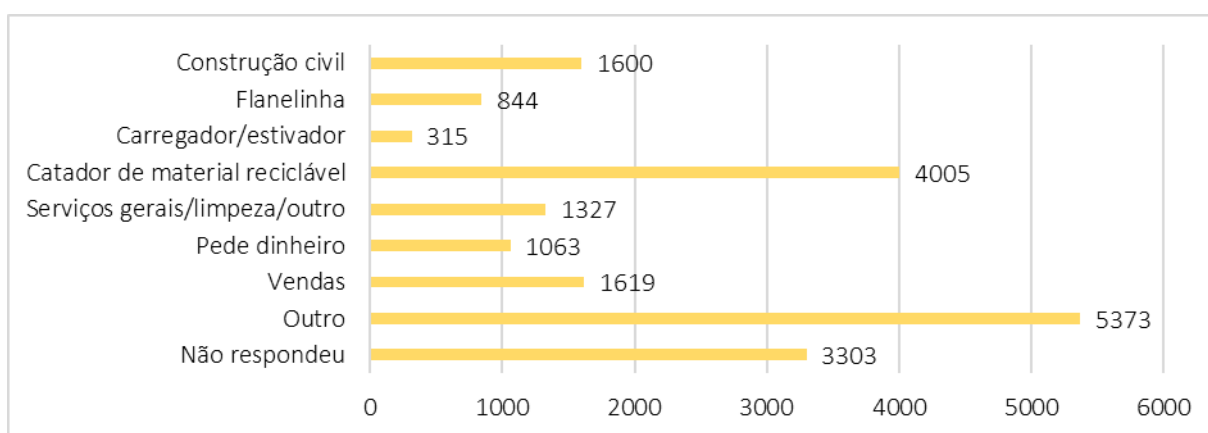
Gráfico 36: Locais de pernoite (Observatório do Cadastro Único/2026 - nº de pessoas)



Fonte: Latus Consultoria, 2026, a partir de dados do MDS, 2026.

Uma parcela significativa das pessoas em situação de rua sobrevive através da catação de materiais recicláveis: cerca de 21% (4.005 pessoas). Outras formas de geração de renda que se destacam entre as apontadas são a área da construção civil (8,4% ou 1.600 pessoas) e serviços gerais com 7 % (1.327 pessoas) das respostas. Os dados novamente estão em consonância com o estudo do Censo municipal. Destaca-se, complementarmente, que a categoria ‘outro’ provém da base de dados do Ministério e é utilizada para reunir respostas muito heterogêneas que não permitem um agrupamento comum e que, individualmente, não possuem volume suficiente para representar um percentual significativo no gráfico. O Gráfico 37 mostra mais detalhes sobre esse aspecto através de números brutos.

Gráfico 37: Geração de renda (Observatório do Cadastro Único/2026 - nº de pessoas)



Fonte: Latus Consultoria, 2026, a partir de dados do MDS, 2026.

A população em situação de rua, como demonstram os indicadores apresentados, é heterogênea e a questão da moradia precisa, para esse grupo, ser pensada de forma multidimensional. Os dados evidenciam, novamente, que a vulnerabilidade e risco social apresentam forte recorte racial, pela significativa representatividade da população negra/parda. Complementa-se que, no geral, o nível de escolaridade é baixo e há um número considerável de pessoas com deficiência nesta população. Outros dois aspectos que precisam ser ressaltados são: (i) o envelhecimento das pessoas em situação de rua, sendo que há maior número de adultos (de 30 a 50 anos), com registro da presença de idosos, crianças e adolescentes; e (ii) o aumento no número absoluto, especialmente após a pandemia da Covid-19, de forma mais expressiva das mulheres, apesar de ainda ser predominante o gênero masculino nesta situação. Soma-se a situação das mulheres à condição de pessoas não cisgênero que se encontram submetidas a elevados riscos de violência, discriminação e ruptura de vínculos, o que reforça a necessidade de abordagens interseccionais na priorização das políticas habitacionais. A suscetibilidade à violência aumenta pela maioria dormir na rua, índice que é superior no sexo feminino. A população em situação de rua se concentra na regional Hipercentro.

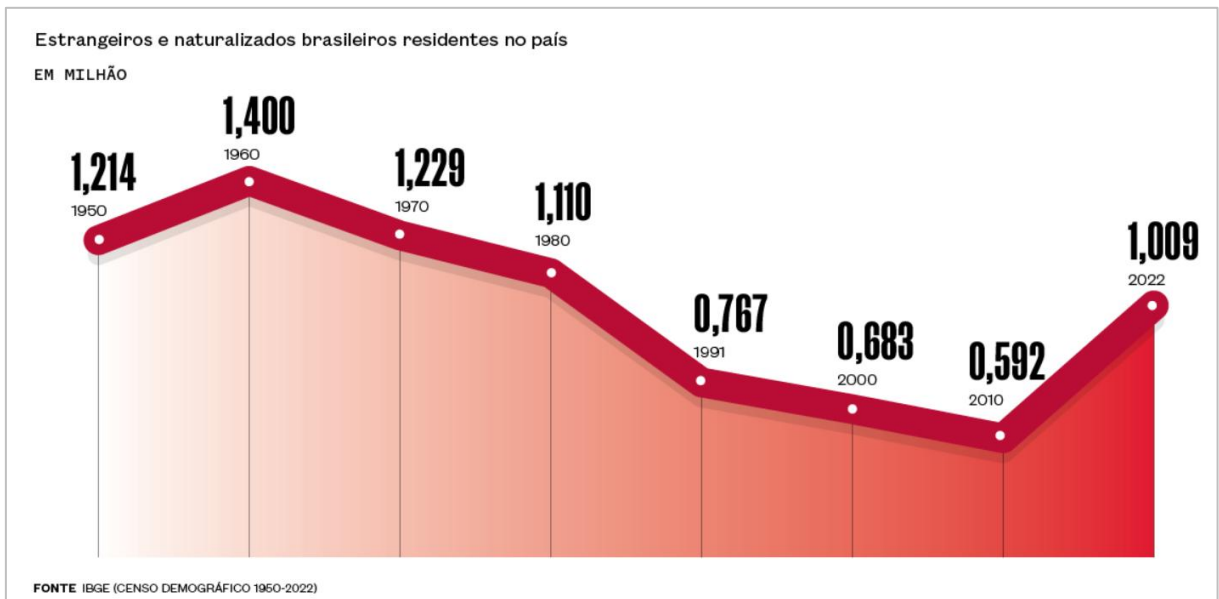
Outras características que valem ser destacadas é que a maioria desta população começou a viver na rua recentemente (até 6 meses), mas também é significativo o número de pessoas que estão há anos nesta situação, o que dificulta ainda mais sua adaptação em uma moradia. Também predominam as pessoas que vivem sozinhas, sem contato familiar - apesar da maioria possuir filhos - e que já frequentaram instituições - neste caso é maior o índice entre as mulheres. Este dado indica a necessidade de políticas voltadas à retomada do vínculo destas pessoas com a sociedade. Os motivos mais apontados para viver na rua são exatamente os problemas familiares, mas também a falta de emprego e de moradia, o que está relacionado diretamente com as soluções apontadas por esta população para saírem da situação de rua: o trabalho e a moradia. Vale ressaltar que a maioria possui fonte de renda, mais relacionada com a coleta de material reciclável e a construção civil. A renda dos homens é significativamente maior do que a das mulheres. A maioria possui documentos e uma pequena parte já se encontra vinculada a programas municipais, como o Bolsa Moradia.

1.5 POPULAÇÃO IMIGRANTE

Crises humanitárias têm acirrado a discussão acerca das políticas migratórias no norte global. O aumento crescente de populações migrantes do sul global para países do norte tem, desde o início do século XXI, ocasionado o aumento das restrições de entrada nesses países. E, a dificuldade de entrada no norte global somado a uma legislação mais branda, tem feito com que países como o Brasil passe a ser opção para populações migrantes de países, principalmente, da América Latina e Caribe e continente africano (Gráfico 38).

De acordo com o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 2010 e 2022 o contingente de pessoas estrangeiras e de brasileiros naturalizados pulou de 592 mil para 1 milhão, o que representa um aumento de 70% (ver gráfico abaixo). O avanço marca um ponto de inflexão em relação às décadas anteriores. “O número de estrangeiros residentes no Brasil vinha caindo desde a década de 1960”, informa Marcio Mitsuo, gerente de Projeções e Estimativas do IBGE. (Queiroz, 2025a)

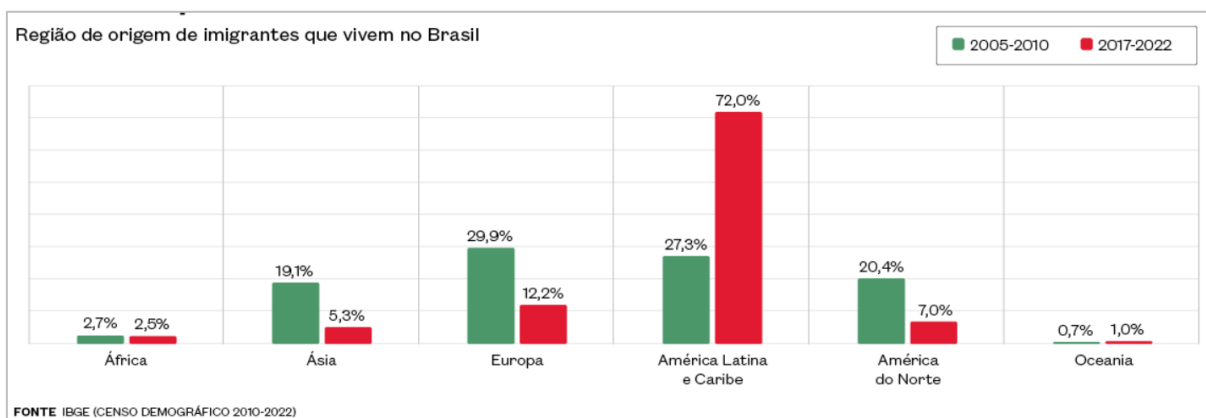
Gráfico 38: Estrangeiros e naturalizados brasileiros residentes no país



Fonte: Queiroz, 2025a.

Entre as décadas de 1960 e 2000 o Brasil era destino migratório de, em sua maioria, pessoas vindas do norte global, com perfil socioeconômico alto e que, ao viverem no Brasil, acessavam serviços básicos (como saúde e educação) privados. Entretanto, desde o início desse século o perfil e origem dos imigrantes que buscam no Brasil uma nova vida se transformou: observa-se o crescimento de movimentos migratórios de pessoas originárias de países que passam por crises econômicas, sociais e humanitárias. Estes imigrantes têm perfil de maior vulnerabilidade econômica e são dependentes de políticas públicas (como Sistema Único de Saúde - SUS e Sistema Único de Assistência Social - SUAS) que ainda se mostram fragmentadas e insuficientes para responder às suas necessidades. Esse novo fluxo migratório envolve diversas regiões do sul global, especialmente, países da América Latina, da África e do Oriente Médio, como por exemplo Bolívia, Venezuela, Angola, Senegal, Nigéria, Síria, Colômbia, Cuba, Gana e Irã, entre outros. Outro aspecto sobre este recente fenômeno refere-se ao aumento de solicitações de refúgio, incluindo um contingente crescente de crianças e adolescentes menores de 15 anos, o que evidencia a complexidade e os desafios humanitários associados à imigração recente no Brasil. (Queiroz, 2025b)

Gráfico 39: Região de origem de imigrantes que vivem no Brasil



Fonte: Queiroz, 2025b.

Os dados da Coordenação Municipal de Políticas para Migrantes e Refugiados de Belo Horizonte corroboram com a análise descrita acima. O IBGE identificou que Belo Horizonte, no período entre 2017 e 2022, recebeu 4.841 imigrantes vindos, principalmente, da Venezuela, Estados Unidos e Colômbia. Já o Censo Demográfico de 2022 do IBGE estima que 0,29% da população municipal é formada por pessoas de outros países e que 0,1% são pessoas naturalizadas brasileiras. Esse percentual representa 9.031 pessoas. O órgão municipal da Coordenação de Políticas para Migrantes e Refugiados salienta ainda que “os dados de 2024 do Sistema de Registro Nacional Migratório da Polícia Federal - SISMIGRA revelaram que existem 83.676 pessoas migrantes internacionais com Registro Nacional Migratório - RNM ativo no estado de Minas Gerais, destas, 28.858 pessoas residem em Belo Horizonte”.

Em 2023 foram cadastradas 10.186 pessoas migrantes na rede SUS de Belo Horizonte. Desse total, 42% são do sexo feminino e 58% do sexo masculino; 13,45% correspondem a crianças, 6,45% a adolescentes, 64,91% a adultos e 15,19% a pessoas idosas. A origem dessas pessoas remete há mais de 30 nacionalidades, com destaque para pessoas oriundas da Venezuela, seguidas por migrantes provenientes dos Estados Unidos da América - EUA, Portugal, Colômbia, Argentina, China, Itália, França, Peru, Chile, Haiti, Espanha, Bolívia, Alemanha, Síria, entre outros países.¹⁷

Ainda segundo informações da Coordenação Municipal, a partir dos dados do Sistema de Gestão Escolar - SGE, em agosto de 2024 a Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte registrou a matrícula de 705 estudantes migrantes, pertencentes a 38 nacionalidades. Dentre esse contingente, destacam-se estudantes oriundos de países como Venezuela, Haiti, Colômbia, China, Argentina, Angola, Síria, Senegal, Estados Unidos, Portugal, entre outros. Ressalta-se que, do total de estudantes matriculados, 77 são venezuelanos(as) indígenas da etnia Warao. Esses alunos estão

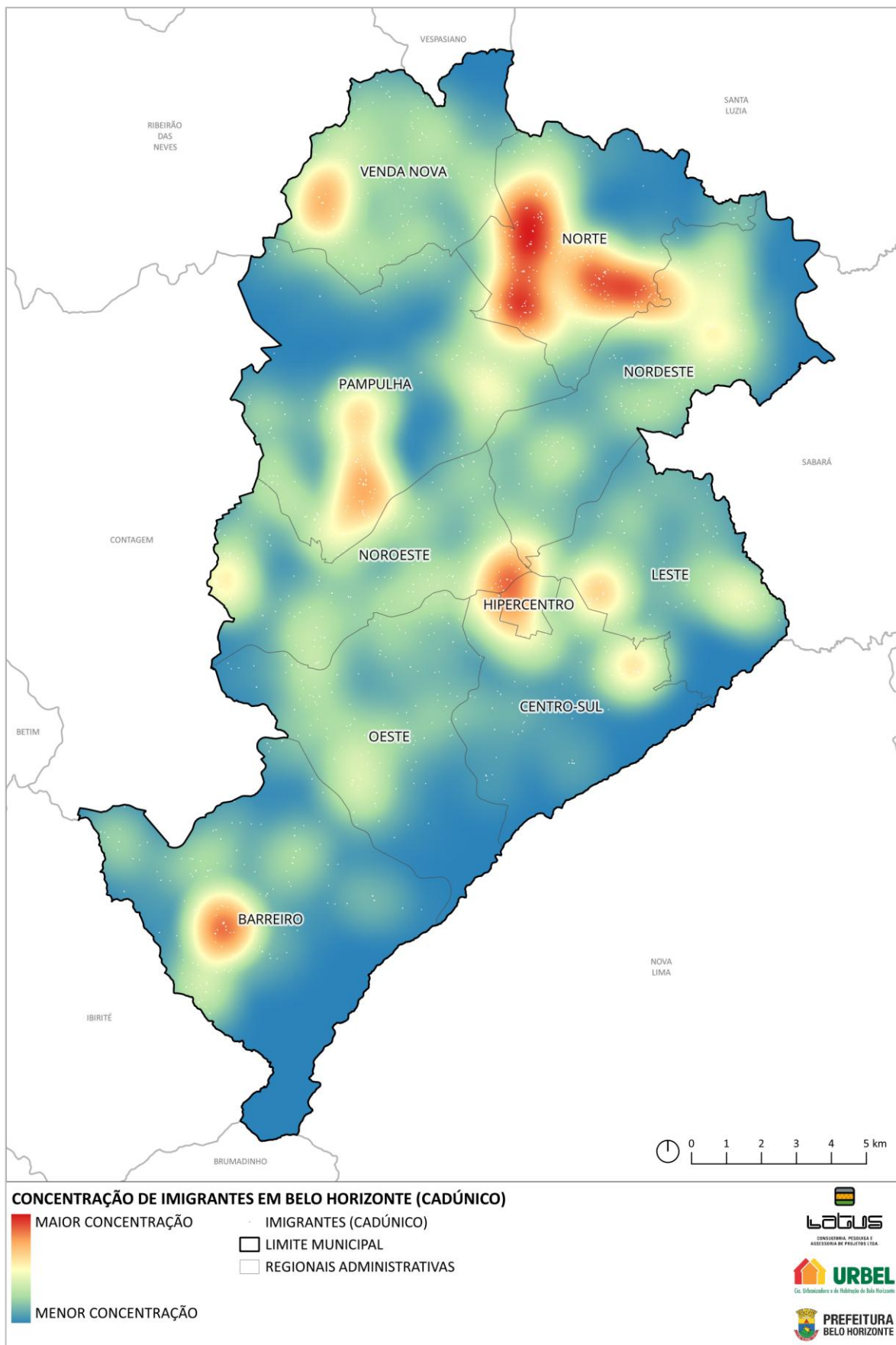
¹⁷ Fonte dos dados: Coordenação de Políticas para Migrantes e Refugiados.

distribuídos em diferentes etapas e modalidades da educação básica, abrangendo desde a Educação Infantil até a Educação de Jovens e Adultos - EJA.¹⁸

No CadÚnico de Belo Horizonte, estão inscritos 3.360 imigrantes, o que representa cerca de 0,49% da base cadastral municipal. A Figura 6 demonstra que estas pessoas se concentram, principalmente, nas regionais Norte, Hipercentro, Barreiro, Venda Nova e Pampulha.

¹⁸ Fonte dos dados: Coordenação de Políticas para Migrantes e Refugiados.

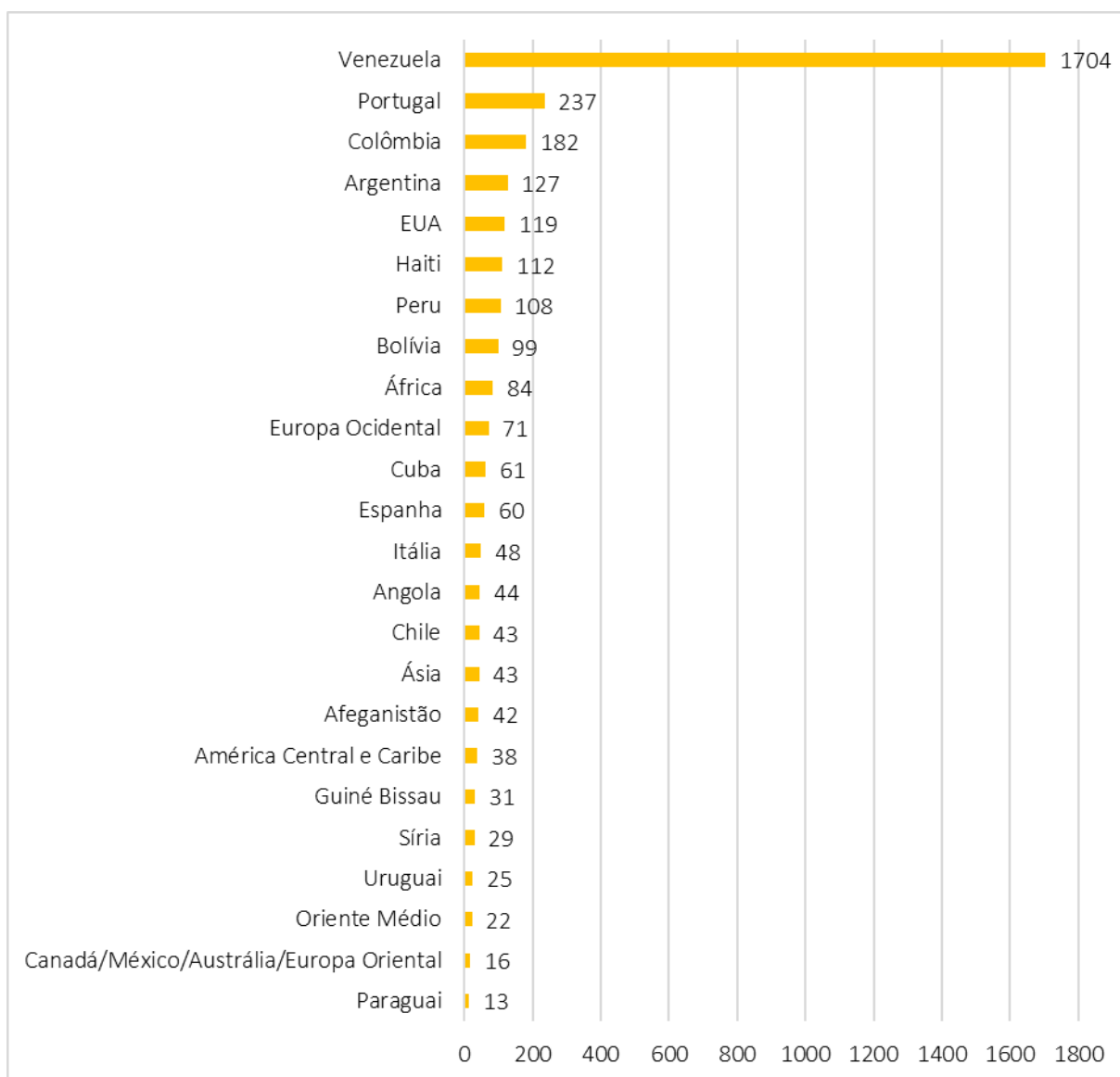
Figura 6: População de imigrantes (CadÚnico/setembro de 2025)



Fonte: Latus Consultoria, 2026, a partir de dados da Diretoria de Vigilância Socioassistencial da SMASDH, 2025.

A origem dos imigrantes cadastrados é bastante diversa, com pessoas originárias de 81 países de todos os continentes. Desde pessoas de países como Suíça (norte global) até Síria (sul global). Mas a Venezuela é o país de origem de cerca de 51% dos imigrantes cadastrados no CadÚnico. Na sequência há Portugal (7%), Colômbia (5%), Argentina (4%) e EUA (4%). No Gráfico 40 é possível analisar esses dados com maiores detalhes.

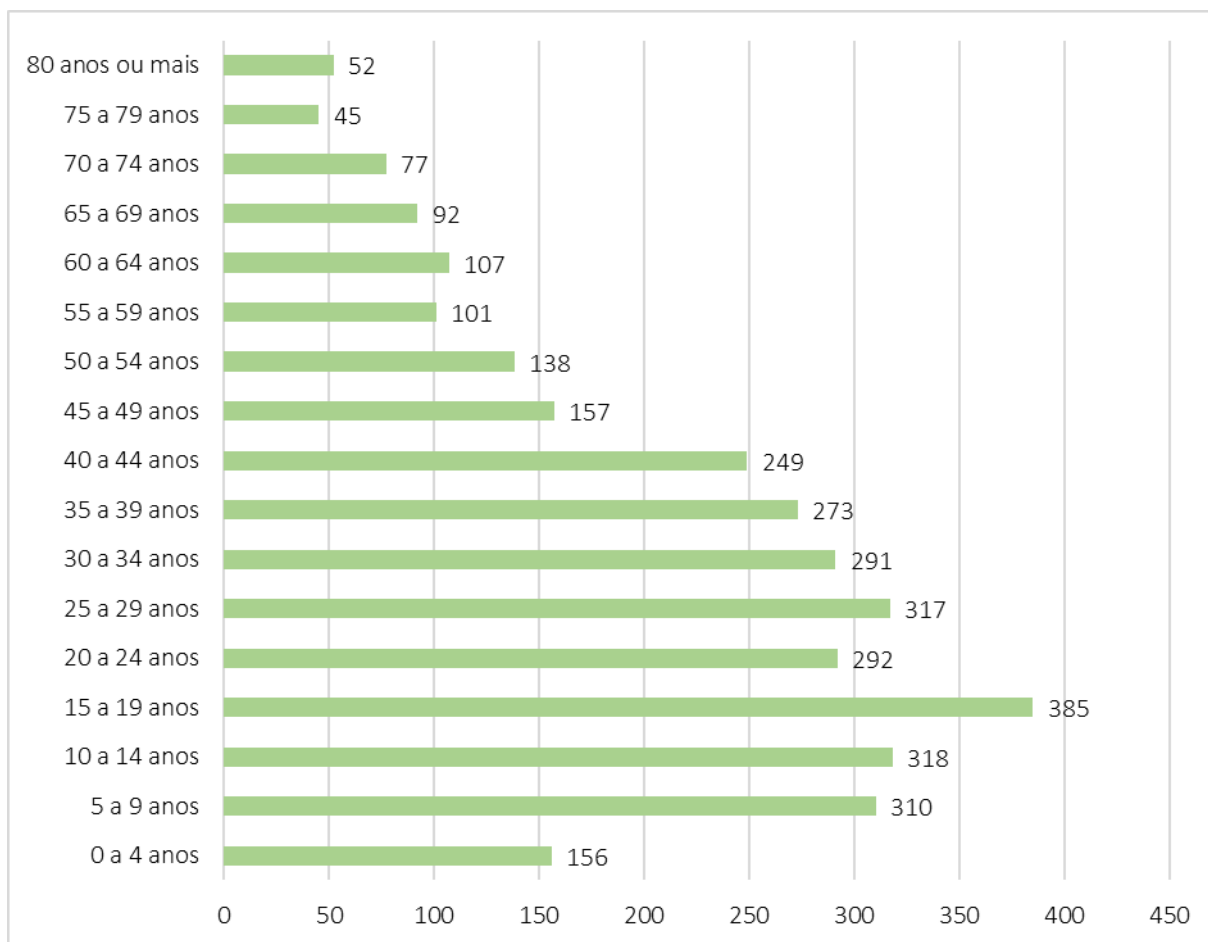
Gráfico 40: País de origem de pessoas imigrantes (CadÚnico/setembro de 2025 - nº de pessoas)



Fonte: Latus Consultoria, 2026, a partir de dados da Diretoria de Vigilância Socioassistencial da SMASDH, 2025.

A distribuição por sexo é proporcional: 53% ou 1.773 das pessoas imigrantes são do sexo feminino e 47% ou 1.587 pessoas são do sexo masculino. Dentre essa população predominam pessoas mais jovens, adolescentes e crianças: cerca de 35% dos imigrantes são crianças e adolescentes - entre 0 e 19 anos - e apenas em torno de 11% são pessoas idosas. O Gráfico 41 apresenta a distribuição por faixa de idade de pessoas cadastradas no CadÚnico de origem estrangeira.

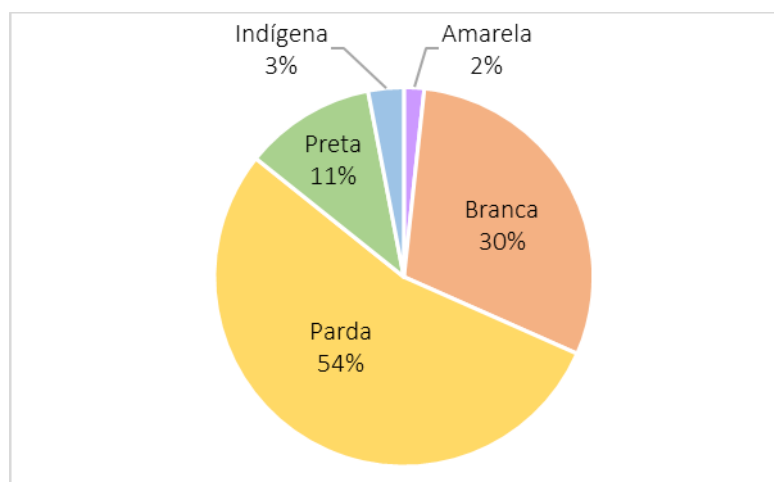
Gráfico 41: Grupos de idade de pessoas imigrantes (CadÚnico/setembro de 2025 - nº de pessoas)



Fonte: Latus Consultoria, 2026, a partir de dados da Diretoria de Vigilância Socioassistencial da SMASDH, 2025.

Cerca de 9% das pessoas desse grupo possuem algum tipo de deficiência, o que representa 306 pessoas. Com relação a cor ou raça (Gráfico 42), pessoas indígenas representam 3% (102 pessoas) e de origem asiática são 2% (58 pessoas). A maior parte dos imigrantes cadastrados no CadÚnico são pretos ou pardos (65% ou 2.195 pessoas) e 30% (1.005 pessoas) se autodeclararam brancos.

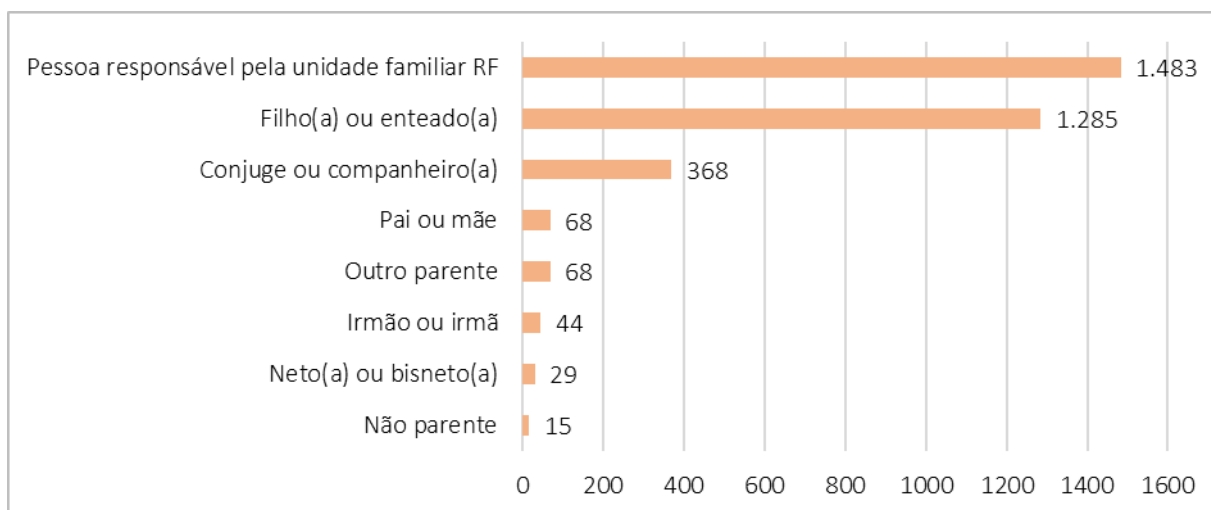
Gráfico 42: Cor ou raça imigrantes (CadÚnico/setembro de 2025 - % de pessoas)



Fonte: Latus Consultoria, 2026, a partir de dados da Diretoria de Vigilância Socioassistencial da SMASDH, 2025.

Com relação a composição familiar na qual estão inseridas as pessoas imigrantes (Gráfico 43), aproximadamente 44% (1.483 pessoas) são os responsáveis pela unidade familiar, 38% (1.285 pessoas) são filhos ou enteados, e 11% (368 pessoas) são cônjuges ou companheiros do responsável familiar.

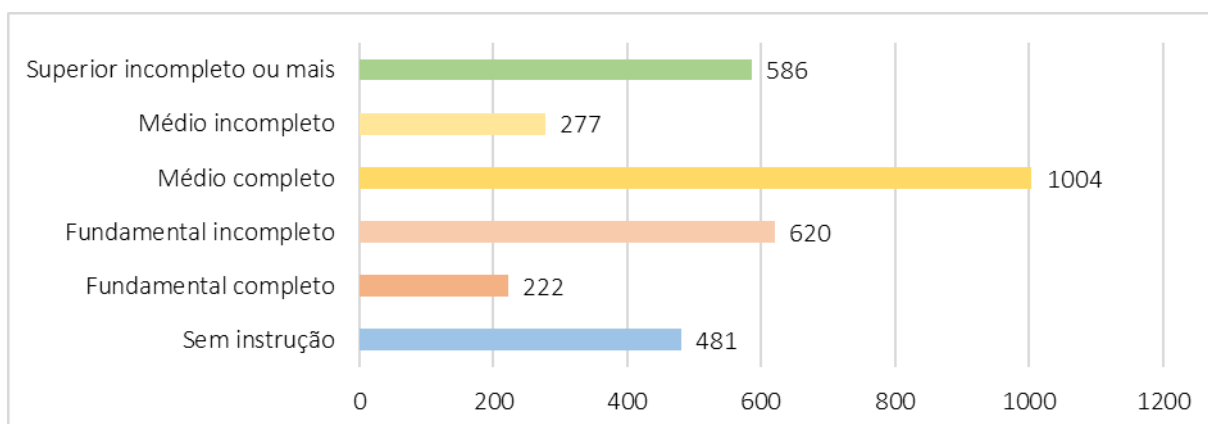
Gráfico 43: Parentesco do imigrante em relação ao responsável familiar (CadÚnico/setembro de 2025 - nº de pessoas)



Fonte: Latus Consultoria, 2026, a partir de dados da Diretoria de Vigilância Socioassistencial da SMASDH, 2025.

Um alto percentual de pessoas imigrantes cadastradas no CadÚnico de Belo Horizonte declarou não ter instrução ou escolaridade (Gráfico 44): 15% ou 481 pessoas. Cerca de 19% ou 620 pessoas não completaram o ensino fundamental e apenas 7% ou 222 pessoas possuem ensino fundamental completo; 9% ou 277 pessoas chegaram a cursar o ensino médio, mas não completaram, e 32% ou 1.004 pessoas tem ensino médio completo. E, se por um lado há um percentual significativo de pessoas sem instrução, há também uma proporção considerável de pessoas que chegaram ao ensino superior: 18% (586 pessoas).

Gráfico 44: Escolaridade dos imigrantes (CadÚnico/setembro de 2025 - nº de pessoas)¹⁹

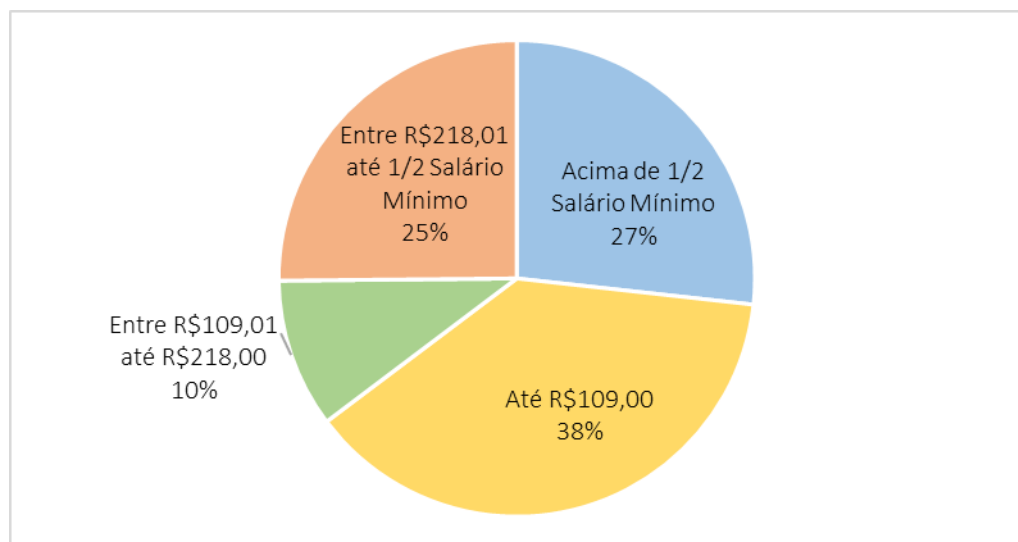


Fonte: Latus Consultoria, 2026, a partir de dados da Diretoria de Vigilância Socioassistencial da SMASDH, 2025.

¹⁹ Para a análise não foram contabilizadas 170 pessoas, porque nestas não constam a informação desse dado.

Com relação a renda familiar geral (Gráfico 45), os dados do CadÚnico apontam que tinham renda familiar *per capita* acima de ½ salário mínimo 899 pessoas ou 27% dos imigrantes. Sem renda ou com renda até R\$109 *per capita* são 1.276 pessoas (38%), entre R\$109,01 e R\$218 são 340 pessoas (10%), e com renda *per capita* entre R\$218,01 e ½ salário mínimo são 845 pessoas (25%). Mais da metade dessas pessoas (53% ou 1.786 pessoas) compõem famílias que são beneficiárias do PBF.

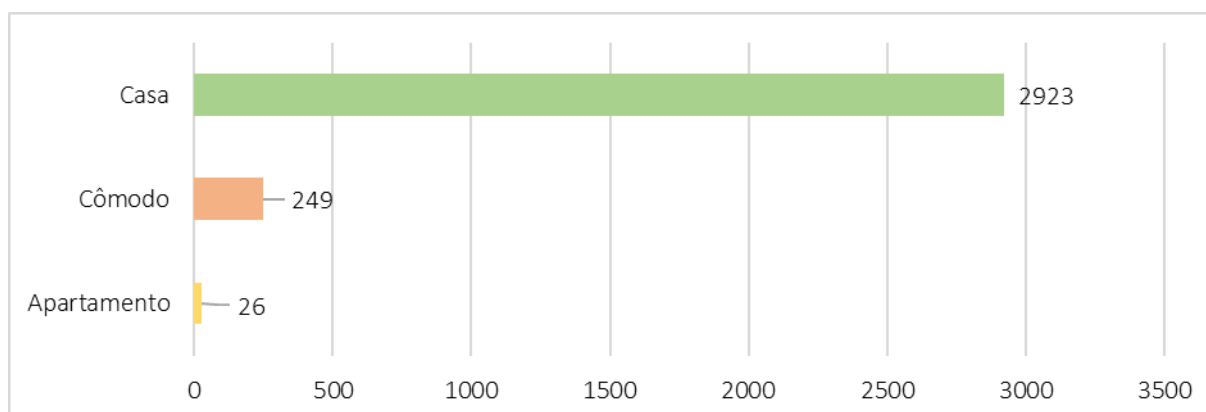
Gráfico 45: Renda familiar *per capita* dos imigrantes (CadÚnico/setembro de 2025 - % de pessoas)



Fonte: Latus Consultoria, 2026, a partir de dados da Diretoria de Vigilância Socioassistencial da SMASDH, 2025.

Cerca de 13%, 441 pessoas imigrantes, não têm acesso à água canalizada em seu domicílio e não têm banheiro em suas moradias. Aproximadamente 91%, ou seja, 2.923 pessoas, vivem em moradias do tipo “casa”. Apenas 26 imigrantes (1%) moram em apartamentos e 249 (8%) residem em cômodos improvisados para moradia. Do total de pessoas imigrantes no CadÚnico, vivem em domicílios alugados cerca de 66% (2.111 pessoas).

Gráfico 46: Espécie de domicílio dos imigrantes (CadÚnico/setembro de 2025 - nº de pessoas)²⁰



Fonte: Latus Consultoria, 2026, a partir de dados da Diretoria de Vigilância Socioassistencial da SMASDH, 2025.

²⁰ Para a análise não foram contabilizadas 162 pessoas, porque nestas não constam a informação desse dado.

A análise da população imigrante em Belo Horizonte evidencia um perfil marcado pela diversidade de origens, pela juventude e por elevados níveis de vulnerabilidade socioeconômica, especialmente entre famílias dependentes de políticas públicas de assistência, saúde e educação. A origem predominante é da Venezuela, havendo registro de indígenas venezuelanos da etnia Warao no Município, e de países do continente africano. No universo populacional do CadÚnico, observa-se forte recorte racial, com predominância de pessoas pretas e pardas, além de presença significativa de crianças, adolescentes e mulheres, o que amplia a demanda por respostas intersetoriais e sensíveis às desigualdades de gênero, raça e ciclo de vida. A relação de parentesco predominante é de responsável domiciliar e filhos ou enteados, indicando a composição familiar usual dos imigrantes. Há concentração dos locais de moradia na regional Norte, seguida pelo Hipercentro e Barreiro, na maior parte do tipo “casa”. As condições precárias de moradia, a alta proporção de domicílios alugados ou improvisados e o acesso limitado a renda e infraestrutura básica reforçam que a imigração recente no Município se insere em um contexto de vulnerabilidade estrutural, exigindo políticas habitacionais e sociais articuladas, territorializadas e orientadas pela garantia de direitos e pela perspectiva humanitária.

1.6 POPULAÇÃO INDÍGENA

A inserção de comunidades e pessoas indígenas em centros urbanos é um processo consolidado e crescente na América Latina. E, ao contrário do que comumente o imaginário idealizado sobre esses povos reflete, povos originários tem importante papel na constituição social e cultural urbana do país. De acordo com estudo realizado, na última década foram mapeadas sete retomadas na Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH. As retomadas caracterizam-se pelo processo de reocupação de terras consideradas ancestrais por povos originários, que buscam restabelecer seus modos de vida em territórios historicamente expropriados ou que ainda aguardam a regularização fundiária oficial. Esse movimento impacta diretamente o município de Belo Horizonte, porque muitos indígenas acabam se fixando na capital na esperança de encontrar melhores condições de vida.

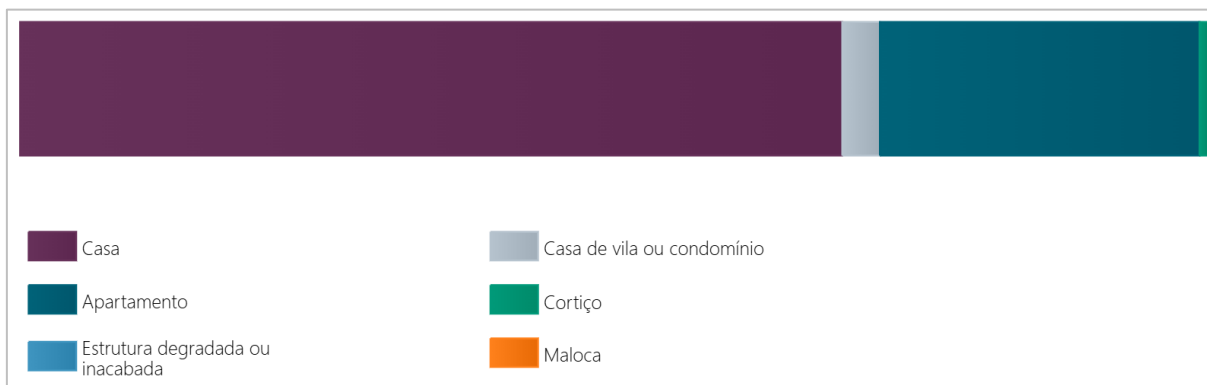
[...] apesar da cidade de Belo Horizonte criar novas oportunidades, também trouxe novas dificuldades para os indígenas. A possibilidade de gerar renda com artesanato para um público maior na cidade foi acompanhada da situação de informalidade e proibições pela fiscalização, prejudicando a constância das vendas. Os apartamentos na periferia da cidade, embora tenham possibilitado armazenar o artesanato e se manter próximo aos locais de venda, trouxeram problemas como as condições inadequadas de moradia e a dificuldade de arcar com o custo dos aluguéis. A possibilidade de gerar renda na cidade foi acompanhada com a inserção em ocupações informais e temporárias. Além disso, os indígenas apontaram outros problemas como

a ausência de serviços de saúde e educação diferenciados, e a discriminação e violência a que foram submetidos na cidade. (Campos, 2024, p.68)

O Censo Demográfico do IBGE de 2022 identificou 2.692 pessoas indígenas em Belo Horizonte, o que representa 0,12% da população municipal. Foram mapeadas 107 etnias diferentes e 36 línguas, sendo que cerca de 2,75% desse grupo não fala português. A Vila Pinho e Santa Amélia são os locais de concentração das pessoas indígenas em Belo Horizonte, de acordo com o Censo nacional.

Os tipos de domicílios em que moram indígenas (Gráfico 47) são predominantemente casas: 69,19% (1.336 pessoas). Vivem em apartamentos 26,88% ou 519 pessoas indígenas. O Censo aponta ainda que 3,16% ou 61 pessoas residem em casas de vila, 0,78% ou 15 pessoas em cortiços e cerca de 0,47% não têm acesso ao banheiro em seus domicílios.

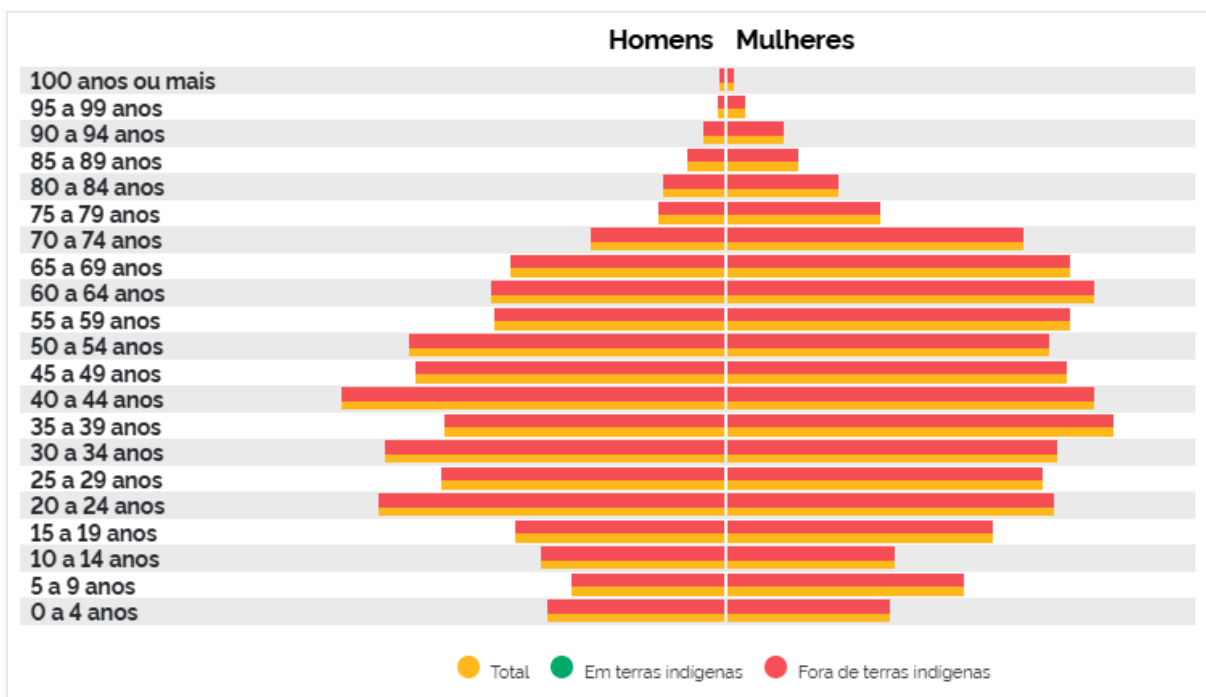
Gráfico 47: Tipos de domicílio com moradores indígenas (Panorama do Censo Demográfico do IBGE/2022)



Fonte: IBGE, 2026.

A idade mediana de indígenas que vivem em Belo Horizonte é de 41 anos, com uma razão de sexo em 79,95 homens para cada 100 mulheres. O índice de envelhecimento ficou em 203,09 pessoas com mais de 60 anos para cada 100 pessoas com até 14 anos. Conforme é possível verificar na pirâmide etária da população indígena de Belo Horizonte (Gráfico 48) há predominância de mulheres, com uma alta incidência de idosos, crianças e adolescentes:

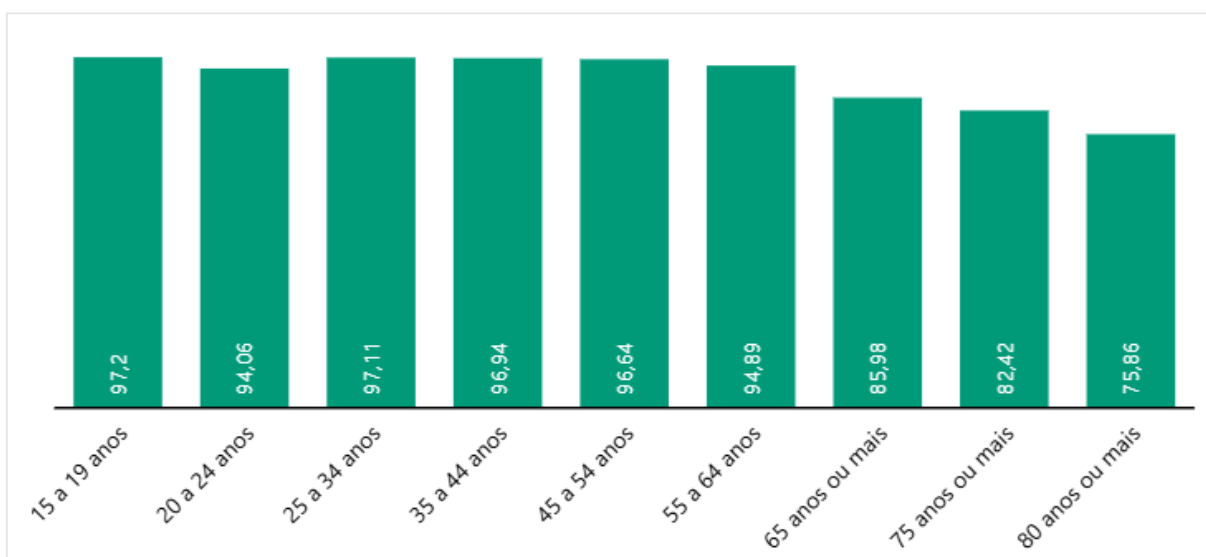
Gráfico 48: Pirâmide etária da população indígena (Panorama do Censo Demográfico do IBGE/2022)



Fonte: IBGE, 2026.

O Censo apontou também um alto índice de indígenas não alfabetizados: 5,83% (138 pessoas). O percentual, como observa-se no Gráfico 49, é mais alto entre pessoas idosas.

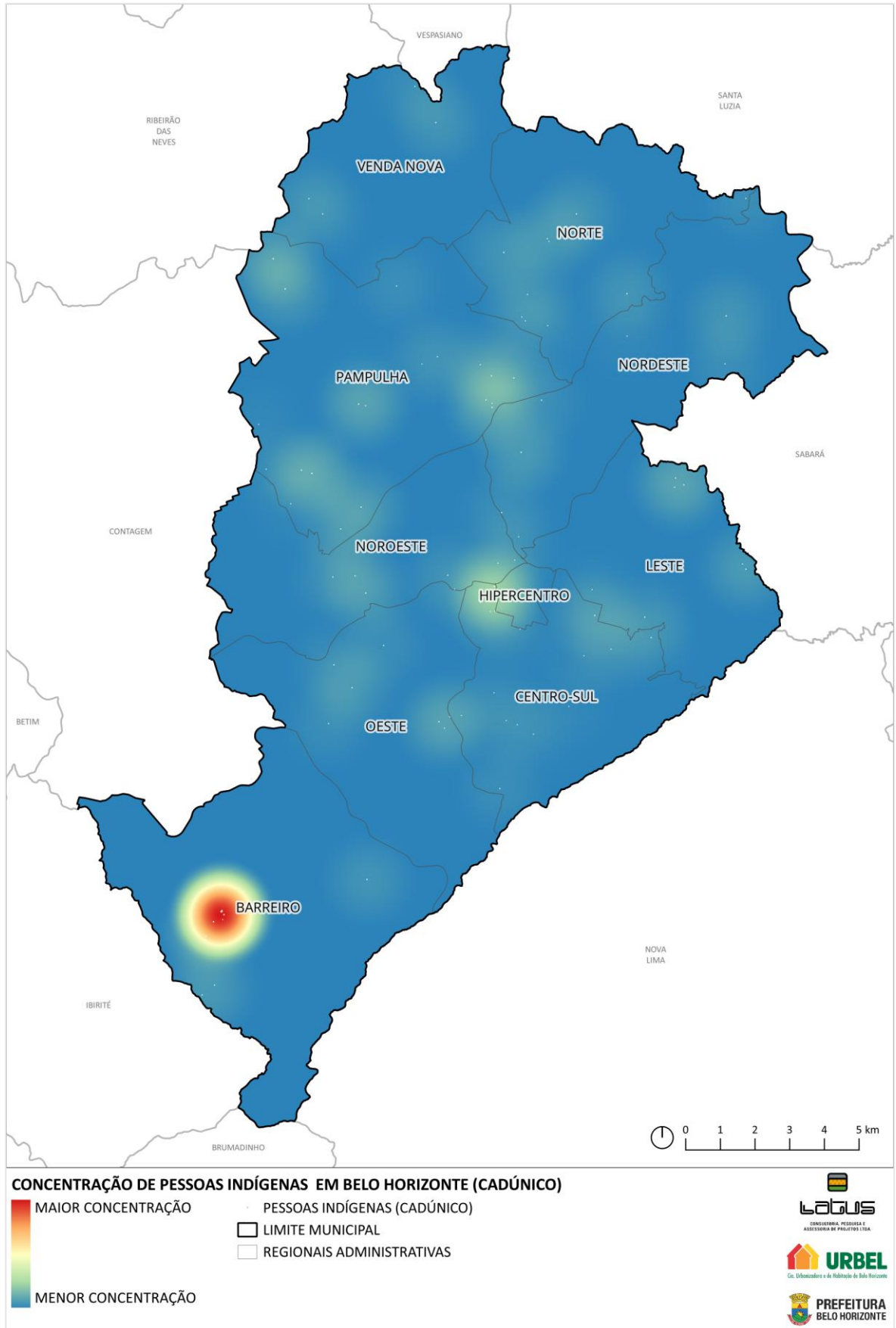
Gráfico 49: Alfabetização de indígenas por grupo de idade (Panorama do Censo Demográfico do IBGE/2022)



Fonte: IBGE, 2026.

No CadÚnico de Belo Horizonte estão cadastradas 287 pessoas indígenas. Enquanto o Censo identificou concentração de pessoas indígenas nas regionais Pampulha (Santa Amélia) e Barreiro (Vila Pinho), no CadÚnico, como demonstra a Figura 7 a seguir, estas pessoas se concentram, principalmente, na regional Barreiro.

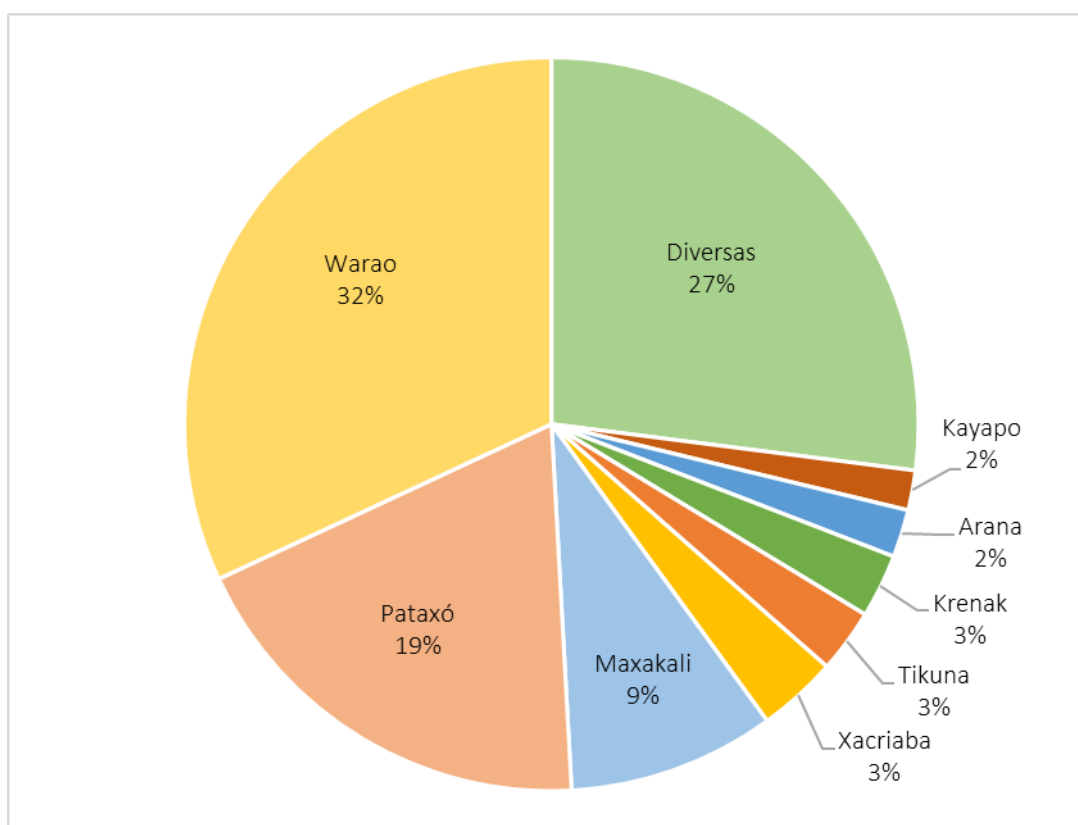
Figura 7: População indígena (CadÚnico/setembro de 2025)



Fonte: Latus Consultoria, 2026, a partir de dados da Diretoria de Vigilância Socioassistencial da SMASDH, 2025.

No CadÚnico há pessoas de 47 etnias indígenas diferentes (Gráfico 50). O maior percentual é de indígenas da etnia Warao (povo da Canoa): 32% (91 pessoas). O povo Warao é uma etnia originária da Venezuela e há 7 mil pessoas dessa etnia, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR, que migraram para o Brasil desde 2016 devido a violações de direitos humanos e situação de miséria em seu país de origem. O grupo tem se concentrado no Norte do país, Mato Grosso e Minas Gerais (Lyon, 2024). A segunda maior etnia no CadÚnico são os Pataxó, originários do extremo sul da Bahia. Atualmente, se concentram em territórios da Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais e representam, no CadÚnico de Belo Horizonte, 19% ou 54 pessoas. Em terceiro, a maior incidência é de pessoas do povo Maxakali (9% ou 26 pessoas), originários de Minas Gerais e que habitam predominantemente o nordeste do estado.

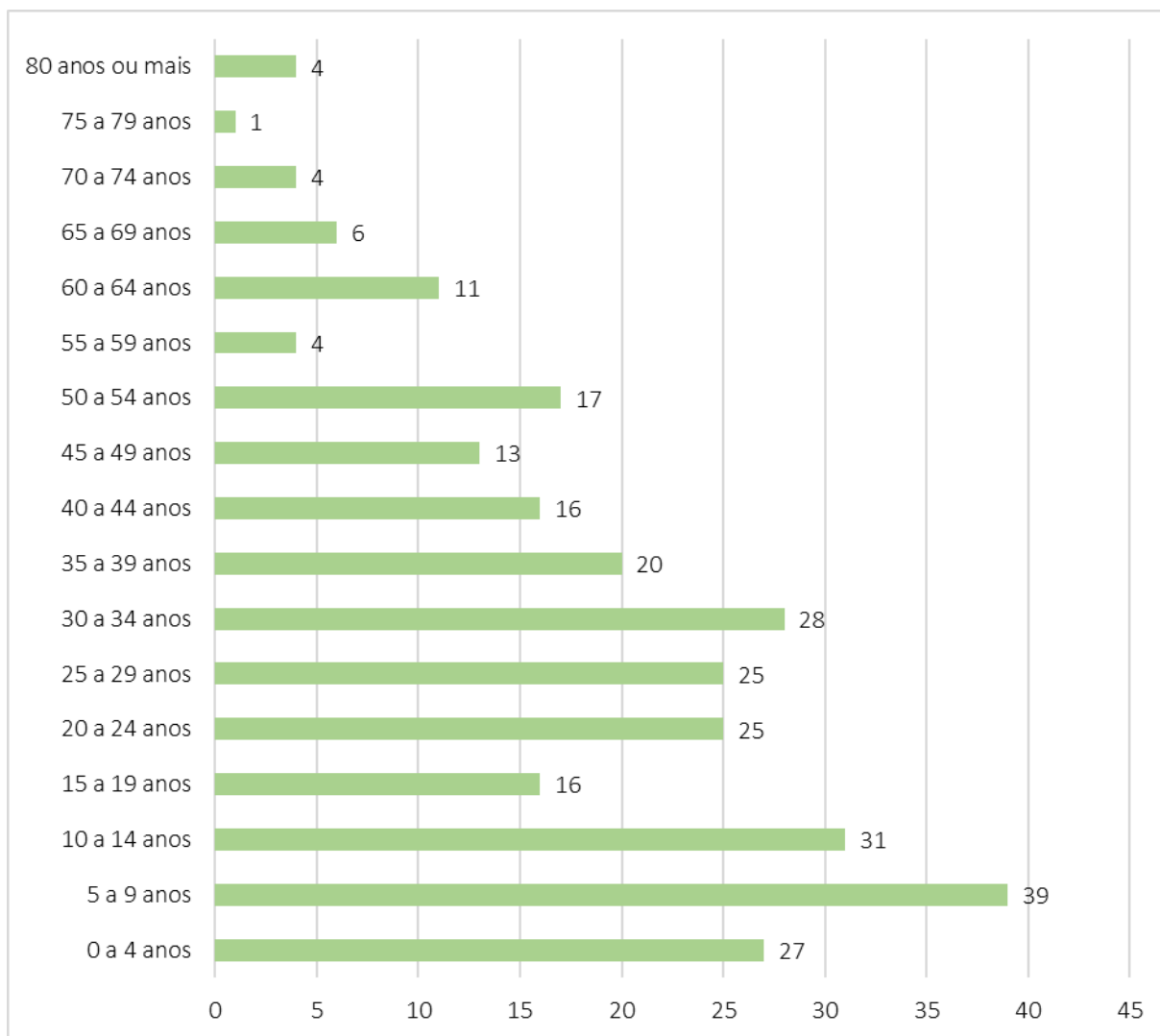
Gráfico 50: Etnias indígenas (CadÚnico/setembro de 2025 - % de pessoas)



Fonte: Latus Consultoria, 2026, a partir de dados da Diretoria de Vigilância Socioassistencial da SMASDH, 2025.

A distribuição por sexo é proporcional: 52% ou 150 das pessoas indígenas no CadÚnico são do sexo feminino e 48% ou 137 indígenas são do sexo masculino. E, ao contrário do Censo que apresentou um alto percentual de envelhecimento, o perfil das famílias indígenas no CadÚnico é de uma alta incidência de crianças e adolescentes (fenômeno que pode ser explicado devido ao foco do PBF estar nessa faixa etária): cerca de 39% são crianças e adolescentes, entre 0 e 19 anos, e apenas em torno de 9% são pessoas idosas. O Gráfico 51 apresenta a distribuição por faixa de idade.

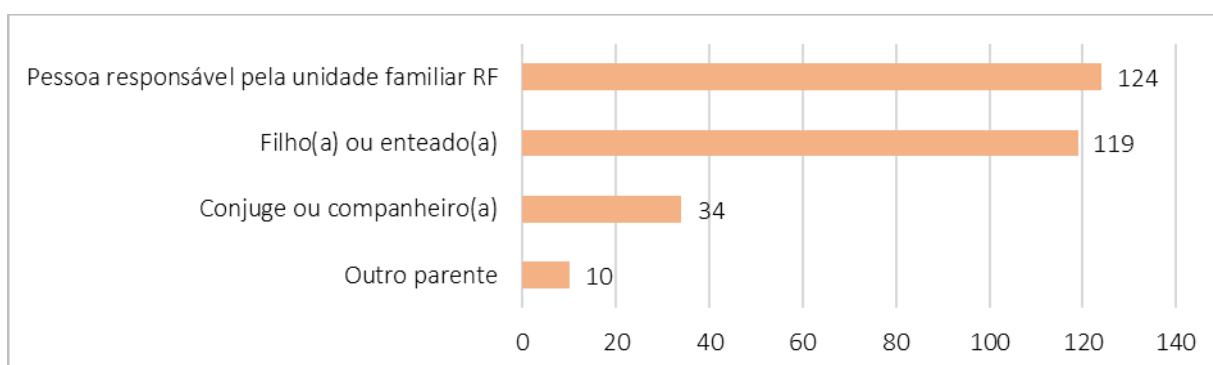
Gráfico 51: Grupos de idade de pessoas indígenas (CadÚnico/setembro de 2025 - nº de pessoas)



Fonte: Latus Consultoria, 2026, a partir de dados da Diretoria de Vigilância Socioassistencial da SMASDH, 2025.

Cerca de 9% das pessoas desse grupo possuem algum tipo de deficiência, o que representa 27 pessoas. Com relação a composição familiar no qual estão inseridas as pessoas indígenas, aproximadamente 43% (124 pessoas) são os responsáveis pela unidade familiar, 41% (119 pessoas) são filhos ou enteados, 12% (34 pessoas) são cônjuges ou companheiros do responsável familiar.

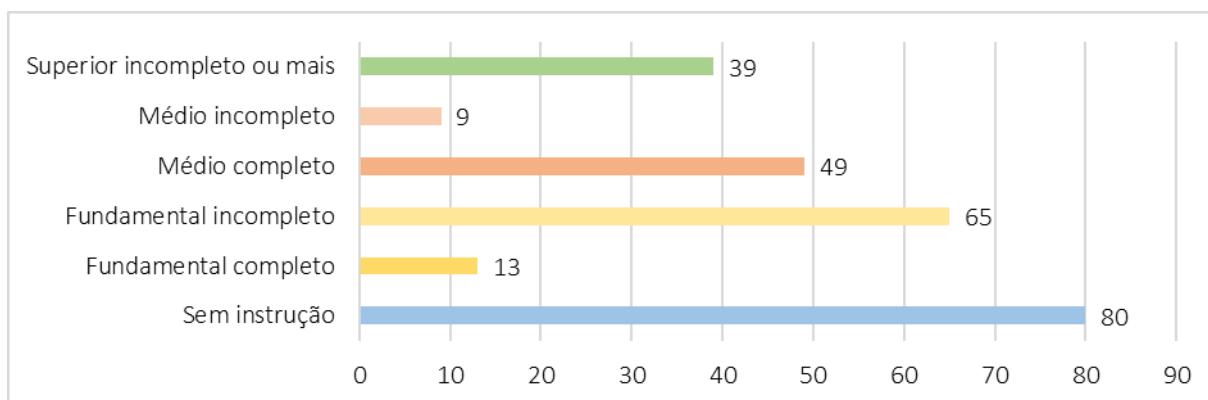
Gráfico 52: Parentesco em relação ao responsável familiar (CadÚnico/setembro de 2025 - nº de pessoas)



Fonte: Latus Consultoria, 2026, a partir de dados da Diretoria de Vigilância Socioassistencial da SMASDH, 2025.

Um alto percentual de indígenas cadastrados no CadÚnico de Belo Horizonte (de um total de 287 pessoas indígenas) declarou não ter instrução ou escolaridade: 31% (80 pessoas). Cerca de 26% ou 65 pessoas não completaram o ensino fundamental e 5% (13 pessoas) possuem ensino fundamental completo; 4% (9 pessoas) chegaram a cursar o ensino médio, mas não completaram, e 19% (49 pessoas) tem ensino médio completo. E, se por um lado há um percentual significativo de pessoas sem instrução, há também uma proporção considerável de pessoas que chegaram ao ensino superior: 15% (39 pessoas). Os dados estão ilustrados no Gráfico 53.

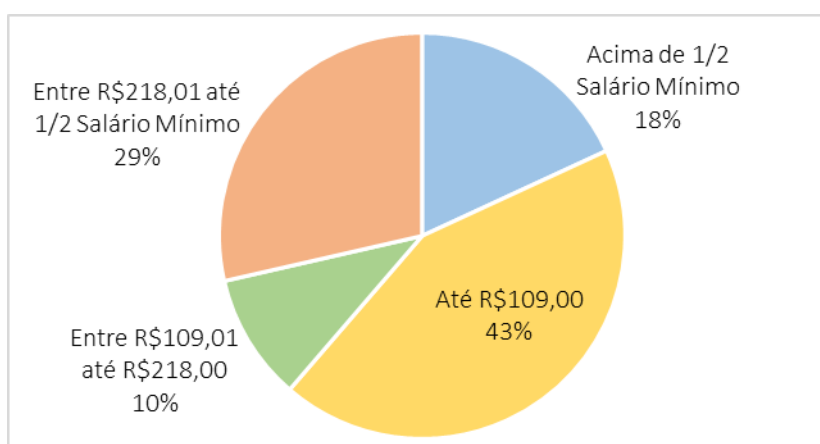
Gráfico 53: Escolaridade dos indígenas (CadÚnico/setembro de 2025 - nº de pessoas)²¹



Fonte: Latus Consultoria, 2026, a partir de dados da Diretoria de Vigilância Socioassistencial da SMASDH, 2025.

Com relação a renda familiar geral (Gráfico 54), os dados do CadÚnico apontam que tinham renda familiar *per capita* acima de ½ salário mínimo apenas 52 pessoas ou 18% do grupo indígena. Sem renda ou com renda até R\$109 *per capita* são 124 pessoas (43%), entre R\$109,01 e R\$218 são 29 pessoas (10%), e com renda *per capita* entre R\$218,01 e ½ salário mínimo são 82 pessoas (29%). Quase três terços dessas pessoas (72% ou 206 pessoas) compõem famílias que são beneficiárias do PBF.

Gráfico 54: Renda familiar *per capita* dos indígenas (CadÚnico/setembro de 2025 - % de pessoas)

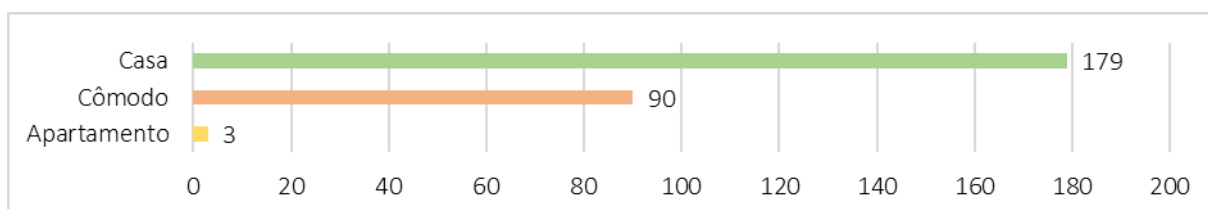


Fonte: Latus Consultoria, 2026, a partir de dados da Diretoria de Vigilância Socioassistencial da SMASDH, 2025.

²¹ Para a análise não foram contabilizadas 32 pessoas, porque nestas não constam a informação desse dado.

Cerca de 39%, 111 indígenas, não têm acesso à água canalizada em seu domicílio e 38% (108 pessoas) não têm banheiro em suas moradias. Aproximadamente 66%, ou seja, 179 pessoas, vivem em moradias do tipo “casa”. Apenas 3 indígenas (1%) moram em apartamentos e 90 indígenas (33%) residem em cômodos improvisados para moradia. Do total de pessoas indígenas no CadÚnico, vivem em domicílios alugados cerca de 31% (91 pessoas). Os dados constam no Gráfico 55.

Gráfico 55: Espécie de domicílio dos indígenas (CadÚnico/setembro de 2025 - nº de pessoas)²²



Fonte: Latus Consultoria, 2026, a partir de dados da Diretoria de Vigilância Socioassistencial da SMASDH, 2025.

A presença de uma grande diversidade de etnias indígenas em Belo Horizonte demonstra tanto a atratividade que o Município exerce quanto os desafios de superação de exclusão e vulnerabilidade social, que se manifestam tanto nas condições de vida urbana quanto nos fluxos migratórios recentes. São diversas as línguas faladas, e alguns sequer falam português, o que dificulta sua inserção na sociedade. Enfatiza-se o baixo nível de escolaridade desta população, as rendas inferiores e a dependência por auxílios, como o PBF. Predomina a população feminina, as crianças e os adolescentes, sendo que a composição familiar, de acordo com os dados, é usualmente composta por responsável e filho ou enteado. O local de moradia predominante é na regional Pampulha, segundo o Censo do IBGE, e na regional Barreiro, conforme o CadÚnico, o que sugere uma maior concentração de indígenas em vulnerabilidade social nesta última região. A tipologia do domicílio mais representativa é do tipo “casa”, mas é significativa a presença do “cômodo”. É relevante a incidência de aluguel, bem como a ausência de água canalizada e de sanitário nos domicílios. Os dados sugerem a moradia em cortiços, de acordo com a definição da Resolução VII do CMH.

Os dados demonstram que, embora representem um pequeno percentual da população municipal, as pessoas indígenas enfrentam elevada precariedade habitacional, acesso desigual a serviços públicos e discriminação no contexto urbano, refletindo dinâmicas de marginalização históricas das populações originárias. Além disso, a chegada de povos indígenas migrantes, como os Warao da Venezuela, complexifica esse contexto uma vez que esses grupos frequentemente chegam em situação de refúgio, com barreiras linguísticas, falta de documentação e dificuldades de acesso à renda, moradia e proteção social, o que acentua seu risco de exclusão e reforça a necessidade de políticas públicas culturais e territorialmente sensíveis que respondam a essas especificidades.

²² Para a análise não foram contabilizadas 15 pessoas, porque nestas não constam a informação desse dado.

1.7 MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

A violência contra a mulher, por envolver dimensões multifatoriais relacionadas a tipificação da violência e a relação vítima/agressor, ainda é subnotificada e grande parte dos casos acabam sem os devidos encaminhamentos. No entanto, dados internacionais demonstram que a violência de gênero tem crescido no mundo todo.

O Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil, elaborado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - FLACSO Brasil, apontou que o Brasil ocupava a 5ª posição internacional de taxas de homicídios de mulheres (taxa de 4,8), atrás apenas de países como El Salvador (1ª posição), Colômbia (2ª posição), Guatemala (3ª posição) e Federação Russa (4ª posição). Ainda sobre esse estudo, a taxa de vítimas negras cresceu de 22,9% em 2003 para 66,7% em 2013. E, 50,3% dos homicídios foram cometidos por familiares das vítimas e 33,2% era parceiros ou ex-parceiros. (FLACSO Brasil, 2015)

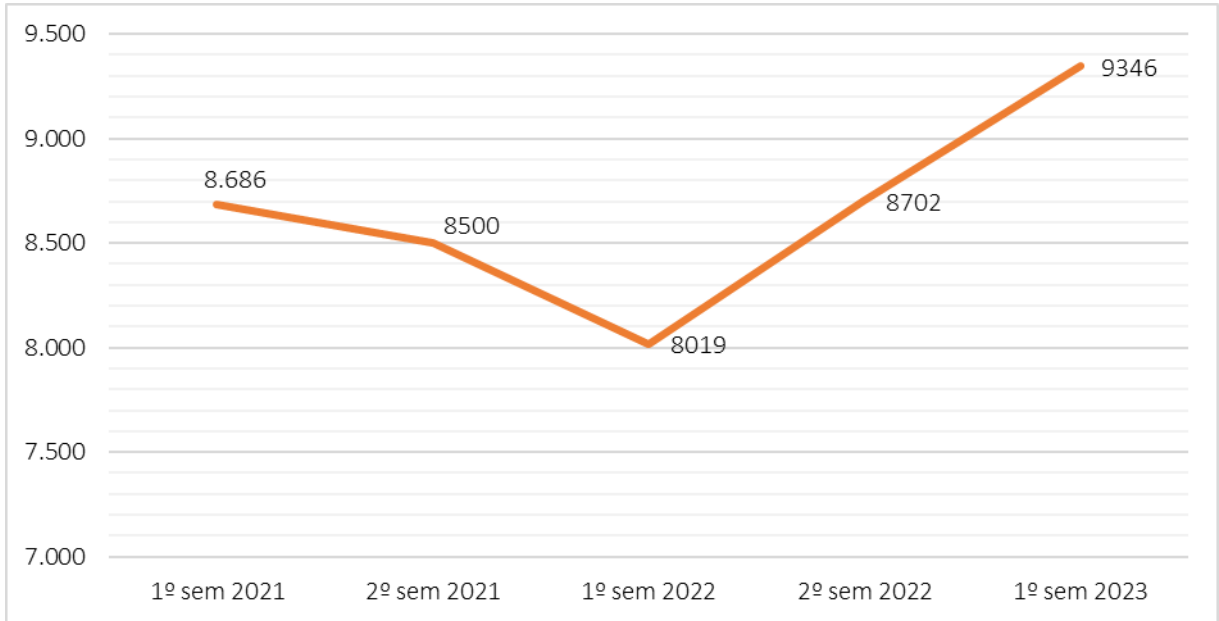
No contexto urbano, esses elementos se articulam de forma direta com a questão da moradia, especialmente quando a violência ocorre no espaço doméstico e envolve mulheres responsáveis por filhos. De acordo com dados divulgados pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais (Minas Gerais, 2023), a violência contra a mulher em 2023 manteve níveis elevados em todo o estado, com registros significativos de diferentes tipologias de violência, incluindo violência física, psicológica, moral e patrimonial.

Em Minas Gerais, foram contabilizadas 56.609 ligações em 2023 para o Ligue 180 - Central de Atendimento à Mulher, e 64.484 ligações em 2024, o que aponta um aumento de 13,9% no número de atendimentos. No mesmo período, o número de denúncias registradas passou de 11.656 para 12.815, correspondendo a um crescimento de 9,9%.

Em relação ao perfil das denúncias registradas em 2024, 8.094 denúncias foram realizadas pela própria vítima e 4.714 partiram de terceiros. Os dados também evidenciam que o local de ocorrência da violência é majoritariamente a residência da vítima ou a residência compartilhada com o agressor.

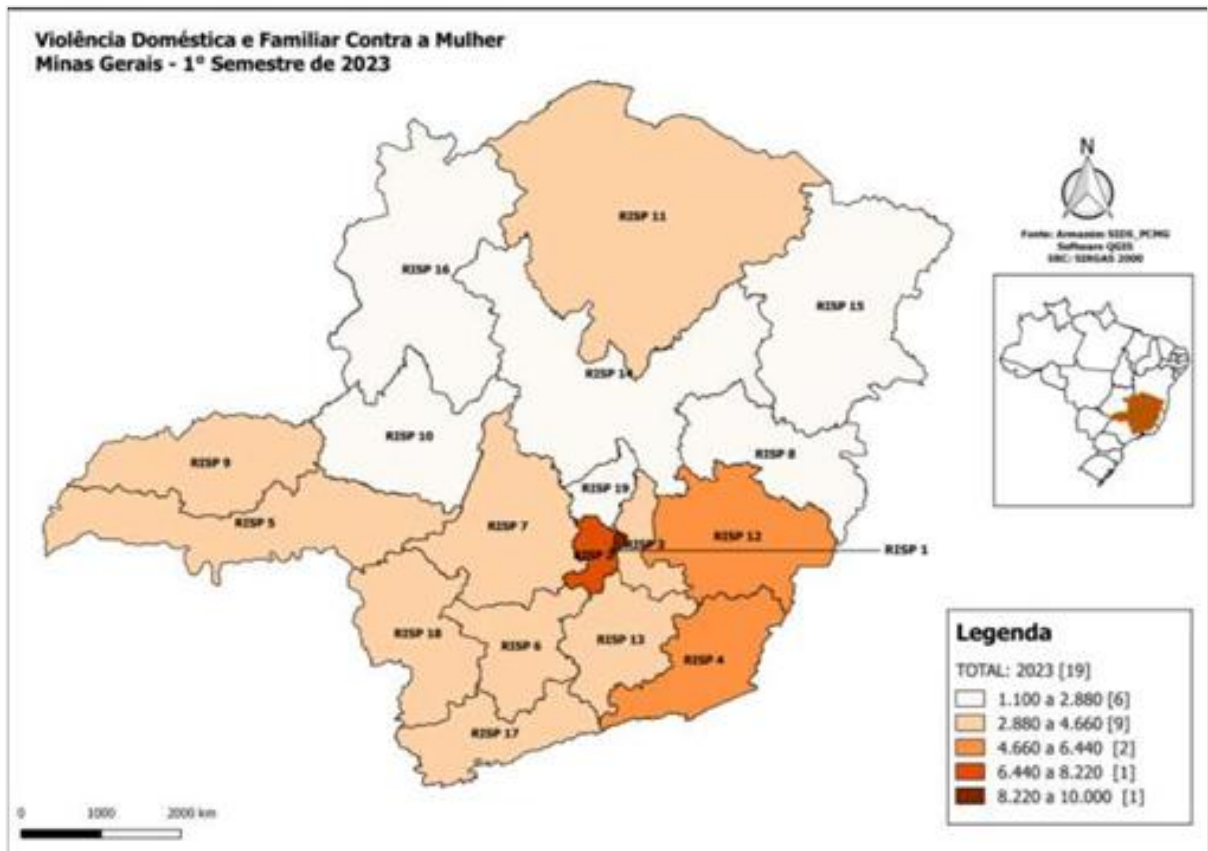
Segundo o Observatório de Segurança Pública da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais - SEJUSP, 9.346 mulheres foram vítimas de violência doméstica e familiar no primeiro semestre de 2023 em Belo Horizonte, especificamente na Região Integrada de Segurança Pública - RISP 01, um aumento percentual de 7,6% com relação ao período do primeiro de semestre de 2021 para 2023 (Gráfico 56).

Gráfico 56: Mulheres vítimas de violência doméstica e familiar na RISP Belo Horizonte (Diagnóstico da violência doméstica e familiar contra a mulher nas RISPs/1º semestre de 2023 - nº de mulheres)



Fonte: Latus Consultoria, 2026, a partir de dados de Minas Gerais, 2023.

Figura 8: Mapa quantitativo de vítimas de violência doméstica e familiar contra a mulher nas RISPs de Minas Gerais (Diagnóstico da violência doméstica e familiar contra a mulher nas RISPs/1º semestre de 2023 - nº de mulheres)



Fonte: Minas Gerais, 2023.

Belo Horizonte, conforme o diagnóstico da SEJUSP, tem o maior número de vítimas de violência. Dentre os tipos de violência com maior incidência no Município estão a violência física e psicológica. Na Tabela 7 é possível observar o quantitativo de vítimas de violência doméstica e familiar contra a mulher entre o 1º semestre de 2021 e 1º semestre de 2023.

Tabela 7: Tipo de violências por semestre (Diagnóstico da violência doméstica e familiar contra a mulher nas RISPs/1º semestre de 2023 - nº de mulheres)

REGIÃO INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA		2021		2022		2023
		1º Semestre	2º Semestre	1º Semestre	2º Semestre	1º Semestre
RISP 01 - Belo Horizonte	Violência Física	3.131	3.184	2.973	3.261	3.384
	Violência Psicológica	2.950	2.814	2.729	2.932	3.301
	Violência Patrimonial	329	326	312	341	318
	Violência Moral	255	245	254	289	340
	Violência Sexual	149	154	130	154	142
	Outras Violências	1.872	1.777	1.621	1.725	1.861
	Total	8.686	8.500	8.019	8.702	9.346

Fonte: Minas Gerais, 2023.

O referido diagnóstico não detalha por RISP o perfil das vítimas e agressores. Porém, traz o perfil geral dos casos em Minas Gerais: 33,4% das vítimas têm entre 35 e 64 anos, e 38,9% é da cor ou raça parda. Entre o período de janeiro de 2022 a dezembro de 2023 foram registrados 28 feminicídios em Belo Horizonte (SEJUSP, 2024).

Acerca dos dados aqui apresentados e sua relação com políticas habitacionais o que é fundamental salientar é que a violência contra a mulher está intimamente inter-relacionada com o espaço de moradia. Pesquisas internacionais mostram que diversas mulheres não conseguem romper o ciclo de violência doméstica devido à falta de alternativas de moradia, principalmente, quando estas têm filhos. Ou seja, a dependência habitacional em relação ao agressor (seja pela ausência de renda própria, pela informalidade do trabalho ou pela inexistência de alternativas habitacionais) atua como um fator de permanência em ciclos contínuos de violência.

Deste modo, políticas habitacionais direcionadas a esse público são estratégicas no enfrentamento estrutural da violência de gênero. A garantia de acesso à moradia digna, segura e localizada em territórios com oferta de serviços públicos, equipamentos de proteção social e redes de apoio é condição fundamental para que mulheres vítimas de violência possam romper com a situação de risco e reconstruir seus projetos de vida.

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os indicadores apresentados neste produto evidenciam a presença de marcadores transversais que se encontram nos diferentes grupos e situações de vulnerabilidade e risco social analisados. Esses marcadores remontam ao processo histórico de formação das cidades brasileiras e sublinham a necessidade da intersectorialidade na implementação das políticas públicas.

Exceto entre a população indígena, observa-se que em todas as situações de vulnerabilidade e risco social aqui elencadas, a população negra é a maioria, corroborando para a importância de ações afirmativas que enfrentem as desigualdades raciais estruturais relacionadas às condições sociais e urbanas. Destaca-se, também, o percentual elevado de mulheres²³, crianças e idosos entre os grupos mais vulneráveis. Esses aspectos salientam a importância da adoção de critérios interseccionais na elaboração de políticas habitacionais, como forma de enfrentar a desigualdade social.

Os baixos níveis de escolaridade, com percentual significativo de pessoas sem instrução, é outro aspecto apontado nos indicadores de todos os segmentos populacionais pesquisados. Isso reforça a necessidade de políticas habitacionais que prevejam a atuação de equipes sociais capazes de mediar os processos burocráticos e acesso a direitos e deveres da cidade urbana para beneficiários de moradias populares. O acompanhamento social, em políticas de habitação de interesse social, a médio e longo prazo, é fator determinante para a sustentabilidade desses empreendimentos.

A análise também demonstrou que a maior parte das pessoas dos grupos aqui analisados reside, atualmente, em domicílios com tipologia predominantemente horizontal, como casas ou cômodos, com pequeno percentual dos que vivem em apartamentos. A predominância de unidades verticalizadas nos programas habitacionais reflete uma resposta à carência de áreas disponíveis nos grandes centros, como Belo Horizonte, onde a horizontalidade pretendida muitas vezes esbarra na falta de solo urbano e no alto custo da terra. Embora a mudança de hábito - de residir em casas para apartamentos - gere resistências pontuais, o modelo vertical não é tecnicamente inadequado, pois, além da ausência e dos custos elevados de terrenos em Belo Horizonte, as tipologias habitacionais horizontais atendem a um menor número de famílias, não refletindo significativamente no déficit habitacional.

O desafio para a efetividade da política habitacional reside em planejar essa transição de modo que as novas configurações de moradia sejam sustentáveis e respeitem a dinâmica social dos

²³ Há alguns motivos que podem explicar a predominância de mulheres no CadÚnico, que se soma a vulnerabilidade inerente deste gênero: a priorização de mulheres no CadÚnico; a maior busca do CadÚnico pelo público feminino que, muitas vezes, possuem vínculos flutuantes com companheiros; e um certo costume de omissão dos companheiros para reduzir a renda *per capita* e manter benefícios, o que faz parte de uma estratégia de sobrevivência destas famílias.

moradores. Além disso, é preciso compreender que a predominância do modelo verticalizado, deve-se tanto à margem de decisão dos municípios quanto à ausência de terrenos adequados em Belo Horizonte. Esses dois aspectos - o institucional e o territorial - devem ser pensados de forma integrada, pois ambos condicionam a viabilidade de projetos horizontais na cidade.

Por isso, torna-se fundamental a adoção de estratégias complementares que minimizem os impactos dessa transição habitacional, como o fortalecimento e a ampliação (de tempo e financiamento de execução) do acompanhamento por equipes sociais junto às famílias beneficiárias, para favorecer um processo adequado de adaptação à nova moradia e às dinâmicas associadas à vida em unidades verticalizadas.

Uma consideração fundamental, subsidiada pelos indicadores aqui apresentados, é que o direito à moradia não se esgota na provisão física de uma unidade habitacional. É estratégico o aporte adequado e permanente de equipes sociais que atuem diretamente nos projetos de habitação de interesse social. O acompanhamento social é elo que dará a efetividade e eficácia aos projetos, acompanhando e orientando os beneficiários para as novas condições de moradia e sociabilidade urbana.

No Quadro 1 é apresentada uma síntese geral dos dados abordados neste produto por grupo populacional.

Quadro 1: Quadro síntese

Grupo populacional	Principais características	Considerações para elaboração de políticas habitacionais
<p>Pessoas em domicílios sem banheiro</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Interrelação com outros elementos de precariedade habitacional, como, ausência de água canalizada e tipologia do tipo cômodos; ▪ Predominância de tipologia casa ou cômodos; ▪ Presença relevante do aluguel; ▪ Localização predominante: regional Hipercentro; ▪ Combinação das características dos domicílios sugerem a presença de cortiços na região central do Município; ▪ Cor/Raça: maioria de pessoas negras; ▪ Faixa etária: maioria de crianças, adolescentes e idosos; ▪ Número considerável de pessoas com deficiência; ▪ Baixos níveis de escolaridade. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reconhecer e incorporar, no que tange as políticas habitacionais locais, o indicador “ausência de banheiro no domicílio e/ou de banheiro de uso exclusivo da unidade familiar” como marcador de risco sanitário, social e habitacional, adotando-o como critério de prioridade na seleção de políticas habitacionais; ▪ Reconhecer e incorporar, no que tange as políticas habitacionais locais, o marcador de “cor/raça” como critério de prioridade na seleção de políticas habitacionais; ▪ Integrar políticas intersetoriais e executar acompanhamento socioambiental no processo de acesso à moradia; ▪ Manter a busca, dentro do possível, realocações habitacionais que respeitem a territorialização das famílias (nesse caso, localizadas predominantemente na regional Hipercentro).
<p>Pessoas idosas</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ População em acelerado crescimento; ▪ Localização predominante: regionais Leste, Oeste e Norte; ▪ Baixa presença na região central; ▪ Feminização do envelhecimento; ▪ Cor/Raça: maioria de pessoas negras; ▪ Número considerável de pessoas com deficiência; ▪ Dependência de cuidados de terceiros; ▪ Necessidades de moradias adaptadas, preferencialmente, térreas; ▪ Baixo nível de escolaridade; ▪ Responsável pelo domicílio, com papel socioeconômico central na constituição de famílias de baixa renda. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O índice atual previsto de reserva de unidades para população idosa não atende ao cenário local, nesse sentido, considerar o processo de envelhecimento como uma diretriz do planejamento habitacional; ▪ Unidades verticalizadas sem elevador restringem o atendimento desse grupo; ▪ Integrar políticas intersetoriais; ▪ Buscar, dentro do possível, realocações habitacionais que respeitem a territorialização das famílias; ▪ Integrar políticas intersetoriais; ▪ Reconhecer e incorporar, no que tange as políticas habitacionais locais, o marcador de “cor/raça” como critério de prioridade na seleção de políticas habitacionais; ▪ Previsão de modelos habitacionais intermediários (unidades assistidas, moradia com apoio, adaptação do domicílio existente).

Grupo populacional	Principais características	Considerações para elaboração de políticas habitacionais
Pessoas com deficiência	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Predominância de tipologia casa; ▪ Localização predominante: regionais Oeste e Norte; ▪ Forte relação com o processo de envelhecimento; ▪ Cor/Raça: maioria de pessoas negras; ▪ Baixo nível de escolaridade; ▪ Renda dependente de benefícios, na sua maioria; ▪ Maior deficiência: física (enxergar e andar) e mental; ▪ Dependência de cuidados de terceiros; ▪ Necessidade de moradias adaptadas e acessíveis. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Unidades verticalizadas sem elevador diminuem a possibilidade de beneficiar esse segmento; ▪ Integrar políticas intersetoriais; ▪ Reconhecer e incorporar, no que tange as políticas habitacionais locais, o marcador de “cor/raça” como critério de prioridade na seleção de políticas habitacionais; ▪ Previsão de modelos habitacionais intermediários (unidades assistidas, moradia com apoio, adaptação do domicílio existente).
População em situação de rua	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Tendência de crescimento do número; ▪ Localização predominante: regional Hipercentro; ▪ Predominância do gênero masculino, mas aumento mais acentuado no gênero feminino; ▪ Maior vulnerabilidade à violência entre as mulheres e pessoas não cisgênero; ▪ A maior parte dorme na rua; ▪ Faixa etária: adulta (30 a 50 anos), mas presença de idosos, crianças e adolescente; ▪ Número considerável de pessoas com deficiência; ▪ Cor/Raça: maioria de pessoas negras; ▪ Baixa escolaridade; ▪ Renda informal: coleta de material reciclável, construção civil, entre outros; ▪ Renda feminina significativamente inferior à masculina: trabalhos mais domésticos; ▪ Predomina a situação de rua mais recente, mas também há muitas pessoas que estão há anos; ▪ A maioria reside sozinha, não possui contato familiar e possui filhos; ▪ Histórico de ruptura de vínculos familiares e comunitários; ▪ Emprego e moradia são as soluções mais apontadas para sair da situação; ▪ Predominam as pessoas que já viveram em instituições, especialmente as mulheres; ▪ Dificuldades com documentos e trâmites burocráticos; ▪ Uma pequena parcela já consta inscrita em programas municipais, como o Bolsa Moradia. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Moradia como eixo estruturante para esse grupo populacional; ▪ Adotar estratégias intersetoriais que garantam estabilidade habitacional, como geração de renda e construção de vínculos sociofamiliares; ▪ Adotar soluções habitacionais transitórias ou progressivas (como: aluguel social ou repúblicas autogerenciadas); ▪ Necessidade de acompanhamento contínuo de políticas intersetoriais de saúde e assistência social; ▪ Necessidade de acompanhamento para adaptação à vida domiciliar e aos encargos urbanos; ▪ Reconhecer e incorporar, no que tange as políticas habitacionais locais, o marcador de “cor/raça” como critério de prioridade na seleção de políticas habitacionais.

Grupo populacional	Principais características	Considerações para elaboração de políticas habitacionais
População imigrante	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Origem diversa, com destaque para Venezuela (com inserção de nova etnia indígena no Brasil: Warao) e países do continente africano; ▪ Localização predominante: regional Norte, seguida pelo Hipercentro e Barreiro; ▪ Perfil etário jovem; ▪ Núcleo familiar usual: responsável com filho ou enteado; ▪ Cor/Raça: maioria de pessoas indígenas; ▪ Renda baixa, com dependência de auxílios como o PBF; ▪ Residência em casas alugadas, com alta incidência de precariedade habitacional. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atuação de equipes sociais com capacidade de mediação linguística e documental; ▪ Flexibilização de exigências burocráticas; ▪ Adotar estratégias intersetoriais para adaptação sociocultural e construção de vínculos sociofamiliares e territoriais; ▪ Reconhecer e incorporar, no que tange as políticas habitacionais locais, o marcador de “cor/raça” como critério de prioridade na seleção de políticas habitacionais; ▪ Orientação sobre contratos, taxas e direitos urbanos.
População indígena	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número absoluto de indivíduos socialmente relevante; ▪ Migração recente de outros territórios, com destaque, do país Venezuela (etnia Warao); ▪ Relatos de discriminação; ▪ Localização predominante: regional Pampulha e Barreiro, em maior vulnerabilidade social; ▪ Diversidade de etnias e línguas, alguns não falam português; ▪ Baixo nível de escolaridade e vários analfabetos; ▪ Maior presença de mulheres, crianças e adolescentes; ▪ Núcleo familiar usual: responsável com filho ou enteado; ▪ Baixa renda e dependência de benefícios, como o PBF; ▪ Tipologia da moradia mais do tipo “casa”, mas presença relevante do “cômodo”; ▪ Número considerável de aluguel e domicílio sem água canalizada e sanitário; ▪ Dados sugerem a moradia em cortiços; ▪ Indicadores de miséria e precariedade habitacional. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolvimento de soluções habitacionais culturalmente adequadas; ▪ Abordagem diferenciada; ▪ Acompanhamento social especializado; ▪ Respeito às formas de organização social e territorial; ▪ Reconhecer e incorporar, no que tange as políticas habitacionais locais, o marcador de “cor/raça” como critério de prioridade na seleção de políticas habitacionais;
Mulheres vítimas de violência	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento dos registros de violência, apesar da subnotificação; ▪ Principal agressor é familiar; ▪ Dependências financeira e habitacional do agressor; ▪ Crianças e adolescentes, filhos das vítimas, acabam também submetidos à violência doméstica; ▪ Cor/Raça: maioria de pessoas negras; ▪ Faixa etária: 35 a 65 anos. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acesso à moradia como fator determinante de proteção e segurança; ▪ Necessidade de acompanhamento social psicossocial; ▪ Necessidade de articulação com a rede de proteção e enfrentamento à violência.

Fonte: Latus Consultoria, 2026.

Por fim, cabe apresentar, como consideração final desse documento, uma breve análise integrada entre os principais indicadores aqui discutidos e os resultados sistematizados no Produto 4 - Atores sociais (Latus, 2025a). Há diversos aspectos que convergem e, dessa forma, trazem apontamentos estratégicos para a composição do PLHIS de Belo Horizonte. Assim como evidenciado pelos indicadores desse produto, que confirmam que a população feminina e negra compõe a maioria absoluta dos grupos vulnerabilizados, nas entrevistas e grupos focais realizados, os participantes ressaltaram, de forma recorrente, a importância da incorporação de critérios como gênero (especialmente, em situações que envolvem “mães solo” e mulheres vítimas de violência), bem como o recorte de cor ou raça, na definição das diretrizes e prioridades da política habitacional local.

Com relação as mulheres, os dados confirmam sua representatividade entre os grupos vulnerabilizados e evidenciam que, nos casos de violência doméstica e familiar, a dependência habitacional é um fator de perpetuação do ciclo de violência, apesar de sua situação, nestes casos, ser mais complexa e depender de outras ações integradas, como aquelas protetivas de afastamento do agressor do lar que competem à rede de segurança e justiça. Assim, os atores sociais apontaram como exemplo positivo e que deveria ser ampliado, o programa Morada Segura, destacando a importância da articulação com a rede de proteção e enfrentamento à violência contra a mulher.

Já para a população em situação de rua, tanto nos indicadores aqui apresentados quanto a percepção dos atores sociais convergem em dois aspectos inter-relacionados: (i) a política habitacional é um eixo central para essa população, ao mesmo tempo, que (ii) essa política deve ser adaptada a esse público, não estando necessariamente vinculado à posse definitiva de um imóvel.

Outro aspecto destacado de forma convergente entre os produtos refere-se ao risco sanitário e às situações de extrema precariedade habitacional, agravadas pela presença de unidades com condições inadequadas sendo ofertadas no mercado de aluguel. Esse cenário aponta para a necessidade de ações habitacionais que não se restrinjam ao provimento de novas unidades, mas que incorporem outras modalidades de política habitacional, como reformas e melhorias habitacionais, com fortalecimento da Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social - ATHIS, bem como mecanismos de regulação e controle da oferta de aluguel no Município.

A população indígena, embora dispersa no município de Belo Horizonte, exige políticas específicas capazes de incorporar o respeito à diversidade cultural e aos modos de morar coletivo no beneficiamento habitacional. Essa necessidade é apontada tanto aqui quanto na percepção dos atores sociais ouvidos, que citam outros grupos tradicionais, como quilombolas e ciganos.

Dois eixos surgem como transversais a todos grupos sociais vulnerabilizados nas considerações dos Produtos 4 e 5C: (i) a necessidade de construção de alternativas legais, técnicas e financeiras ao modelo habitacional predominantemente verticalizado, frequentemente associado a deslocamentos

territoriais; e (ii) o papel estruturante do acompanhamento técnico social para a sustentabilidade das políticas habitacionais voltadas a essa parcela da população.

Reconhece-se o desafio dos municípios de implementar políticas habitacionais com tipologias que possam ser adaptadas a contextos específicos, principalmente, no cenário de financiamento federal. Todavia, sejam os dados apresentados aqui, as percepções dos atores sociais ou de estudos científicos realizados, sugerem que a verticalização das unidades habitacionais voltadas à população em situação de vulnerabilidade social tem se desdobrado em agravamento de alguns aspectos de risco social e estimulado à (re)precarização habitacional. Por isso, respeitados os limites municipais de gerência legal e de financiamento, é preciso buscar soluções habitacionais complementares que minimizem os impactos da transição habitacional representada pela verticalização e pela padronização das unidades.

Entre as possibilidades de alternativas, destacam-se, inicialmente, essas sugestões a serem analisadas e aprofundadas posteriormente: aumento de recursos para aluguel social; imóvel público destinado à locação social; moradias compartilhadas ou repúblicas (para situações mulheres vítimas de violência com filhos, população em situação de rua, pessoas idosas ou com deficiência que necessitam de cuidados de terceiros); guarda subsidiada²⁴ para idosos e pessoas com deficiência que necessitam de cuidados de terceiros; beneficiamento de mais de uma unidade habitacional, quando avaliada a necessidade e haja viabilidade, para famílias numerosas e compostas por maior diversidade de faixas etárias.

Finalmente, salienta-se, sobretudo, a necessidade e importância de aporte legal e financeiro para implementação e manutenção de equipes técnicas sociais que possam acompanhar essas pessoas durante o pré e pós morar. Embora a superação do déficit habitacional e o acesso a uma unidade habitacional constituam direitos fundamentais, a moradia não se resume à provisão da unidade física. Ela estrutura modos de vida, relações sociais e formas de pertencimento urbano. E, considerando que grande parcela da população beneficiária de políticas habitacionais vivencia situações de vulnerabilidade reproduzidas ao longo de gerações, a ruptura desses ciclos exige processos graduais e contínuos, sustentados por ações intersetoriais e por acompanhamento social.

²⁴ A guarda subsidiada para crianças e adolescentes trata de um auxílio financeiro mensal destinado a membros da família extensa (como avós, tios ou irmãos maiores) que assumem a guarda de um menor em situação de vulnerabilidade. O objetivo central é garantir o direito à convivência familiar e comunitária, evitando que a criança ou o adolescente seja encaminhado para o acolhimento institucional (abrigos) apenas por falta de recursos econômicos da família que possui o vínculo afetivo.

REFERÊNCIAS

BELO HORIZONTE. Resolução n.º LII do Conselho Municipal de Habitação. **Dispõe sobre a estrutura geral da Política Municipal de Habitação para Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Conselho Municipal de Habitação - CMH, 2018.

BELO HORIZONTE. **Editai SMOBI / URBEL CC 99.001/2024: Anexo I - Termo de Referência da Licitação**. Belo Horizonte: Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte - Urbel, 2024.

BELO HORIZONTE. **Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico: dados de setembro de 2025**. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos - SMASDH, 2025.

BRASIL. Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. **Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS**. Brasília: 2005a.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004. Norma Operacional Básica - NOB/SUAS**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005b.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. **Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003**. Brasília: 2010.

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. **Institui a Lei de Migração**. Brasília: 2017.

BRASIL. **Pacto Nacional de Implementação dos Direitos da Pessoa Idosa - PNDPI: Compromisso da Década do Envelhecimento 2020 - 2030**. Brasília: Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, 2021.

CAMPOS, T. B. **Retomadas indígenas na metrópole de Belo Horizonte** [manuscrito]: entre vulnerabilidades, alianças e práticas para r-existir / Thiago Barbosa de Campos. 2024.

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (FLACSO Brasil). **Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil**. Flacso Brasil, 9 nov. 2015. Disponível em: <https://flacso.org.br/2015/11/09/mapa-da-violencia-2015-homicidio-de-mulheres-no-brasil/>. Acesso em: 16 jan. 2026.

GARCIA, F. D. *et al.* **IV Censo de população em situação de rua de Belo Horizonte de 2022: BH + Inclusão**. Belo Horizonte: Itrium Consultoria, Pesquisa, Treinamento e Edição em Saúde, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2026.

LATUS CONSULTORIA. Revisão do PLHIS de Belo Horizonte/MG. **Produto 1: Plano de Trabalho**. Porto Alegre: Latus Consultoria, 2024.

LATUS CONSULTORIA. Revisão do PLHIS de Belo Horizonte/MG. **Produto 4: Atores Sociais**. Porto Alegre: Latus Consultoria, 2025a.

LATUS CONSULTORIA. Revisão do PLHIS de Belo Horizonte/MG. **Produto 5A: Caracterização dos Assentamentos de Interesse Social**. Porto Alegre: Latus Consultoria, 2025b.

LYON, Y. **A história dos Warao, a mais nova etnia indígena brasileira**. Nexo Jornal, 18 ago. 2024. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/externo/2024/08/18/warao-nova-etnia-indigena-brasileira-historia>. Acesso em: 16 jan. 2026.

MINAS GERAIS. **Diagnóstico da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher nas Regiões Integradas de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais: relatório estatístico do primeiro semestre de 2023**. Belo Horizonte: Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, 2023. Disponível em: https://www.seguranca.mg.gov.br/images/0_planilhas-e-pdfs/transparencia/dados_abertos/DIAGNOSTICO%20-%20VDFCM%20nas%20RISPs%20-%201%20semestre-2023%20-%202023-08-07%20com%20observaes_compressed%201.pdf. Acesso em: 16 jan. 2026.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME (MDS). **Observatório do Cadastro Único. Painel interativo de dados**. Disponível em: <https://paineis.mds.gov.br/public/extensions/observatorio-do-cadastro-unico/index.html>. Acesso em: 14 jan. 2026.

QUEIROZ, C. **A nova posição do Brasil no mapa das migrações internacionais**. Revista Pesquisa FAPESP, São Paulo, n. 355, set. 2025. Publicado online em 2 set. 2025; atualizado em 29 set. 2025. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/a-nova-posicao-do-brasil-no-mapa-das-migracoes-internacionais/>. Acesso em: 15 jan. 2026.

QUEIROZ, C. **Mudanças no perfil da imigração ao Brasil**. Revista Pesquisa FAPESP, São Paulo, publicado on-line em 2 set. 2025b, atualizado em 29 set. 2025. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/mudancas-no-perfil-da-imigracao-ao-brasil/>. Acesso em: 15 jan. 2026.

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA DE MINAS GERAIS (SEJUSP). **Violência contra a mulher: dados de vítimas femininas de crimes violentos, de feminicídio e de violência doméstica contra a mulher – janeiro de 2022 a dezembro de 2023 – Minas Gerais**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais, 2024. Disponível em: https://www.seguranca.mg.gov.br/images/0_planilhas-e-pdfs/transparencia/dados_abertos/Violencia_Contra_Mulher_2023-1.pdf. Acesso em: 16 jan. 2026.

THE WASHINGTON GROUP ON DISABILITY STATISTICS. **The Washington Group Primer – Portuguese (Brazil)**. *Washington Group on Disability Statistics*, 2020. Disponível em: https://www.washingtongroup-disability.com/fileadmin/uploads/wg/The_Washington_Group_Primer_-_Portuguese__Brazil_.pdf. Acesso em: 9 jan. 2026.